

CHRISTIANE MARQUES SZESZ

A INVENÇÃO DO PARANÁ:

O discurso regional e a definição das fronteiras

cartográficas

(1889-1920)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós Graduação em História do Brasil, opção História das Idéias, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi

Curitiba

1997

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma participaram da elaboração deste trabalho.

Sou grata aos professores da Universidade Federal do Paraná.

Agradeço também, imensamente, o meu orientador, professor Dr. Euclides Marchi, que acolheu e apoiou o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Sua dedicação e paciência, e suas intervenções precisas em determinados momentos foram fundamentais para que se chegasse a um resultado que ora se apresenta.

Agradeço á CAPES pela concessão de bolsa de estudos.

Na Universidade estadual de Ponta Grossa (PR) sou grata pelo apoio recebido da Pró-Reitoria de Pesquisa, principalmente do prof Vicente Capitelli.

No departamento de História da UEPG agradeço a todos os colegas que assumiram temporariamente minha carga horária para que eu pudesse realizar o curso. Quero registrar também um agradecimento especial a chefe do departamento e minha grande amiga, Carmencita de Holleben Melo Ditzel, pelo apoio que recebi durante o curso, principalmente, quando necessitei conciliar as atividades na universidade com o término da dissertação.

Finalmente, registro ainda um agradecimento muito especial ao Renato que esteve sempre ao meu lado e dedicou seu parco tempo à leitura da dissertação.

ÍNDICE

Introdução	4
I. Historicizando as fronteiras cartográficas do Paraná	32
II. Delimitando espaços de poder: os governantes e a questão regional	51
1. Os governantes no Paraná.....	51
2. Espaço, economia e política : os governantes e a questão regional.. ..	68
3. De quem é o pedaço ? o estabelecimento do domínio e as lutas locais.....	97
III. Cartografando as fronteiras: os intelectuais e a invenção do Paraná.....	120
1. Dos lugares da enunciação: o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.....	125
2. Em busca da harmonia ideal de um território fictício: A fronteira identificada no espaço geográfico.....	131
3. Elaborando uma memória-histórica da formação territorial: A terra pertence a quem a conquistou e a povoou.....	142
4. Produzindo o sentimento regional: A ação pedagógica do teatro.....	151
Conclusão	163
Bibliografia	163
Anexos e Mapas:	
Mapa da capitania de São Paulo, de 1800.....	35/A
Caminho de tropas do século XVIII e XIX.....	39/A

Mapa da Província do Paraná de 1876.....	43/A
Mapa do Paraná de 1996. Elaborado pelo engenheiro- topógrafo Candido de Abreu.....	48/A
Mapa do Paraná de 1920.....	50/A
Mapa da Questão de Palmas.....	77/A
Projeto do Estado de Missões.....	94/A
Mapa do Estado do Paraná de 1900.....	138/A
Mapa do Estado do Paraná de 1911.....	138/B
Anexo III: Exportação de mate em 1000 T. (1868-1931).....	168
Anexo IV: Participação relativa do mate no valor das exportações	169

INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe uma reflexão sobre as construções narrativas e discursivas que inventaram e fundaram¹ uma identidade regional paranaense entre 1889-1920.

¹ Entende-se que, muito embora houvesse uma preocupação com as fronteiras e uma identificação entre paisagem e sociedade após a emancipação do Paraná, a identidade regional foi realmente fundada com as definições das fronteiras físicas do território.

A construção do Paraná, como região, já se esboçava no período imperial. O projeto do Império de construir uma identidade nacional emergia via Instituto Histórico Brasileiro, manifestando-se nas diversas descrições dos viajantes, que buscavam forjar, a partir de estudos regionais, uma identidade nacional. Não obstante, é com a República que disseminam-se os discursos regionais como forma de construir a nação. A República definiria, a partir da federação, a necessidade de delimitar os estados, reforçando um discurso regional. O federalismo republicano e seu caráter descentralizador permitiu as construções de identidades regionais

Com a República se concretizaria, pois um movimento regional no Paraná, com a tentativa de se definir as fronteiras e do território, já que pela constituição de 1891 as questões das fronteiras deixavam de ser uma questão meramente jurídica, tornando-se uma questão política, e, portanto, passando a ser resolvidas entre os estados. Da mesma forma a idéia de federação possibilitou às classes dominantes do Paraná proporem um projeto de identidade regional.

Segundo Rui Wachowicz " a época da emancipação não houvera uma construção da identidade regional. No processo de emancipação da Quinta Comarca não houvera nem maior participação da população nem sua maior mobilização. Tudo se resolveu nos altos escalões imperiais. A não participação das próprias elites regionais no processo de emancipação, levou as autoridades imperiais a batizar uma nova Província. A população da caçula Província imperial soube de sua denominação quando o decreto de sua criação foi aprovado e publicado pela imprensa. Após 1889, as antigas províncias transformaram-se em Estados da República, e suas populações passaram a eleger seus governantes. Desta forma o Paraná libertou-se da tutela imperial.(...) Nos trinta e seis anos de História provincial paranaense evidencia-se a pouca presença de políticos paranaenses na própria presidência do paraná. Dos 41 presidentes que chegaram a governar o Paraná, apenas três eram paranaenses nomeados diretamente: João José Pedrosa, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá... Praticamente ausentes dos conciliábulos políticos do Rio de Janeiro ... A capacidade das elites paranaenses foi, colocada em xeque nesse momento. O desafio avolumou-se e os paranaenses teriam que sair de seu casulo político para agir. Esse repto provocou nas lideranças políticas uma profunda crise existencial." Acrescenta Wachowicz que essas lideranças políticas reagiram à possibilidade de perda tentando tomar a posse do

O território do Paraná tornou-se, desde muito cedo, um espaço laboratorial por onde incursionaram intelectuais, políticos e viajantes. As diversas expressões da construção da identidade regional paranaense identificavam o espaço geográfico-territorial à sociedade. Tais elaborações da identidade paranaense constituíram-se em forte instrumento que efetivaria o projeto de domínio político das classes dominantes do Paraná através de uma ideologia regional².

Tal processo intensificou-se entre o final do século XIX e início do século XX, período em que o Estado do Paraná disputava parcelas (de seu) território com a Argentina e com o Estado de Santa Catarina.

Desde a primeira metade do século XIX, Brasil e Argentina conviviam com a indefinição de suas fronteiras. Em 1857, por iniciativa do governo brasileiro, os dois países iniciaram conversações sobre seus problemas fronteiriços.

Em 1881, a Argentina definia sua interpretação da fronteira. O rio que os Argentinos denominaram Peperi-Guaçu, afluente do Uruguai, era conhecido como Chapecó pelos

território disputado constituindo, assim, um discurso regional". Cf. WACHOWICZ, Rui C. *Universidade do Mate: História da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983. p.21-25.

² Entende-se a questão regional como um projeto ligado ao espaço de construção da hegemonia e dominação de uma classe sobre as demais, e, por conseguinte, manifestada na elaboração de uma visão sobre esse espaço regional.

A ideologia é um valor simbólico produzido e consumido socialmente que impulsiona a prática social. Assim, a partir de instituições da sociedade civil e também da sociedade política este mesmo grupo e seus representantes na campo literário, os intelectuais, se incubem de reproduzir a noção de região para o conjunto do campo social valendo-se de critérios da identidade cultural e fronteiras geográficas. Ver CORREIA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1990, p. 32-39. Ver também MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Mucitec, 1996.

brasileiros. Já o rio Chopin, dos brasileiros, era o Santo Antônio, para os Argentinos.

As disputas pela região contestada de Palmas foram agravadas em 1888, quando os argentinos deram uma nova denominação para os rios das fronteiras. Passavam a considerar o rio Jangada como sendo o rio Santo Antônio.

A disputa do território de Palmas foi finalizada somente em 1893. A região contestada, que abrangia todo o território entre os rios Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Iguazu Jangada e Chapecó, passou então a pertencer ao Brasil.

Mal essa querela fora concluída, iniciou-se, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, uma disputa efetiva pela posse dos campos de Palmas.

Uma significativa parcela de estudos de intelectuais e políticos paranaenses dedicou-se, então, a delimitar as fronteiras do território do Paraná. Em tais estudos utilizavam-se especialmente de conhecimentos geográficos. Tratava-se pois de garantir a posse do território contestado. O discurso geográfico passava a se constituir, assim, em uma das mais importantes fontes para o enquadrinhamento regional do Paraná. Os argumentos da geografia, apoiados por representações histórico-cartográficas, passaram a ser considerados, por aqueles que os produziam, uma delimitação fiel e inquestionável do espaço do Paraná. Construía-se, assim, a idéia da região.

A temática da região se caracterizaria por produzir obras geográficas e históricas vinculados a projetos políticos regionais. Até o final de 1950, pesquisar a temática regional constituía-se em uma tarefa de intelectuais paranaenses descompromissados com as regras do conhecimento científico. Esse trabalho era *metier* de escritores provincianos, eruditos, que reuniam detalhes acerca de uma localidade. Sendo pagos pelas classe detentoras de poder econômico e político promoviam heróis, descreviam a paisagem, e desenhavam recortes

geográficos para, assim, elaborarem a história dos espaços regionais³.

Da mesma forma, a idéia de região apresentou-se como um tema pouco afeito aos historiadores, que apenas recentemente interessaram-se em discutir a temática regional⁴, utilizando-se dos conceitos da geografia e sociologia para fundamentar e legitimar suas pesquisas e suas questões teóricas metodológicas.⁵

PROBLEMATIZAÇÃO DA REGIÃO

Da região indivíduo:

Entretanto, se a região constituiu-se num campo conceitual, muitas vezes extraído da geografia, alguns estudos acabaram por defini-la como área homogênea e uniforme. A região foi vista como um indivíduo, dotado de características (físicas e sócio-econômicas) que lhe deram homogeneidade.

A individualização de um espaço está presente nas primeiras concepções de região. O termo região apareceu no

³ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Paranaense. 1937.

⁴ Confira-se AMADO, Janaína. *História e Região; reconhecendo e construindo espaços*. E SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e História: questão de método*, ambos em SILVA, Marcos A da (coord). *República em Migalhas História Regional e Local*. São Paulo: Editora Marco Zero / ANPHU / CNPQ, 1990. resp. p.7-15 e 17-42.

⁵ Idem. p. 7-15.

final do século XIX e início do XX. Associado à noção de espaço, era basicamente utilizado em trabalhos ligados ao debate sobre a idéia de natureza, enquanto sinônimo de região natural. Pensa-se na concepção da geografia tradicional de Ratzel, por exemplo, que definiu a região tomando por base um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais, como clima e relevo. Segundo Ratzel, a região é uma parte da superfície da terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza. Assim, clima, vegetação, relevo, solo e outros adicionais dariam personalidade a uma determinada parcela do território⁶.

Embora os estudos regionais nem sempre possam ser encaixados integralmente nesta ou naquela concepção, o que seria um reducionismo, entretanto, é possível perceber uma forma de tratar o Paraná com proximidades à matriz ratzeliana.

No âmbito da produção de um discurso regional, alguns escritores paranaenses se apropriariam dessa concepção para definir a "personalidade" do Paraná, ou seja, muitos escritores, viajantes ou excursionistas definiriam o Paraná desse modo. A busca da individualização do espaço do Paraná pode ser observado pelo aspecto da região natural⁷.

⁶ Cf. CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 3. ed. São Paulo: Ática. p. 22. (Série Princípios).

⁷ Cf. MURYCI, José Candido. **Descrição sobre a Província do Paraná**. Curitiba: 1860. Ver também: PARANÁ, Sebastião. **Chorografia do Paraná**. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica Anibal Rocha, 1899.p.11. TAUNAY, Visconde. **Viagem Filosófica sobre o Paraná**. Curitiba: 1888. PLAYSANT, Airton. **Scenário Paranaense**. Curitiba: Typ. A República, 1908.

A tentativa de individualizar espaços e lhes conferir identidade mostrou-se constante no Paraná. Quem vive no Paraná, ou o estuda, pode claramente observar que o discurso sobre o Paraná diferente, com identidade própria, já é bem conhecido e esteve presente nas mais diversas situações. Constata-se que foram diversos os escritores que produziram trabalhos caracterizando o Paraná. Entre eles é possível citar aqueles que descreveram a natureza, mas também que caracterizaram um espaço regional por outro elementos.

Bento Munhoz da Rocha Netto escreveu, em 1930, um artigo intitulado **A significação do Paraná**. Tal discurso propunha demonstrar que o Paraná era possuidor de uma individualidade. Neste artigo escrevia que:

"Se o paranaense como agrupamento étnico não pode assim existir, é inteiramente falso que não tenhamos uma natureza característica. Ahí está o pinheiro. Ergue-se rachítico, tímido, hesitante, quando as terras paulistas se avizinham. Estende-se largamente pela faixa catharinense até rarear e extinguir-se no território gaúcho. mas, o pinheiro grande altivo e nobre, é o nosso pinheiro. Grande e nobre como o paranaense que agasalha o farasteiro como todo o seu carinho... O pinheiro erecto e dominador symboliza o Paraná . Resume o nosso destino. Reflete a nossa mentalidade. Quando lá fora se discute a nossa terra vem á imaginação ea elegância do seu contorno. Emoldura a nossa paisagem. Caracteriza o nosso panorama, vivendo em silhuetas delgadas. os velhos entrelaçados com a opulência dos herveas, quando a decreptude alquebra gerações, ainda são adolescentes, assistindo á labuta paranaense pelos três grandes pinhais que rivalisam em opulência e se disputam em sumptuosidade. Em rincão nenhum, próximo ou remoto, a Serra do Mar é tão audaciosa em monolithos, tão inquietante em ousadias ilógicas, de tão profunda nevrose no inconciliável das escarpadas abruptas. (...) Temos, portanto, um aspecto físico nosso. O pinheiro. O herval. A primazia da Serra do mar. As cataratas do Iguassú e as do rio Gigante que deu o nome ao nosso Estado.

Temos assim uma significação geográfica incontestável. Como incontestável é a nossa significação humana dáhi consequente. Se a nossa história foi paulista, o paranaense já provou no alvorecer da República a tempera férrea de sua fibra e a sua compreensão elevada do dever, num num facto de brilho inviolável.

Se a nossa evolução histórica se desenvolvesse descolorida por entre cenários indefinidos, bastar-nos-ia a resistência da Lapa para plantar dentro do Paraná um marco brasileiro de considerável projeção nacional. Contraopondo-se á marcha dos federalistas sobre São Paulo. A energia paranaense secundou heroicamente a energia da Nação. (...) ROCHA NETTO. Bento Munhoz da. A significação do Paraná. In: **A ordem**. Rio de Janeiro: Ano X, n. 5, 1930. p.18-19.

Também esse discurso personalizador do Paraná foi tratado em David Carneiro. Preocupado com a questão regional nos anos 40, o território do Iguacu, escreveu a História Psicológica do paraná. Nesse livro dizia que: " Já agora necessitamos sinão de uma psicologia do Paraná. Assim, ainda se poderia fazer que o Paraná se conhecesse a si mesmo para que visse como um espelho. Pensei muito essa história da alma paranaense, com todos os seus profundos defeitos e suas enormes qualidades" .

CARNEIRO, David. História **Psicológica do Paraná**. Curitiba: J. Haut, 1944. p.3.

Também no discurso político procurou-se individualizar o Paraná. Paulo Pimentel governou o Estado do Paraná, entre 1966 a 1971, sob o tema: Paraná, aqui se trabalha. Esse dístico denota uma ênfase muito grande ao trabalhismo e naquilo que ele representa, procurando diferenciar o Paraná do restante do território da nação brasileira, que desde os tempos da colonização europeia caracterizava-se pela lassidão, e desvalorização da disciplina do trabalho. Da mesma forma, Moisés Lupion governador do Estado no período de 1947-1951, e de 1951 a 1961, procurou destacar o Paraná.

A busca da individualização do Paraná pode ser observada nos escritos de Ayrton Playsant quando escreve, em 1908, **Scenário Paranaense**. Neste livro se propõe a *cinematografar* a geografia do Paraná. Na epígrafe do livro afirma que a natureza de um país determinaria sua condição de civilização. Diz ele que:

Dai-me a carta de um país sua configuração, seu clima, informai-me de suas produções naturais, de sua flora, de sua zoologia e eu me comprometo a dizer-vos a priori qual será o hoem desse país, e que lugar gozará na história, não acidentalmente, mas necessariamente, não em tal época, mas em todas; enfim a idéia que este país é chamado a representar⁸

Nessa acepção, o Paraná era portador de uma rica e exuberante natureza, o que possibilitaria a constituição também de uma população laboriosa e produtiva.

Entretanto, se por um lado o Paraná foi descrito como fruto da região natural, alguns historiadores apoiados em outras concepções, principalmente na concepção de Vidal de La

prosperidade. Terras das oportunidades presentes e futuras, onde o fenômeno do pauperismo como motivo de preocupação e alarme não se encontra entre nós"IPARDES- Fundação Édson Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: 1989. p.27

Outro exemplo disso é o livro de Wilson Martins: **Um Brasil Diferente**. Neste texto o Paraná é apresentado nas seguintes palavras: "O Paraná é um território que do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova civilização. Sem escravidão, sem índios, sem negros dir-se-ia que sua definição não é brasileira".

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. 2. edição. São Paulo: T. A. Queioz Editor, 1989. p. 46

⁸ PLAYSANT, Airton. **Scenário Paranaense**. Curitiba: Typografia A República, 1908. Prefácio p.3

Blache e Fernando Braudel, iriam dar individualidade ao Paraná através da relação do homem com a natureza.

Vidal de La Blache foi outro geógrafo que formulou uma concepção original para a idéia de região. Introduzindo o "possibilismo" na relação homem-natureza, ele refutou o determinismo da matriz ratzeliana. Para Vidal de La Blache, entender a região passava pela apreensão da dimensão homem-natureza, destacando a diferenciação da terra, da paisagem, da sociedade que a região portava. Tal qual as unidades elementares, clima e relevo se articulavam à vida da sociedade. Nessa perspectiva, a região geográfica abrangia uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçavam de modo harmonioso os componentes humanos. As regiões naturais deveriam estar, pois, em harmonia com as questões culturais.

Um diálogo profícuo com a vertente lablachiana do espaço, e da região, permeou a produção dos historiadores da escola dos Annales, por exemplo. Esse contato se apresentou de forma mais específica na produção de Lucien Febvre e Fernand Braudel. Lucien Febvre tratou da questão procurando destacar o espaço como produto da ação humana. Interessava-se pela geografia histórica, tendo por estudo de caso a *Ile de France*⁹. Da mesma forma, a geo-história construída por Fernand Braudel procurou demonstrar que as características geográficas são parte da história das sociedades.

Ao escrever o Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II Braudel descreveu essa relação entre espaço e sociedade. O livro é dividido em três partes. Primeiro, há uma história da relação homem ambiente, surge então, a história da estrutura econômica e social, e, finalmente, a trepidante história dos acontecimentos. A questão central da obra é a

⁹ BURKE, Peter. *Escola de Annales 1929-1989. Revolução Francesa na historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.

análise da história do homem em relação ao seu meio. O objetivo do livro é demonstrar que as características geográficas são parte da história, e que tanto a história dos acontecimentos, quanto das tendências gerais não podem ser compreendidas sem elas. No capítulo sobre as montanhas, por exemplo, discute a sociedade e a cultura das regiões montanhosas, o conservadorismo dos montanheses, as barreiras culturais que separam os homens da montanha dos da planície.

Ao tratar do mar mediterrâneo contrasta o mediterrâneo ocidental, nessa época dominado pelos espanhóis, com o mediterrâneo oriental submetido aos turcos. Segundo Braudel esses dois mediterrâneos eram física e culturalmente diferentes entre si. Porém, considerava que a região mediterrânea continuava a ser uma unidade, determinada pelas oliveiras, pelo mar, graças ao clima e aos vinhos¹⁰.

Na historiografia brasileira, e mais propriamente na historiografia paranaense dos anos 50 e anos 60, a temática da região passou a ser concebida dentro desse diálogo entre a geografia e a história. Pesquisas que predominaram na pós-Graduação em História Econômica e Demográfica, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), até pelo menos o final dos anos 1970.

O estreito contato de alguns professores do Departamento de História da UFPR com as concepções de Braudel possibilitou o diálogo com a geohistória.

Em 1963, por exemplo, um artigo publicado por Brasil Pinheiro Machado, intitulado **Formação da estrutura agrária dos Campos Gerais**¹¹, dava incentivo às pesquisas de história

¹⁰ BURKE, Peter. *Revolução francesa da historiografia: escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. p.50

¹¹ MACHADO, Brasil Pinheiro. "Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais". In *Boletim da universidade do Paraná*. Departamento de História. Curitiba: UFPR v. 3, jun., 1963. p. 1-27.

regional do Paraná. Nele, o autor analisava a sociedade campeira dos Campos Gerais do século XVIII e XIX, destacando as atividades de criação do gado.

Da mesma forma **Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais**, escrito nos anos 60 por Altiava Balhana¹², procurou abordar a problemática da imigração como fator de mudança agrária. Destacou a integração dos Campos Gerais no programa de colonização aplicado pelo governo da província do Paraná, e as novas correntes imigratórias nos campos gerais.

Trabalhando a partir de métodos quantitativistas¹³, essas análises revestiram-se da noção espacial da geografia histórica apresentada por Lucien Febvre e Fernando Braudel, dentro da matriz de Vidal de La Blache. Assim, procurando-se conhecer e explicar a realidade histórica do Paraná tradicional, traçava-se um diálogo com a geo-história para definir cientificamente a região. Estabelecia-se, pois, uma identificação entre paisagem e sociedade. Ao analisarem o Paraná e a região dos campos gerais procuravam demonstrar que a vegetação e atividades humanas estavam interligados. A exemplo do *pays frances*, estes foram considerados uma região no sentido de envolver uma paisagem relativamente uniforme, e um gênero de vida específico representada, nas fazendas de criar.

¹² BALHANA, Altiava P. *Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais*. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: UFPR v. 3, jun., 1963. p 28-52.

¹³ Esses trabalhos assentaram-se em indicativos econômicos, ou em níveis de renda, ou em dados populacionais (taxas de natalidade e mortalidade) para configurar as regiões. Abordou-se o regional a partir de temáticas como ocupação territorial e estrutura social, priorizando dados geográficos e índices populacionais. Nessas interpretações, o perfil societário transformou-se em fenômeno em si, deixando-se de investigar a força dos nexos sociais escondidos atrás das transformações da natureza, e dos agregados estatísticos.

Um exemplo: Estudo demográfico da Paróquia de Nossa Senhora Santana P.G., 1823-1879, de 1979.
Pinto, O. S. A. A população de P. Santana a partir do registro civil. 1889-1920.
Demografia em 1980

Entretanto, se por um lado a região fora construída na relação espacialidade-sociedade Brasil Pinheiro Machado irá individualizar a região através de outros componentes.

Brasil Pinheiro Machado e a história regional

Brasil Pinheiro Machado em 1930, destacava que a significação do Paraná não era fruto de uma diferenciação da natureza, nem era possuidora de uma distintiva formação étnica. Dizia que era um desses estados típicos que não tinha nem um traço que fizesse dele coisa notável, e chegou a afirmar que o Paranaense não existia, e que, dentro do Brasil, o Paraná era um esboço a se iniciar. Em 1930, considerava que:

(...) Eu poderia afirmar sem errar muito que o paranaense não existe. Não sob o ponto de vista racial, no Brasil a existência de mais de uma raça definida, quando sob esse aspecto nem o brasileiro existe. O paranaense não existe como existe o gaúcho, mais ou menos perfeitamente definido nos seus ideais, como existe o paulista eloqüentemente representado na história por gigantescos homens de ações¹⁴ .

Desde os anos 50, porém, Pinheiro Machado elaborava uma concepção de história regional. Para tanto, buscava encontrar a significação do Paraná na compreensão da sua História¹⁵ . Para

¹⁴ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Instantâneos paranaenses**. In: A Ordem. Rio de Janeiro: Revista do Centro Vital. Ano X n. 5, 1930.p.8

¹⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Instantâneos Paranaenses**. In: A Ordem. Rio de Janeiro: Revista do Centro D. Vital, fevereiro, 1930. p.9.

o historiador, a construção da idéia de região exigia que se revisse primeiro a relação da sociedade com o seu passado¹⁶ .

Tentando concretizar a região no plano teórico, via a temática da história regional do Paraná como o estudo de uma comunidade orgânica, que se desenvolvia através do tempo, em organizações sociais que se integravam com as conjunturas da história nacional¹⁷ . Segundo suas palavras: "A História do Paraná é pois um capítulo da história regional do Brasil e consiste na história da formação de uma comunidade que, como tal, adquiriu individualidade distinta de qualquer forma de outras comunidades regionais de um país "¹⁸ .

A **Sinopse da História Regional** foi o ~~estudo~~ estudo onde esboçou uma primeira construção do conceito de História Regional, manifestando a sua idéia de região. Nesse estudo, propôs defender as direções que o historiador deveria seguir, para escrever a história do Paraná em vinte e dois capítulos. Influenciado pelas idéias de Martius e João Ribeiro, considerava a História do Paraná como resultado de expansões diferenciadas, que resultaram em distintas comunidades paranaenses¹⁹ , e que além de serem responsáveis pela ocupação

¹⁶ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da História Regional**. Separata do Boletim do Instituto Histórico. Curitiba: IHGEPR, 1953.

¹⁷ Ver **Dicionário histórico-biográfico do Paraná**. Curitiba: Chain e Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 276.

¹⁸ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da História Regional**. Op. Cit. p. 276.

¹⁹ Segundo Brasil Pinheiro Machado, a sociedade paranaense formou comunidades diferenciadas, a região dos campos gerais, com a sociedade tradicional fundada no latifúndio campeiro, depois no Paraná moderno, com a comunidade do Norte do Paraná, fundado na economia cafeeira, e com a comunidade do Sudoeste e do Oeste Paranaense, com produção com base no regime da pequena propriedade.

territorial do estado, determinaram a formação da estrutura sócio-econômica que ali havia se constituído²⁰ .

Não obstante, a **Sinopse da História Regional** era apenas um primeiro momento da construção de um modelo explicativo e da elaboração de um conceito de região que, entretanto, veio sendo sistematizado por Pinheiro Machado em sucessivos trabalhos.

Em 1963, Brasil Pinheiro Machado escreveu **Formação da estrutura agrária**, onde experimentava uma construção mais articulada do que seria sua concepção de uma história regional. Nesse texto partia de considerações que a empresa agrária exportadora dava margem a outro tipo de economia, a de subsistência. Afirmava que era no criatório de gado que o Paraná havia encontrado sua primeira integração. Dizia que "a fazenda de criar, nos campos de Curitiba e nos campos gerais, se tornou uma empresa fundamental da economia e da comunidade paranaense, durante todo o século XVIII, e grande parte do seguinte²¹ ".

²⁰ Em 1951, afirmava que a história do Paraná resultara de uma expansão natural do território brasileiro. Considerava que primeiramente haviam sido fundados núcleos, de onde partiu a expansão para o interior, ou seja, constituíram-se células fundamentais. Tratava-se do deslocamento de uma população que ia se assenhorando das regiões geográficas mais próximas, em um movimento natural de expansão demográfica, sem qualquer finalidade política. Para o historiador, esse deslocamento era motivada pela própria subsistência, a criação de gado, ou a procura de ouro. Mas haveria ainda, segundo Brasil Pinheiro Machado, outra estimulada por estadistas portugueses que impeliu a população a se distender em um plano político traçado para atingir as fronteiras naturais do Brasil.

Assim, nessa acepção o atual território do Paraná estava compreendido nos rumos da expansão espontânea do núcleo paulista, por meio do qual se formou o subnúcleo do litoral pelo estímulo do ouro de lavagem. O subnúcleo de Curitiba se constituiu no início da lavagem do ouro. Essa individualidade da região paranaense se constituía a partir de um substrato comum: a expansão territorial da população.

O segundo processo de deslocamento oficial do subnúcleo paulista de Curitiba levou, no século XVIII, a conquista, domínio e posse da Bacia do Paraná-Paraguai.

Segundo o historiador paranaense, era nessa fase que o subnúcleo paulista de Curitiba adquiria sua autonomia, e se tornava o centro de irradiação da conquista de uma parte do território, que iria constituir-se na Província e no Estado do Paraná.

²¹ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação da estrutura agrária** Curitiba: Boletim da Universidade Federal. Departamento de História, n. 3 1963. p.9.

Nessa perspectiva, a estrutura agrária se caracterizaria pelo trabalho escravo, e pela exploração dos campos através do tropeirismo e do criatório²² .

Contudo é no trabalho **Bases para uma história social da sociedade provincial**, escrito em 1978, que o historiador paranaense desenvolve mais explicitamente o conceito que norteia a construção da **história regional**. Seu ponto de partida é a noção de comunidade, através da qual dá coesão à coletividade paranaense. A comunidade é, entendida nessa acepção, como uma coletividade de agentes históricos, vivendo em uma área territorial definida, a comunidade do Paraná tradicional de 1853-1889, dentro do qual esses agentes históricos desenvolviam suas atividades cotidianas e estaria inserida em um complexo institucional que lhes provê uma atividade básica de subsistência. Em trabalhos posteriores, procurava aperfeiçoar o estudo dessa comunidade considerando que as comunidades históricas (a sociedade do Paraná tradicional) não eram sociedades capitalistas, e portanto na sua reconstrução histórica não usava as categorias da ciência econômica forjadas para análise do sistema capitalista²³ .

Na construção da história regional entendia que essas comunidades paranaenses tinham sua base na relação senhor-escravo. Em torno dessa relação se articulavam outras relações,

²² Em 1973, ao tratar da **Problemática da cidade colonial brasileira**, Brasil Pinheiro Machado abordava ainda a questão da expansão colonizadora do Brasil, dando, ao mesmo tempo, um resumo do modelo que havia proposto.

Nesse estudo considerava que a colonização do Brasil, no sentido da ocupação e organização econômico-social do território, era realizada pela expansão da população organizada em família. Tal processo deu-se a partir dos núcleos iniciais da costa São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão.

²³ MACHADO, Brasil. O estudo da história regional. (uma nota prévia). In: **História: questões e debates**, APAH, Curitiba: ano 2, n. 3, dezembro de 1981.p. 105

outros grupos que se situavam a margem dessa relação, como os caboclos, os imigrantes, os vadios, os funcionários públicos, ou grupos que emergiam nas fazendas. Segundo o escritor, esses grupos seriam portadores de uma estrutura econômica específica.

Portanto, Brasil Pinheiro Machado procurou estudar a comunidade a partir da noção de grupo. Ou seja, inspirado intelectualmente na vertente culturalista e na sociologia de Max Weber, utilizou-se do conceito de comunidade, e depois da noção de patrimônio. Considerava o escritor que para entender uma metodologia na análise do regional dever-se-ia "... buscar aquilo que mantém por muito tempo uma atitude tradicionalista, ou seja, buscar conhecer do que era constituída a riqueza dessa sociedade"²⁴ .

A análise da atitude tradicionalista da sociedade regional realizada por Brasil Pinheiro Machado apoia-se em Max Weber, para quem a comunidade estrutura-se em toda espécie de fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais. A "... comunidade só existe propriamente quando a base desse sentimento, a ação, está reciprocamente referida e na medida que essa referência traduz o sentimento de formar o todo"²⁵ .

Brasil Pinheiro Machado apoiou-se também na noção de gestão econômica racional e tradicional e nas categorias fundamentais da vida econômica de Max Weber, para entender a sociedade tradicional dos campos gerais²⁶ . Forjava-se, assim,

²⁴ MACHDO, Brasil. O estudo da história regional. (uma nota prévia). In: **História: questões e debates**, APAH, Curitiba: ano 2, n. 3, dezembro de 1981.

²⁵ WEBER, M., **Economia y sociedad**. México: FCE, 1984, p. 15, 33, 36, 39, 258, 273, 275 e seg., 279 e 286.

²⁶ MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional (uma nota prévia). In: **História: questões e debates**. Op.cit. p.105

a constituição/construção da temática do regional. Nas palavras do historiador:

Para ordenar um sistema econômico em uma sociedade concreta, o primeiro passo poderia ser a investigação do que era constituída a riqueza dessa sociedade. Não a concepção que ela tinha de riqueza... e como a administrava. Deve se entender por riqueza como o pensamento econômico a entende tradicionalmente, isto é, um conjunto de bens materiais que sejam economicamente significativos, e sobre o qual a vida material se apoia, em uma determinada sociedade concreta²⁷ .

Considerava Brasil Pinheiro Machado a economia do Paraná tradicional não se constituía ainda como uma economia de produção de estrutura capitalista, mas como uma economia de consumo que era definido pela tradição de cada grupo. Afirmava que a sociedade do Paraná Tradicional constituía-se numa sociedade pré capitalista, e na qual o conjunto de bens econômicos administrativos com fins de consumo recebiam a denominação de fazenda. E os latifundiários exemplificavam o elemento mais legítimo da comunidade²⁸ .

Portanto, nessa acepção para se compreender o regional não era necessário pesquisar um tipo étnico definitivo, mas encontrar elementos culturais e tradicionais. Era, pois, a comunidade que explicaria a formação da sociedade paranaense, e a sua alteração com as novas migrações e imigrações. A significação do Paraná estaria na história, e por conseguinte na ação do social. A identidade regional paranaense inspirava-se no sentimento subjetivo, afetivo ou tradicional dos partícipes da constituição do todo.

27 Idem p. 105.

28 Ibid. p.107

O conceito de comunidade foi, na acepção formulada pelo historiador, essencial para delimitar territorialmente a região e o grupo que a constituía. A comunidade foi aí pensada na sua relação com o meio físico, o território, a localidade. Nessa acepção, a comunidade estava essencialmente ligada ao solo. Pois os indivíduos viviam permanentemente em uma dada área, e adquiririam consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar. Tal conceito é importante porque salienta a relação existente entre coesão social e área geográfica.

Finalmente, a maior parte desses conceitos presentes nos vários escritos regionais sobre o Paraná e também na história regional produzida por Brasil Pinheiro Machado tenderam a destacar algumas particularidades de um certo primado epistemológico que conferiu sentido distintivo ao Paraná. Em tais construções intelectuais, a região é vista como um indivíduo, dotada de identidade própria, de personalidade. Brasil Pinheiro Machado em sua proposta de construção da história regional paranaense tornou a comunidade o elemento central na construção da região. No corpo dos textos, entretanto, a função daquela categoria nem sempre diferia em essência da noção de região enquanto configuração etnológica e geoeconômica delimitada. Animado por um viés regionalista atribuiu positivamente agregadoras às comunidades empíricas, ou seja, as áreas formadas por diferentes processos de povoamento do Paraná. Mesmo apesar das remissões a escritores como Martius e a Max Weber pode-se supor que suas intenções eram de alicerçar uma compreensão da história do Paraná sob o signo de uma unidade de fundo que deveria contornar as diversidades²⁹.

²⁹ Há uma longa trajetória de formulações conceituais dos elementos utópicos presentes no termo comunidade. Robert Nisbet aponta a impossibilidade de quando se analisa o conceito de comunidade não se considerar os polos de positividade e negatividade imanentes à enunciação do termo. NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. p.175 e ss.

Essas pesquisas ao tomarem o regional a partir de uma identificação espacial, ou a partir da noção de comunidade, sem revelar a dinâmica do conceito de região, assumiram a noção de que o Paraná apresentava uma especificidade. Ao construírem a história regional, tais trabalhos reforçaram esta idéia, dando a ela inclusive um estatuto teórico.

Os estudos que efetivaram a chamada "história regional", incorporaram a região como "proposição concreta", ou como conscrição histórica. Fez-se, assim, um referente intelectual para o discurso político regionalista, produzindo-se uma História que está presa, direta ou indiretamente, à dizibilidade regionalista, e a uma rede de poderes que sustentou, historicamente, tanto interna como externamente a idéia de região, como um referencial válido para se elaborar um saber científico. Essa produção acadêmica iria legitimar a idéia de região, dando-lhe uma história.

Portanto, a história regional participou da construção imagético-discursiva do espaço regional como continuidade histórica. Muito embora acreditassem os historiadores que a produziam estar a elaborar um conhecimento objetivo, essa história regional padeceu do que poderíamos chamar de uma certa ilusão referencial, pois deu estatuto histórico a um recorte espaço-temporal consagrado. Trata-se de uma história que fez uso de uma região geográfica para fundar uma região epistemológica, justificando-se como saber pela necessidade de estabelecer uma história da origem e da identidade paranaense, afirmando sua individualidade e sua homogeneidade.

Confira-se as seguintes obras que analisam a questão. FERNANDES, Florestan (org.) **Comunidade e Sociedade no Brasil: Leituras Básicas de introdução ao estudo macrosociológico do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. GUIDÉ, Maria Luísa Mousinho. **Elementos de análise dos estudos de comunidade realizados e publicados no Brasil de 1948-1960**. Rio de Janeiro: Ciências Sociais, 10 (19) janeiro-abril, 1969. p. 45-82.

Como a história regional "tem sido a história do que aconteceu em uma determinada região", essa produção reconstrói a região buscando estabelecer uma "verdade primeira". Entretanto, não é a região, nem a história, como cruzamento de diversas temporalidades, como recorte espacial de relações de poder que nela se aborda. Mas é a procura na sua *empíria*, dos traços definidores da região, tomando esta *empíria* como a realidade regional.

Da mesma forma, essa produção intelectual recorre a um recorte espaço-temporal consagrado e cristalizado: **o Paraná tradicional**, que funda e legitima, um recorte no campo historiográfico. Tais estudos se apoiam em uma representação consagrada.

Assim, **O Paraná** é pesquisado, ensinado, e pronunciado, para não romper com o feixe imagético discursivo que o sustenta. A história regional é vista como um modo de fazer existir a região, como um estudo dominado por perspectivas e imperativos ostensivamente adequados à reprodução de uma idéia de Paraná.

Em contrapartida entende-se que a construção da região não está inscrita na natureza, mas está inserida em uma operação de hegemonização, que se dá em um duplo processo. Primeiramente, na luta dos que dominam externamente os espaços regionais, ou seja, na própria construção da nação. Em segundo lugar, na afirmação de uma classe dominante que busca, no discurso regional, afirmar seus projetos políticos e econômicos.

Os discursos regionais não se enunciam tão somente a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior (federal). Mas são as classes dominantes que estatuem/instituem a idéia de região. O discurso regionalista é encenado e produzido na locução da própria região. A região é produto de vários acontecimentos regionais, que se organizam, em um dado

momento histórico conforme as necessidades estratégicas de diferentes classes sociais em litígio. Assim, problematizar a região é buscar compreender a construção deste conceito no discurso daqueles que dominam os espaços regionais, enquanto espaço do capital.

A região: um espaço do capital

A região é um espaço social onde se definem as classes, e onde se concretiza a reprodução do capital³⁰. Considera-se, que a delimitação de uma região tem um sentido político de dominação. Isto porque, parte-se da noção que a produção de um espaço ou a transformação das matrizes espaço-temporais não possuem natureza intrínseca, relacionam-se à materialidade da divisão social do trabalho, da ossatura do Estado e das práticas e técnicas de poder econômico. A organização espacial é resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo no capitalismo. Este trabalho realiza-se sob o comando do

³⁰ *análise* Essa reflexão é tributária a trabalhos que desenvolveram uma reflexão sobre o tema região do final da década de setenta e meados dos anos oitenta. Entre essas contribuições está. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1977. Muito embora nesse trabalho a região passa a ser concebida como produto da desigualdade socio-espacial intrínseca do desenvolvimento regional e combinado do capitalismo, analisado como fruto de uma relação centro e periferia, da divisão territorial, e da articulação entre diferentes modos de produção, e também entendida como o espaço para o capital, ou o espaço onde se reproduz o capital de uma forma historicamente determinada, a região é também o espaço onde concretamente se definem e se enfrentam as classes. Existe nessa concepção uma especificidade que é o econômico-social, porque explicitada numa forma de reprodução do valor, e na relação entre os homens, e ao mesmo tempo é política, é o espaço de exercício do poder e imagem de um grupo. Assim, toma-se nesse trabalho a noção de região tal como a fundamentou a historiografia marxista, ou seja, na relação espaço capital. Considera-se que romper com a continuidade histórica que reconstruiu a região na historiografia paranaense passa pela procura das relações de saber e poder que definiram o Paraná.

capital³¹ . Assim, as formas espaciais são produtos de intervenção teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás de padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições, estão concepções, valores, interesses mentalidades, visões de mundo. Enfim todo um complexo universal da cultura, da política e das ideologias³² .

Em nenhum momento, portanto, as fronteiras, os territórios regionais, e até mesmo a construção de uma memória como elemento fundador/fundamentador do discurso regional paranaense podem se situar em um plano a-histórico. As fronteiras regionais são, pois, criações eminentemente históricas, e esta dimensão histórica é multiforme. Dependendo da perspectiva que é colocada em foco, a fronteira será visualizada como espaço político, econômico, jurídico ou cultural. A totalidade do espaço se converte no lugar das relações de produção que estão no centro da sociedade, estruturada em classes sociais³³ . O espaço regional é, assim, produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com uma dimensão espaço-temporal diferente. Longe de nos aproximarmos de uma divisão natural do espaço, a região se liga diretamente as relações de poder, e às relações de saber que a produzem. 34

31 CORREIA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 72.

32 MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: Espaço cultura e política no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 16.

33 CORREIA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 61-66.

34 Idem, p. 72-75.)

Na própria análise etimológica o termo região, que vem da palavra latina *régio, rex, regis, regula, rectum*, significa dirigir, comandar, governar, dominar. Dominar um território, dominar sobre coisas, e não simplesmente delimitar um espaço, pois a delimitação de um espaço só tem sentido como espaço de dominação. Assim, a noção de região, antes de remeter-se a geografia, remete-se a uma noção fiscal, administrativa, militar (reger e comandar) e de domínio político e econômico³⁵.

Desta forma, como espaço do capital, a idéia de região, estruturada na noção Paraná foi traduzida nos discursos dos intelectuais paranaenses. Isto porque as coisas do mundo estão submetidas à significações e são, dentre outras coisas, resultado do funcionamento do campo de produção de discursos.

Enfoques centrados no plano discursivo não são de modo algum estranhos ao mundo dos estudos regionais. Existem várias tentativas de se definir regiões levando em consideração as interpretações que determinados setores sociais elaboram do lugar em que vivem. Alguns estudos empreendidos nos anos 70 e 80 desenvolveram-se por este caminho. Eles procuram incorporar a esfera das ideologias regionalistas ao conceito de espaço regional³⁶.

Neste particular, as contribuições de Pechêux são decisivas para se compreender o discurso regionalista paranaense.

³⁵ CORREIA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 48.

³⁶ Por exemplo SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo Nordeste. Existência e Consciência da Desigualdade regional*. Editora Moderna, 1984 e CASTRO, Iná Elias de : *O mito da necessidade Discurso e Prática do Regionalismo nordestino*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989. Considerações conceptuais nessa linha aparecem em COSTA, Rogério Haesbaert. *Região o resgate de uma identidade*. *Revista de Geografia*. México. IPGH, (105), janeiro- junho de 1987, p. 181-188.

Pechêux elaborou sua concepção de discurso em oposição a alguns estudos que analisaram a temática da linguagem e repousaram suas análises sobre as intenções dos falantes, cuja consciência seria transparente, ultrapassando os diversos papéis que desempenhavam os sujeitos ao produzir a fala.

Considera Pechêux que uma palavra não tem um sentido que lhe era próprio, vinculado a sua literalidade³⁷.

Em suas reflexões, buscou abordar a produção dos discursos em termos de lugares sociais, visando enfatizar a proeminência e a preexistência da topografia social entre os falantes. O discurso não está na presença física de organismos humanos individuais, mas na representação de lugares determinados na estrutura de uma formação social. A preocupação de Pechêux é inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes, pois reconhece que se a língua é indiferente à divisão de classes e sua luta, essas (as classes sociais) não o são em relação à língua a qual utilizam de acordo com o campo de seus antagonismos. Há uma forma social de apropriação da linguagem, e a prática do dizer está envolvida por processos sociais. O discurso é constituído como experiência social. Nessa acepção há tensão, confronto, reconhecimento na tomada da palavra.

Nessa forma de abordagem os sujeitos, a situação e o contexto social histórico que envolve um corpus discursivo traduzem o sentido da seqüência verbal produzida. Na produção de um discurso contam as relações de força (os lugares sociais dos interlocutores, e sua posição relativa no discurso), a relação de sentido (o coro de vozes).

A fala é um recorte das representações de um tempo histórico, e de um tempo social. A fala é produzida a partir de

³⁷ Pechêux, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988, p. 161.

um determinado tempo social. Ou seja, o sentido da palavra não existe em si, mas é determinado pela situação ideológica colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as expressões são produzidas.

Assim, para ele, o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza³⁸ .

Nessa acepção, não existe discurso sem sujeito. E o sujeito é determinado pelo inconsciente e pela ideologia, que estão ligados e funcionando de forma análoga na constituição do sentido do discurso.

Essas reflexões são tributárias de dois conceitos fundamentais: os conceitos de ideologia e de funcionamento discursivo. Através de tais conceitos, Pechêux procura analisar a linguagem não só como formação lingüística, mas como formação ideológica³⁹ .

A formação ideológica constitui-se em um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais, mas se reportam à posição de classe em conflito umas com as outras⁴⁰ . A ideologia aparece como um processo de comunicação implícito, que determina as práticas (discursivas e outras) dos indivíduos constituídos em sujeitos.

As formações discursivas em uma formação ideológica levam portanto em conta uma relação de classe, e determinam o que pode ser dito, a partir de uma conjuntura dada. Assim as

³⁸ Brandão, Helena H. Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. 2ª ed., Campinas: UNICAMP, 1993, p. 34.

³⁹ Brandão, Helena H. Nagamine. *Op. cit.*, p. 37.

⁴⁰ Pechêux, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1988. p. 159-180.

palavras, expressões, e proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que a empregam. As palavras adquirem seu sentido em referência as quais essas posições se inscrevem nas formações ideológicas. O conceito de formação discursiva elaborado por Pecheux permite compreender o que é a região.

O conceito de Paraná, como região, não poderia estar apartada da sociedade que a produziu. A região constituía-se num projeto de um segmento da sociedade.

Portanto, na presente pesquisa aborda-se o Paraná, enquanto espacialidade e territorialidade, como invenção investigando-se as práticas discursivas que deram uma dizibilidade e uma visibilidade ao Paraná. Procura-se demonstrar como se formulou um arquivo de imagens sobre esse território, um estoque de verdades sobre o Paraná. Ao mesmo tempo questionando um conceito de região, uma dada identidade, uma fala regionalista que procura imprimir ao Paraná e aos paranaenses uma noção de semelhança a partir de um território espacial comum. Isto justifica-se porque entende-se que as falas sobre o Paraná são falas tecidas nas relações sociais. Ou seja, as formas de linguagem consideradas na produção da região paranaense são como ações, práticas inseparáveis de sua instituição. Estas linguagens não apenas representam o real, mais o instituem.

A produção da região paranaense estava ligado diretamente aos interesses de suas classes dominantes. Não foi aleatória a tentativa por parte dos setores dirigentes, em preservar determinadas áreas territoriais para o Estado do Paraná e, portanto, definir geograficamente uma cartografia do território. Embora alguns territórios, como o oeste, estivessem aparentemente fora da área de interesses imediatos dos governantes paranaenses, entre o final do século XIX e início

do século XX, isto não significava que esteve esquecida, ou até mesmo relegada.

A presente pesquisa examina precisamente o conflito pelo domínio das terras fronteiriças do oeste e sudoeste do atual Estado do Paraná. Trata-se do território contestado ^{por} Argentina, Santa Catarina e Paraná no início do século XX.

A área contestada constituía-se em uma vasta porção de terras cobertas de ervais do mate. Muito embora o oeste e sudoeste contestados fossem tidos, no início do século XX, como "região de florestas inóspitas", "viveiros de feras", ou "regiões infestadas por hordas de bandidos", muitos estrangeiros e nacionais se empenharam em lá estabelecer posse de terras para explorar erva-mate e madeira. Nessa região, o território contestado era também terra onde avultavam riquezas, espaço para obtenção de "terras dadivosas", para onde acorriam paranaenses, catarinenses, gaúchos. E principalmente Argentinos provenientes da região de *Corrientes*, que vinham à procura de erva-mate e madeira para exportar para o Prata.

Os intelectuais paranaenses do início do século, entre eles Romário Martins Ermelino de Leão e outros ligados aos letrados em Curitiba constituíram-se nos porta vozes mais imediatos do projeto de construção da identidade regional. Não apenas elaboraram cartografias do território paranaense, mas até construíram uma memória do processo de ocupação do oeste e sudoeste, definindo, pois, um projeto de região.

Na qualidade de especialistas da dimensão simbólica, esses intelectuais desempenharam um papel fundamental no delineamento de um perfil para o Paraná enquanto região, capaz de lhe garantir identidade própria. Aos intelectuais coube elaborar imagens fundadoras da região, indispensáveis na definição dessa identidade. Tornou-se preciso marcar o território, estabelecer relação com os "outros", modelar lembranças do passado. Finalmente foi necessário exprimir e

impor certas crenças comuns, inclusive fixando modelos formadores.

Muitas vezes articulados a instituições culturais ligados ao Estado, esses produtores do discurso regional utilizaram-se de uma linguagem figurada. A idéia Paraná, enquanto manifestação da região, representava a noção de unidade, dando aos indivíduos a falsa idéia de uma cidadania regional. A partir de transfigurações criadas pela linguagem, os intelectuais paranaenses do início do século XX elaboraram unidades de referência, através da qual acreditavam integrar o Paraná.

Valendo-se de critérios de identidade cultural, fronteiras geográficas e um auto-reconhecimento da singularidade de um espaço geográfico, e mitificando as relações entre espaço e natureza, e as relações com o tempo, os intelectuais paranaenses vinculavam a sociedade a determinadas unidades de referência. Unidades estas que lhes deram historicamente a solidariedade aparente através de construções discursivas e simbólicas, carregadas de significado.

Ao construírem um discurso regional, as produções culturais destes intelectuais paranaenses elaboraram dizibilidades sobre o Paraná, e propuseram uma forma de ver e de dizer a região. A região Paraná constituía-se em um grupo de enunciados e imagens.

Portanto, trata-se de investigar o Paraná para desnaturalizar a região, de problematizar a invenção da região, no campo das práticas dos discursos e das representações. Tentar fazer com que esse espaço cristalizado não seja visto como efeito da sedimentação lenta de camadas naturais ou culturais, buscando apreender os terremotos no campo das práticas dos discursos e das representações. Longe de ver a região como um terreno firme intenciona-se mostrá-lo como sólo movente, pântano que se mexe com a história.

Porque, a região Paraná, tal como foi construída, é produto de uma operação de hegemonização. Ela reflete as impressões que setores políticos dirigentes imprimiram sobre o Paraná, ~~com auxílio de seus funcionários-escritores.~~

Finalmente, a exposição a seguir está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo procura-se mostrar como o espaço geográfico que definiu o Paraná se apresentou historicamente. Ou seja, as várias representações cartográficas do estado desde a emancipação da Província até quando foram definidos o seus limites territoriais.

No segundo capítulo procura-se explicar porque se funda um discurso regional. Entende-se que para estudar um discurso que legitima um certo espaço territorial cumpre-se apreender sua relação com a sociedade, visto ser a formação social que dita a compreensão dos efeitos dos processos e especifica as visões da forma de um espaço e sua função⁴¹. As classes dominantes do Paraná estavam interessadas em delimitar as fronteiras do estado por motivações político-econômicas; pretendiam demarcar o régio. Essa demarcação do espaço de mando não constituiu-se num processo pacífico. Portanto, procura-se registrar os confrontos entre proprietários que habitavam algumas dessas áreas e as classes dominantes do Estado do Paraná na demarcação do espaço de domínio.

Por fim, no terceiro capítulo, faz-se exposição analítica das obras dos principais atores responsáveis pela invenção da região. Trata-se da produção dos intelectuais que, enquanto letrados, articulavam-se às instituições culturais e fundam uma identificação entre um determinado espaço territorial, o Paraná, e a sociedade.

41 SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel. p. 49-60.

CAPÍTULO 1: HISTORICIZANDO AS FRONTEIRAS CARTOGRÁFICAS DO PARANÁ.

A construção histórica do espaço territorial do Paraná possui diversas extensões, e sua história territorial apresenta uma grande diversidade de contornos das fronteiras.

O espaço territorial delimitado cartograficamente é uma construção¹. Construído e desconstruído, a concepção de um espaço e de uma localidade é elaborado em diferentes escalas temporais. No caso do Paraná, suas fronteiras foram alteradas sistematicamente entre 1853 a 1920.

A fixação de fronteiras cartográficas do Paraná inicia-se com a separação de São Paulo e Minas Gerais da administração dos governadores do Rio de Janeiro.

As primeiras delimitações do território paranaense começaram a ser elaboradas a partir de 1853. Entretanto, até este período, o litoral norte do Paraná pertencia à capitania de São Vicente. Já o litoral sul do atual Estado do Paraná fazia parte das terras de Sant'Ana, doadas a Martim Afonso de Souza a Pero Lopes de Souza. O processo de ocupação determinada pela política mercantilista de Portugal havia definido o sistema de capitanias. Desde o descobrimento, a Costa Brasileira fora dividida em doze setores lineares, com extensões que variavam entre 30 a 100 léguas, e entre os donatários encontravam-se Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza, a quem foram doadas as terras mais meridionais do Brasil, divididas em duas capitanias, inicialmente chamadas de

1 SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988. Ver também: LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo, Nobel, 1988.

São Vicente e Santo Amaro, mais tarde passando a chamar São Vicente². O território que atualmente constitui o Paraná pertenceu a essas donatárias³.

Um dos herdeiros de Martim Afonso de Souza, o Marques de Cascais, a fim de garantir direitos sucessórios, criou a Capitania de Paranaguá, em 1660. Contudo, por provisão régia de 9 de novembro, o governo português decidiu incorporar as Capitanias à Coroa, adquirindo-as dos herdeiros. Conforme escritura de 11 de setembro de 1711 a Capitania de Paranaguá foi adquirida e incluída na capitania de São Paulo. A comarca de Paranaguá compreendia, no litoral, as vilas de Iguape, Cananéia, São Francisco, Ilha de Santa Catarina, Laguna, indo até o rio da Prata. A vila de Curitiba e parte dos sertões ocupados abrangiam o interior.

A ocupação do litoral demarcava as primeiras regiões que seriam posteriormente definidas como parte do território do Paraná. Com a descoberta do ouro nos ribeirões que desaguavam na bacia do Paraná, considerável fluxo de população provindo das regiões de Santos e São Vicente dirigiu-se para aquela área com a finalidade de extrair metal precioso. Inicialmente, estas populações se fixaram na Ilha da Cotíngua. Porém, depois, transferiram-se para o continente, começando um núcleo que se transformou posteriormente em Paranaguá. As penetrações em busca do ouro deram origem a alguns caminhos de ligação do litoral com o primeiro planalto. A medida que essas penetrações eram feitas, e que novas minas eram descobertas, novos núcleos iam surgindo transformando-se em povoações, dando origem a cidades como Bocaiúva do Sul, por exemplo. A vinda de pessoas

2 PRADO Jr, Caio. *História Econômica do Brasil*. 8. edição. São Paulo: Editora Brasiliense 1963. p. 31.

3 MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 2. ed. São Paulo: Editora Rumo. Ltda., 1944, p. 69-70.

das cidades de São Paulo e de Paranaguá contribuíam para o estabelecimento desses núcleos populacionais.

Ainda no século XVII, os mineradores⁴ transpuseram a serra do mar e foram explorar ouro no Planalto. Com efeito, "... a Comarca de Curitiba foi povoada originalmente por europeus portugueses, outros vindos de Paranaguá atraídos pelas minas de ouro dessa região que atravessaram a serra do mar para estender sua procura"⁵. As penetrações em busca de material precioso e as atividades econômicas resultante darão origem a alguns caminhos de ligação do litoral com o primeiro planalto, apesar de que na região de Paranaguá as lavras foram mais ricas. Apesar dos mineradores que migravam de Paranaguá não alcançassem o mesmo sucesso econômico, à medida que essas migrações eram feitas e que novas minas eram descobertas, novos núcleos populacionais iam surgindo. A ocupação do planalto se firmou com a fundação de São José dos Pinhais(1690) e com a definitiva oficialização da Vila de Curitiba em 1693. Na costa paranaense, onde já estava oficializado o núcleo de Paranaguá, essa migração resultou no estabelecimento de outros núcleos com a edificação no bairro Graciosa (1714), ou de uma capela que se constituiu na base da povoação de Antonina.⁶

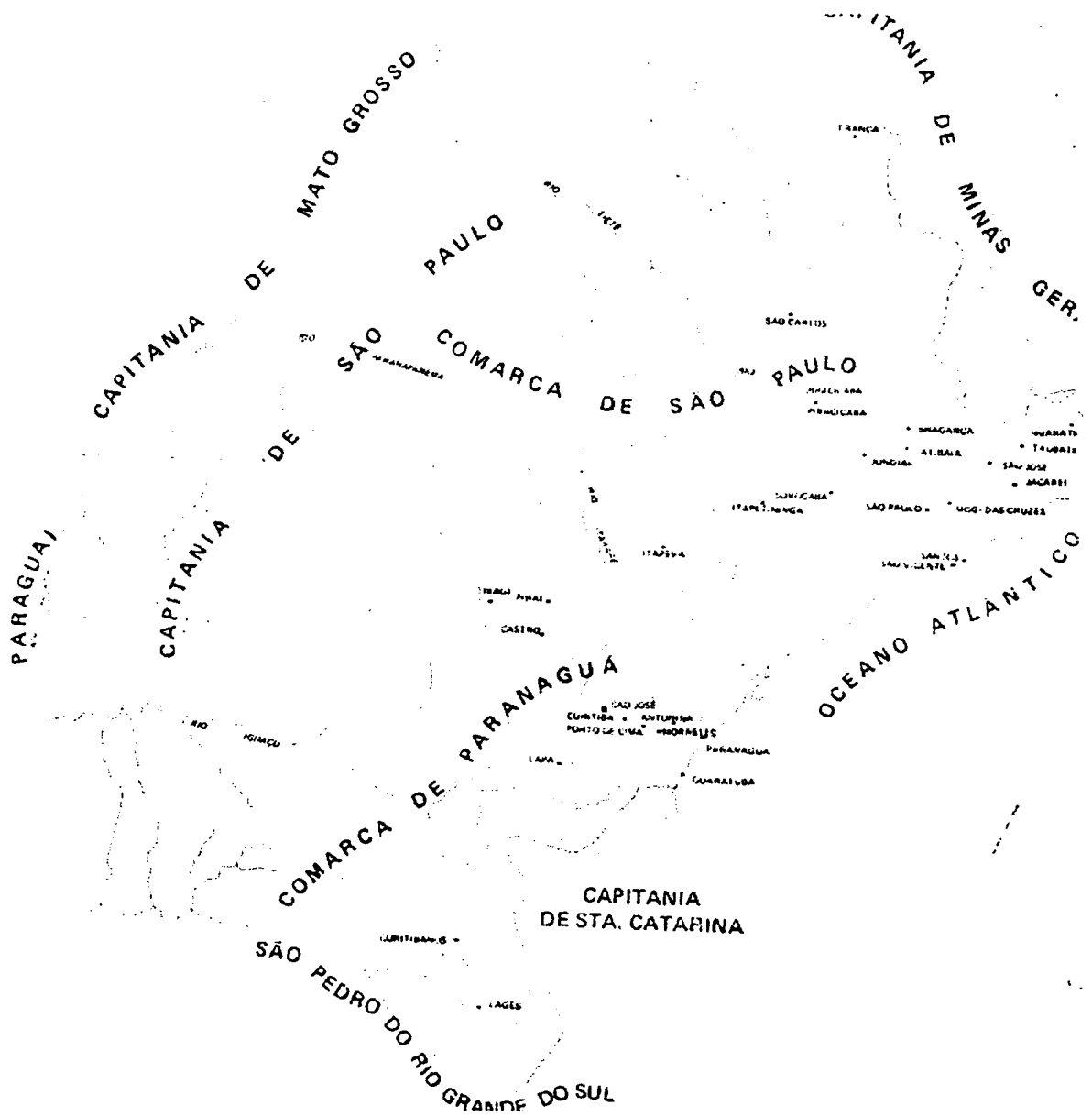
Todavia, essa definição da Comarca de Paranaguá duraria pouco. Em 1738 uma provisão régia separou a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul do território paulista, unindo Santa Catarina e Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro. Em 1741, Laguna foi retirada da jurisdição da capitania de São Paulo, e

4 Esses mineradores eram em sua maioria faiscadores.

5 IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p.31.

6 IANNI, Octávio. Op. cit., p. 29.

Mapa I: Mapa da Capitania de São Paulo, de 1800.



Fonte: Cecília Westphalen. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba, Ed. do Paraná, 1988.

em 1749, nova carta régia criou a ouvidoria de Santa Catarina (ver Mapa I).

Porém, em 1720 a Capitania de São Paulo foi dividida. Efeito de acordos entre os governos das capitanias, a jurisdição paulista chegou até a colônia de Sacramento. Mas o sertão meridional brasileiro não compreendia então mais que seis léguas, em média, e na parte que mais avançava nessa direção era nas regiões de São Paulo e Curitiba. Os problemas ligados à defesa da marinha fizeram com que o governo do Rio de Janeiro concedesse posse a jurisdição da costa do Sul. Repetiu-se o mesmo até que foi extinto o governo da Capitania de São Paulo, depois de haver-lhe desanexado às partes de Goiás e Cuiabá, que se tornaram capitanias à parte. O governo da metrópole tentou manter sua conquista ao sul da colônia ante a possibilidades de invasão e reivindicações castelhanas. Após vários desmantelamentos, a Capitania de São Paulo foi restabelecida em 1765. Esta dominava a costa e sertão do sul do Brasil, e como o rei de Portugal pretendia manter domínio dessas regiões nas mãos dos governadores gerais do Rio de Janeiro, a capitania de São Paulo restabeleceu seu antigo estado⁷.

Portanto, a constituição da comarca de Curitiba veio a ser determinada após essas modificações que sofrera a capitania de São Paulo. Ou seja, a capitania de São Paulo foi restaurada em 1765. E Paranaguá passou a ser sua segunda comarca. Em 1755, a Vila de Curitiba estendia-se até o rio Itararé, fazendo limites com a vila de Sorocaba, ao sul estendia-se até o Rio Pelotas. Ao leste abrangia o sertão do Tibagi, estendendo-se até o rio Paranapanema, o curso do rio Ivaí e os campos de Guarapuava⁸.

7 Carta Régia de 1. de Janeiro de 1765.

8 Livro de Veneranças da Câmara Municipal de Curitiba: 1755. p.7.

A carta régia de 1º de abril de 1809 definiu que os limites de Curitiba estendiam-se até a região dos rio Paraná e Uruguai⁹. Tratava-se de povoar os campos de Guarapuava

Contudo, a província do Paraná passaria a existir somente após a emancipação do Estado em 1853. Desde a Independência do Brasil, a vila de Curitiba passara por diversas tentativas para se tornar uma Província independente. Em 1811, por exemplo, alguns moradores de Paranaguá almejavam a sua emancipação de São Paulo. Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal de Paranaguá apresentava, junto ao príncipe regente, a solicitação da emancipação da Comarca e a criação de uma nova província. Fundava a petição no estado de miséria em que vivia a comarca e pela ausência de governo que lhe aumentasse o comércio e a agricultura. Essa primeira petição não foi autorizada. Novamente em 1821 um grupo de parnanguaras preparou uma conjura separatista. Em 15 de julho de 1821 o tropeiro Floriano Bento apresentou oralmente o seu requerimento em favor da separação da Comarca. Essa tentativa não vingou. O juiz de fora despachou o requerimento dizendo que aquele não era o momento, devendo-se aguardar uma representação que seria feita ao Rei.¹⁰

Assim, apesar dessas duas tentativas de emancipação, a comarca de Paranaguá e Curitiba continuaram a integrar a Província de São Paulo.

A partir dessa década, a situação da comarca ganhou novos aspectos e maior importância. Além do comércio do gado, iniciava-se a exportação de erva mate para os mercados do Prata e do Chile. Da mesma forma, os acontecimentos políticos do sul,

9 Livro de Registro Geral das Leis e Ordens da Ouvidoria de Paranaguá.. 1809 p. 212.

10 BELOTO, Divonsir Lopes. **A criação da Província do Paraná.: A emancipação Conservadora.** São Paulo: PUC, Dissertação (mestrado) Economia texto mimeo. 1990.p. 57.

como a guerra separatista da Cisplatina e, sobretudo, a República dos Farrapos, deram a comarca de São Paulo uma posição estratégica.

Em virtude das atividades do gado, que dinamizavam a economia do Paraná do século XIX, os tropeiros paranaenses estavam em estreita e contínua relação com os tropeiros riograndenses, pelos quais manifestavam simpatias políticas. Quando eclodiu a Revolução Farroupilha alguns moradores desta parte da província demonstraram simpatia aos movimentos revolucionários liberais. Da mesma forma, os comerciantes de gado aderiram a Revolução Liberal de 1842. O presidente da Província de São Paulo, o Barão de Monte Alegre confiou a João da Silva Machado¹¹, o futuro Barão de Antonina, militar, tropeiro e comerciante de gado, gaúcho, defensor da hegemonia imperial, com trânsito na comarca de Paranaguá, a tarefa de pacificar os paranaenses. Enviou a Curitiba o futuro Barão de Antonina para que conseguisse evitar a aliança com os revolucionários, propondo em troca a emancipação da província. O Barão de Antonina prometeu aos curitibanos a elevação da comarca à Província, acalmando os ânimos revolucionários, principalmente dos liberais. Em troca da não adesão aos revolucionários o Barão de Antonina¹² prometia a emancipação da Província

11 Barão de Antonina, tropeiro, Camarista da Lapa, Deputado provincial em São Paulo. Comandante da Guarda nacional, Vice presidente da província de São Paulo. Comandante da Guarda nacional, primeiro Senador do Paraná. Iniciou a vida como alfaiate, depois como capataz de fazenda e posteriormente tropeiro. Comprava tropas na região do prata e vendia-as na praça de Sorocaba. Negociando com latifúndios, adquiriu notável fortuna. WACHOWICZ, Rui. **Perfis de personalidades Paranaenses** In História do Paraná. 3 ed. v. Curitiba: Grafipar. 1969, p. 287.

12 Para Romário Martins foram Floriano Bento Viana, Francisco de Paula e Silva Gomes e Manoel Francisco Correia Júnior os que mais batalharam pela emancipação do Paraná. O Barão de Antonina foi um oportunista. Ver Romário Martins. **História do Paraná**. Op. cit, p. 266.

Um primeiro projeto foi apresentado em 1843. Todavia, os interesses paulistas, contrariados, obstaculizaram o seu andamento. Alguns tropeiros realizaram então uma campanha para a emancipação. E, em 29 de agosto de 1853 a quinta comarca foi elevada à categoria de Província .

Na época da emancipação da Província, em 1853, o Paraná apresentava o seu espaço ocupado. A sociedade criadora de gado havia iniciado um processo de expansão ocupando os Campos de Guarapuava. Várias povoações surgiram em função da economia do gado nas expansões através dos rio Iguaçu e Tibagi. Resultante dos caminhos de Peaibiru, de Cubatão, do Itupava, e principalmente do Viamão. Ligando os centros criadores - localizados no Rio Grande do Sul- ao principal mercado pecuário da época -Sorocaba- esse caminho atravessou o Paraná, criando condições para o aparecimento de várias povoações como Jaguariaíva, Lança (Piraí do Sul), Iapó (Castro) Ponta Grossa, Lapa, Palmeira, Campo Largo Lajes.

Os campos de Guarapuava tinham sido percorridos por expedições e bandeiras até meados do século XVIII. Mas, sua ocupação de fato se deu no início do século XIX¹³ . Desde 1808, quando D. João VI chegou ao Brasil, havia o objetivo de se ocupar os campos que ficavam na região central ao território que posteriormente iria formar a Província do Paraná. O governo português no Brasil demonstrou desejos em ocupar a região que ia dos campos gerais até o rio Paraná pois, considerava-o um "espaço vazio", "desocupado"¹⁴ . Em seguida à ocupação dos Campos de Guarapuava foram ocupados também os

13 Guarapuava foi ocupada inicialmente pelas expedições do Coronel Diogo Pinto de Azeredo Portugal, e posteriormente por Antônio da Rocha Loures.

14 WACHOWICZ, Rui Cristovam. Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização. Curitiba: Litero técnica, 1985. p.9.

campos de Palmas¹⁵ e Campo Êre. As sesmarias concedidas beneficiaram os grandes fazendeiros dos Campos Gerais, que obtiveram grandes áreas de terra. Entre eles Manoel Gonçalves Guimarães e José Felix, grandes proprietários nos campos de Tibagi. Além dos grandes fazendeiros, os moradores pobres dos Campos Gerais se mudaram para Guarapuava, com toda a sua família, e receberam pequenas porções de terra ao redor da vila¹⁶. A região foi ocupada e se encontrava nos anos trinta do século XIX já com grandes atividades de criação de gado. Uma nova rota foi criada ligando a região das missões no Rio Grande do Sul, passando por Palmas, Guarapuava, Ponta Grossa e daí Sorocaba. Essa rota, denominada estrada das Missões, atraiu tropeiros, que compravam mulas e as vendiam em Sorocaba (ver Mapa 1a).

Durante a ocupação dos campos pelos fazendeiros e tropeiros, foram surgindo as povoações. Lapa surge de uma fazenda pertencente ao Capitão Manoel Dias da Costa, mas efetivou-se através do pouso de tropeiros. Um desses pousos recebeu a denominação de Capão Alto. Era ali o final da etapa diária para aqueles que, pela manhã deixavam as margens do Rio Negro. O Capão Alto ficava a meio caminho do Rio Negro, que é a entrada na Província de São Paulo, e o rio Iguazú, onde se situa Registro. Palmeira tem a mesma origem. Ao longo do antigo e histórico caminho de Sorocaba a Viamão surgiram numerosos núcleos populacionais entre os quais a atual cidade de Palmeira¹⁷.

15 Em meados do século XIX, Joaquim Francisco dos Santos, fazendeiro de Guarapuava, organizou uma expedição com vistas de estabelecer posse e exploração nos campos de Palmas. Cf. WACHOWICZ, Rui. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização**. Op. cit.

16 BALHANA, Altiva Pilatti, et alli. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 83.

17 Padis, Pedro Calil. N. HICITEC, São Paulo: 1981, p. 22.

Ponta Grossa teve a mesma origem nas sesmarias do Clã do Capitão Mor Pedro Taques de Almeida, e situava-se, também, no itinerário dos tropeiros. Jaguariaiva surgiu também no mesmo processo. Sua origem resultou da fazenda Jaguariaiva de Luciano Carneiro Lobo. Situada no caminho das tropas, servia de pouso e invernadas.

Castro foi a princípio um pouso de tropeiros¹⁸. Passagem dos tropeiros, estes faziam seu pouso ao lado das margens do rio Iapó, e quando ocorriam enchentes, acampavam até a evasão do rio.

Da mesma forma, enquanto parte do Paraná surgia em função do caminho das tropas iniciava-se o processo de ocupação do norte do Paraná. Na segunda metade do século XIX, João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, tomou posse da maior quantidade de terras possível. Pois pretendia encontrar os lendários campos do Paiquerê, que segundo os índios existiam no então desconhecido oeste paranaense entre os rios Iguaçu e Pequeri. O Barão de Antonina organizou expedições comandadas pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes. Partiu dos fundos do Campo de Lagoa (parte setentrional da fazenda Fortaleza). E estabeleceu a fundação da colônia militar às margens do Tibagi. O sertanista Lopes escolheu um riacho e fixou o local para fundação da colônia Jataí, que deveria transformar-se no centro agro-militar que daria apoio operacional aos transportes de tropas e comboios militares. Em virtude do interesse do governo imperial em tentar uma ligação com a Província do Mato Grosso, foi ordenado ao barão a abertura de uma picada entre os campos da fazenda Fortaleza e o lugar de embarque no rio Tibagi (Jataí). Mandou então João da Silva Machado colocar nos campos de São Jerônimo 300 rezes de criação. Segundo o Barão de

18 REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 1939-dez. 1953. p. 101.

Antonina, "(...) ficarão servindo as minhas ditas campinas para acomodação de gado (...), bestas e cavalos da expedição, formando-se então o Abarracamento de São Jerônimo"¹⁹.

Esse processo de ocupação não fora único. A partir da segunda metade do século XIX fazendeiros paulistas e mineiros penetraram pelo curso superior e médio do rio Itararé. Iniciaram-se assim as plantações de café, formando-se fazendas nas regiões próximas aos rios das Cinzas, onde surgiram núcleos da Colônia Mineira (1862), Santo Antônio da Platina, (1866), Venceslau Brás e São José da Boa Vista (1867). Essa ocupação era constituída por fazendeiros isolados que, com suas famílias e empregados, procuravam terras ao norte do Paraná para a criação de gado, e em menor escala para o plantio do café.

Então, após ter sido emancipada a Província, e em função do processo de ocupação que o território do Paraná estava sofrendo, passou a existir a necessidade de se definir os seus limites territoriais. Em 1853, o presidente da Província, Zacarias Goes de Vasconcelos, alertava para a indefinição dos limites da província. Na abertura da Assembléia Legislativa Provincial de 1853, o presidente da Província, Zacarias Goes de Vasconcelos, dizia que era necessário definir esses recortes territoriais. Segundo Zacarias Goes de Vasconcelos:

Da deliberação da Assembléia Provincial pende, há alguns anos. É pois, não convindo em permanecer por mais tempo na incerteza de tais divisas, vou dirigir-me ao governo imperial, pedindo que haja de autorizar-me o levantamento da planta de todo o território, e o contestado afim de, sobre ela, e ante aos estudos profissionais feitos e mais esclarecimento que se puder colher, traçar a linha divisória entre as províncias limitrofes²⁰.

19 OFÍCIO do Barão de Antonina. São Paulo: 16 de jan, . ao presidente Vicente Pires da Motta.

20 Relatório de presidente de Província Zacarias Goes de Vasconcelos á Assembléia Legislativa Provincial . Curitiba, 1853. p. 30-31.

Os limites da Comarca deveriam ser estabelecidos pelo conjunto de divisas legais e convencionais dos municípios limítrofes já estabelecidas com a província. Segundo dizia Orville Derby, o geógrafo que elaborou os primeiros mapas da Província do Paraná:

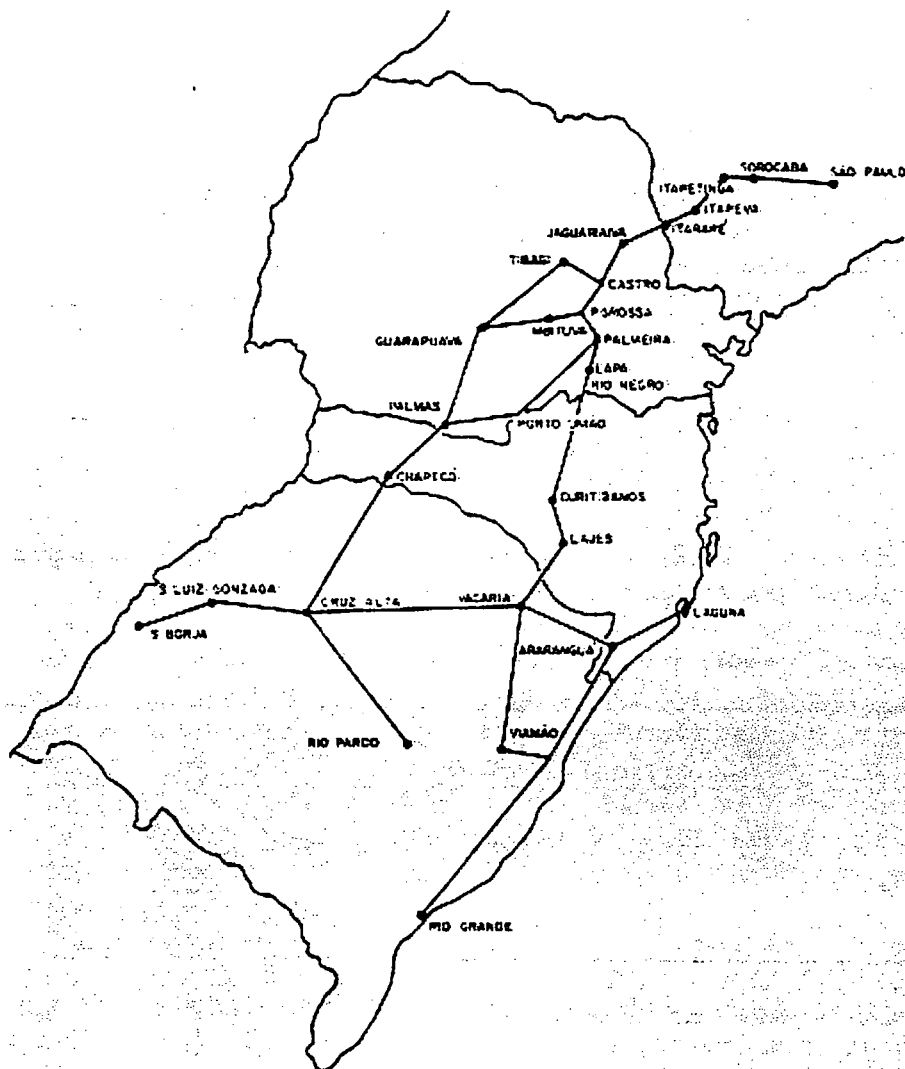
A tentativa do senado imperial, em 1856, visando declinar em lei os limites da Província e para esse fim dirigindo consultas às câmaras interessadas, não pode significar que faltasse ao Paraná o requisito necessário de uma demarcação legal. Nem isso poderia ser o pensamento do legislador brasileiro, atendendo-se a que o expresse na lei n. 704, mandando conservar a mesma extensão e limites da antiga Comarca, revela, muito ao contrário, que existiam e eram reconhecidas as divisas comarcais, que passaram à categoria de limites provinciais.²¹

Após a emancipação da Província, em 1853, os limites territoriais do Paraná foram definidos pelos limites da Província de São Paulo. Naquele momento, a maior preocupação em termos das fronteiras do Paraná se referiam aos limites com a Província de São Paulo, já que a emancipação exigia que os recortes territoriais fossem definidos principalmente nesse contorno, para legitimar a separação. Essa legitimação cartográfica do território só seria elaborada em 1876. Somente nesse momento definia-se o primeiro mapa demarcando o território da Província do Paraná. Essa construção do território fora elaborada pelo engenheiro Henrique Rivierre, cujas fronteiras eram demarcadas seguindo os traços geográficos, e procurando focalizar os limites do Paraná com a Província de São Paulo.

21 Citado por LEÃO, Ermelino. **Limites entre os Estados de São Paulo e Paraná**. Curitiba: s/ Editora, 1. v. p. 7-8.

Mapa IA: Caminhos de tropas do século XVIII e XIX.

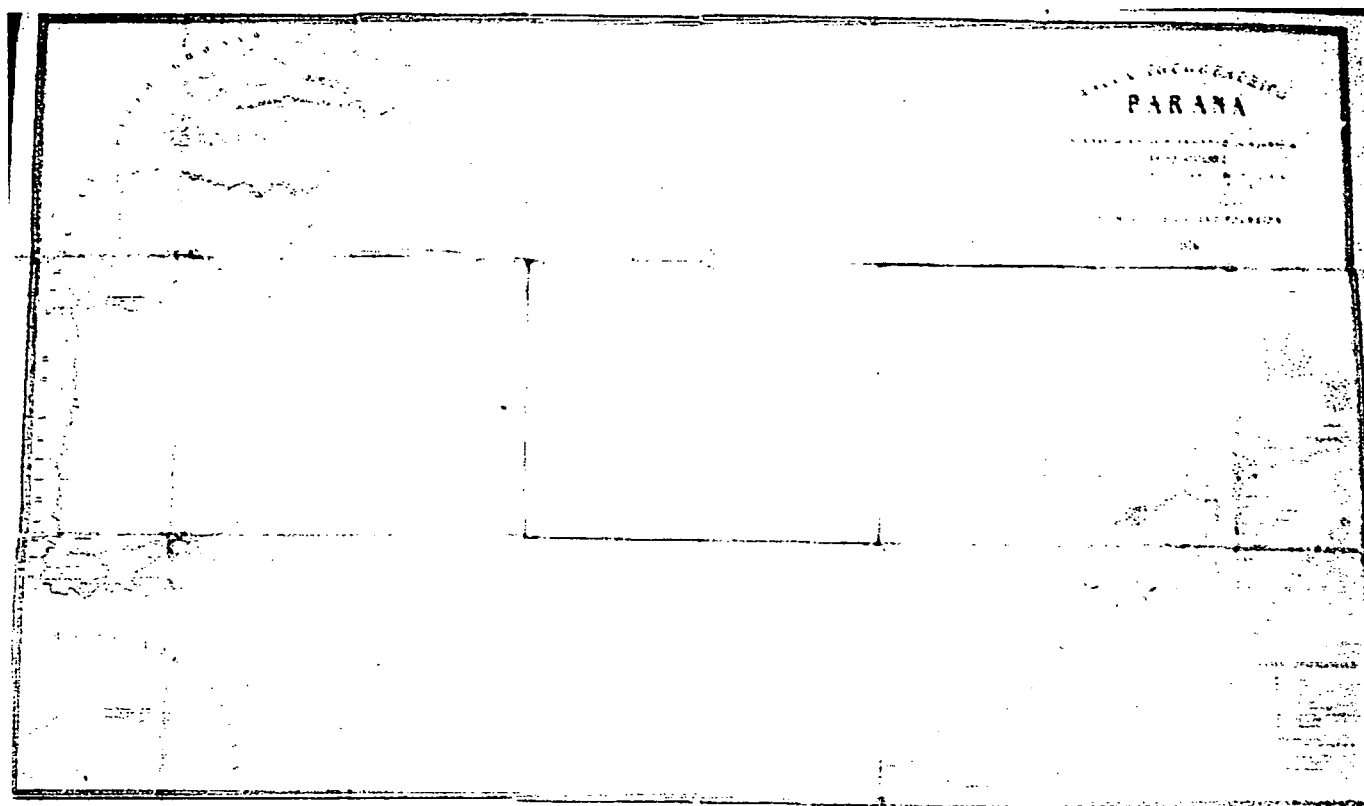
MAPA I
CAMINHOS DE TROPAS
SÉC. XVIII E XIX



PONTE MACHADO, BRASEL PINHEIRO. CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA AGRÁRIA DO PARANÁ.

Fonte: Pedro Calil Padis. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo : HUCITEC. Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p. 23.

Mapa II: Mapa da Província do Paraná de 1876.



Fonte: Carlos Riverre. **Notícia sobre a província do Paraná.** Rio de Janeiro : S. A. Sisson, 1877.

Empenhado em solver dúvidas sempre novas a respeito das fronteiras do Paraná, e prevenir conflitos futuros, o governo geral nomeou em agosto do ano próximo passado, (1875) uma comissão composta do capitão imperial e um corpo de engenheiros da marinha Dr. Felipe Hypólito Aché, como chefe e dois agrimensores Antônio Augusto da Costa Lacerda e Henrique Rivierre como ajudante para o levantamento. O mapa compete em demarcar definitivamente a linha que deve ligar os dois pontos fixos da divisa desta província e de São Paulo, a saber o isthmo do varadouro, no litoral, e a nascente do Itararé na serra do Itapirapuan segundo indica como a mais natural, o rio Itapirapuan e Ribeira, até a foz do rio Pardo subindo por este até a nascente na serra negra e rio Araripa²² .(VER MAPA 2)

Entretanto, ao mesmo tempo que construía-se uma representação do Paraná cujo objetivo era demarcar os limites com a província de São Paulo, iniciava-se também uma discussão acerca dos limites das terras situadas ao oeste e sudoeste da província do Paraná. A disputa pelo vale do Iguaçu existia desde quando se estavam ocupando os campos de Palmas. A província do Paraná reclamava a posse dessas terras contra os argentinos, e também com Santa Catarina, que reivindicava esse território.

Em 1855 o Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira dizia da necessidade de se por fim às dúvidas sobre os limites do Paraná, principalmente na fronteira com Santa Catarina.

O Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira afirmava que os limites da Província do Paraná "iam do rio Canoas, desde a sua confluência pelo rio Pelotas, até a sua origem principal,

22 Relatório do Presidente de Província do Paraná, Lamenha Lins, a Assembléia do Legislativo da Província, em 15 de fevereiro de 1876. Curitiba: sem editora, p. 7.

23 MARTINS, Romário. Argumentos e Subsídios sobre a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina. Publicados sob a direção de Romário Martins. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1902.p..37.

e desta em direção de leste até a serra do Mar". A fronteira alcançava o Oceano Atlântico do Paraná, desde a serra do mar até a interseção desta linha com o paralelo principal do Sahy-Guaçu, incluindo Curitibaanos. Em meados de 1865, as fronteiras do Paraná eram delimitadas pelos seguintes percursos geográficos. "Confinava-se com a província do Rio Grande do Sul pelo rio Urugauy, desde a confluência do Canoas ao Pelotas, estendendo-se até os limites com *Corrientes*".

Em meados de 1850 já existia um forte segmento político constituído no Paraná. E tais discursos sobre a delimitação territorial refletiam as pressões das camadas dirigentes. Os fazendeiros de gado, chefes do poder político da Província, há muito interessavam-se por demarcar e legalizar a posse dos lendários campos de Palmas e adjacências.

Entretanto, as representações cartográficas do Paraná não foram alteradas.

As fronteiras do Paraná com Santa Catarina não se tornaram evidentes devido à disputa de parcelas dessa mesma região com a Argentina.

Desde a Independência da Argentina e do Brasil, em 1810 e 1822, respectivamente, até 1857, os dois governos, herdeiros dos tratados ibéricos²⁴ não discutiam a definição dessas

24 As fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul foram demarcadas pelo tratado de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). Porém nem toda fronteira entre o Brasil Português e as colônias espanholas haviam sido demarcadas *in loco*. Com o tratado de Santo Ildefonso, a fronteira meridional entre as duas possessões ibéricas compunham as três partes principais, do rio Uruguai, antigamente dominado Goyo-en, do rio Iguazu antigamente denominado Grande ou de Curitiba, e a faixa intermediária entre esses dois vales. O governo de ambas as potências ibéricas concordavam em que os rios Uruguai e Iguazu eram parâmetros fixos na delimitação de suas fronteiras. O ponto da divergência consistia nos rios que, correndo em direções opostas (para o Uruguai e Iguazu) delimitaram a fronteira internacional entre esses dois vales.

O tratado de 1777 estabelecia que a fronteira internacional corria pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Entretanto, as comissões demarcadoras, criadas por Portugal e Espanha nunca chegaram a definir exatamente quais os rios que recebiam essas denominações, embora contassem dos mapas utilizados durante a convenção diplomática.

fronteiras. A partir da metade do século XIX, por iniciativa do governo brasileiro, iniciaram-se as conversações a respeito. Na ocasião da discussão das fronteiras o governo Argentino concordou com a interpretação dada pelo Brasil. Ou seja, concordou inicialmente que os rios Peperiy-Guaçu e Santo Antônio eram os atuais rios com estas denominações. O senado e a câmara da Argentina haviam referendado o tratado assinado pelos dois governos em 1858. Porém, o executivo no Brasil adiou a comunicação ao governo brasileiro. O prazo demarcado para essa formalidade expirou, e o governo Argentino desinteressou-se das discussões sobre o assunto²⁵.

Após ao fim da guerra do Paraguai, este país, em acordo com a Argentina, renunciou às pretensões sobre o território de Misiones, que vinham desde sua independência. O governo do Brasil tentou intervir a respeito, mas nada conseguiu.

Somente em 1881 a Argentina definiu claramente sua interpretação do tratado de 1777. Segundo esta, o rio que os brasileiros denominavam Chapecó, afluente do Uruguai, era o Peperi-Guaçu. E o rio Chopin, afluente do Iguaçu era o Santo Antônio.

Em 1888, uma nova interpretação era feita pela Argentina, que passou a reivindicar o rio Jangada (também afluente do Iguaçu), como sendo o rio Santo Antônio, aquele definido pelo tratado de Santo Ildefonso (1777).

Os constantes conflitos entre argentinos e brasileiros pela posse do território determinou a formação de uma comissão para definir as fronteiras. Há que se considerar que a Argentina havia criado uma *Governacion de Misiones*, cujos

25 RIO BRANCO, Barão do . **Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentou ao presidente dos Estados Unidos da América como Arbitro segundo as estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre Brasil e a República Argentina.** New York: The Knickerbocker Press, 1894, vol. II p. 230 a 242.

territórios estavam localizados entre os rios Uruguai e Paraná. E em 1882 o governo argentino dividiu este território em cinco departamentos, conferindo-lhes inclusive limites.

O grande objetivo geopolítico da Argentina era conservar o *Território de Misiones*. Desde meados do século XIX muitos brasileiros ocupavam a região. Para garantir a posse, os brasileiros passaram a reivindicar uma parte um pouco além dos limites, incluindo a região de Palmas. Não satisfeitos com a reivindicação da fronteira limitada pelos rios Chopin e Chapecó, os brasileiros tentaram fazer recuar a fronteira até o rio Jangada, que ficava em Palmas.

Em 1889, antes mesmo da comissão encarregada de terminar os seus trabalhos, o ministro argentino propôs confidencialmente ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, a divisão do território contestado, mediante a criação de uma linha que fosse a mediana geográfica entre as pretensões territoriais de ambos os países ²⁶.

Essa questão foi resolvida somente em 1895, através da sentença de arbitramento. A demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Argentina passaram a ser definidas pelos rios Santo Antônio e o Pepery-guaçu.

A instalação da República provocou novas disputas pela definição territorial do Paraná. O governo republicano definira inicialmente que a questão de fronteiras deveria ser resolvido politicamente entre os estados. Entretanto, essa medida foi alterada posteriormente a definição das fronteiras tornou-se uma questão judicial.

Em 1900 novamente a disputa pelas divisas do território a oeste do Paraná viriam a tona. Os governantes paranaenses

26 RIO BRANCO. Barão. Op. cit. p. 265..

pretendiam continuar jurisdicionando integralmente no vale do Iguaçu. Para tanto, reforçavam-se a representação geográfica-cartográfica do território do Paraná, elaborada pelo Estado através do engenheiro Cândido Abreu.

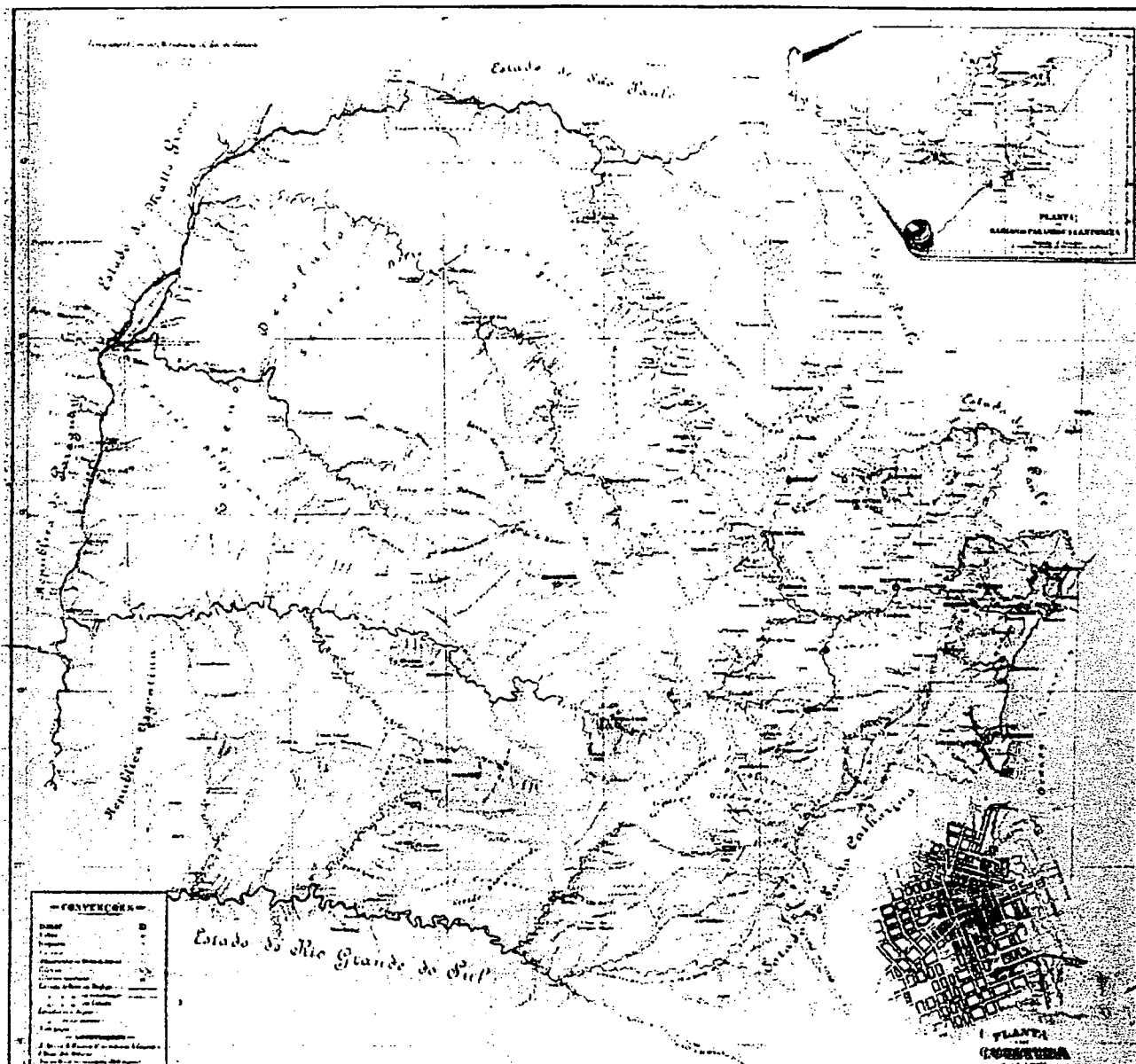
Em 1901, porém, Santa Catarina apresentou no Supremo Tribunal Federal uma ação reivindicando que a fronteira com o Paraná deveria passar pelos rios Sahy-Guaçu, Negro e Iguaçu. Santa Catarina reivindicava o território entre os rios Negro Iguaçu e Uruguai, até a fronteira com a Argentina.

Os governantes no Estado do Paraná afirmavam, ao contrário, que suas fronteiras iam até o Uruguai e Rio Grande do Sul. O território em disputa compreendia uma área de aproximadamente de 48000Km de superfície. Excluindo a parte já ocupada por Santa Catarina, a região contestada compreendia as terras limitadas pelos rios Peixe, Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Iguaçu, Negro e Petro, até as suas nascentes. Seguia então pelo divisor de águas da Escarpa Geral até as nascentes do rio Canoinhas, afluente do Iguaçu. Daí o divisor da escarpa até o Espigão, e as nascentes do rio do Peixe.

Em 1895, o Presidente do Estado do Paraná, Xavier da Silva, cogitou a necessidade de se construir um novo mapa do estado, visto que o único mapa existente até 1894 era o construído pelo Engenheiro Henrique Rivierre, e publicado em 1876. Esse mapa fora considerado incompleto pelo secretário de obras públicas. Pois não abrangia a região compreendida entre os rios Iguaçu e Uruguay, o cobiçado vale do Iguaçu, dizia o secretário.

Nesse mapa definia-se que a superfície da Província do Paraná possuía dez mil léguas quadradas. O Paraná detinha 120,5 léguas desde NE a SO, ou desde a foz do rio Araripa no Atlântico, até a confluência do rio Iguaçu. De norte a sul, o Paraná estendia-se desde a foz do Itararé, no Paranapanema, á barra do Pipiry Guassú, no Uruguai. Ao norte e ao nordeste, o

Mapa III: Mapa do Paraná de 1896. Elaborado pelo engenheiro-topógrafo Cândido de Abreu.



Fonte: Jaime Cardoso. **Mapas Históricos do Paraná**. Curitiba, Ed. do Paraná, 1988.

Paraná limitava-se com a Província de São Paulo. A leste com o Oceano Atlântico, e ao sueste com a Província de Santa Catarina. Ao sul, o Paraná limitava-se com a de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Ao sudoeste com *Corrientes* (Argentina), a oeste com o Mato Grosso e a república do Paraguai (ver Mapa III).

Na época da Proclamação da República, o território do Paraná sofreria novas ocupações. Parte do oeste estava pontilhado por estabelecimentos paraguaios e argentinos que tinham obtido concessão para explorar erva mate constituindo o sistema de *obrages*.

Da mesma forma, as ocupações no território ao norte do Paraná provocavam o surgimento de novas povoações. Tanto que, ainda na época do Império, os governantes do Paraná temiam perder o controle sobre a economia dessa "promissora região". Ao norte do Paraná surgiam núcleos urbanos como por exemplo Jacarezinho, Cambará (1904). Tão rápido e desordenadamente fez-se o povoamento dessas regiões do estado, que o presidente do Estado do Paraná em 1892, Francisco Xavier da Silva, mandara, quase na época da Proclamação da República, que se estabelecessem algumas normas reguladoras dessa ocupação. No ano de 1892, por exemplo, enfatizava-se a "necessidade de legislar sobre terras devolutas", autorizando a venda de terras do Estados situadas "... no vale do Paranapanema, que são ambicionadas por mineiros e paulistas, e que por estes últimos são consideradas para a cultura do café, como prolongamento do território de seu Estado."²⁷

Em 1916 a fronteira com Santa Catarina foi finalmente definida. O governador do estado, Afonso Camargo, aceitou estabelecer um acordo com Santa Catarina. As fronteiras do Paraná ficaram definidas da seguinte forma:

²⁷ Mensagem do Governador do Estado, Francisco Xavier da Silva, enviada e lida perante o Congresso Legislativo do Paraná, em 4 de outubro de 1892, p. 15.

Com São Paulo, começavam na barra do Araripa, acompanham a curva do rio, passando no povoado do mesmo nome até o meio do istmo do Varadouro e aí buscam o divisor das águas que correm, a direita para o mar e canal de Araripa e à esquerda para as baías do Pinheiro e das Laranjeiras; seguem por este divisor até ao alto da Serra Negra e por esta até a altura do morro existente entre ele e a serra da Virgem Maria; vão pelo cimo desse morro às nascentes do rio Pardo até a Ribeira; sobem este rio e depois o ribeirão Itapirapuan até as suas cabeceiras; ganham, do outro lado da Serra, a nascente do rio dos Bandeirantes (ex-Egua Morta) e continuam pelos cursos deste, do Itararé e do Paranapanema, até ao rio Paraná.

Com Santa Catarina , começam na barra do rio Saíguaçu, indo daí em linha reta às cabeceiras do rio Negro (encontro dos rios Cachoeira e Piquiri); descem por este até a estrada de ferro São Paulo- Rio Grande, entre as cidades de Porto União e União da Vitória, seguindo para o sul pelos trilhos dessa estrada até a estrada de rodagem que se dirige a Palmas; seguem por esta até o rio Jangada, sobem até a cabeceiras e daí seguem pelo divisor das águas dos rios Iguaçu e Uruguai, até a fronteira com a República Argentina, nas nascentes do rio Pipiri-Guassu.

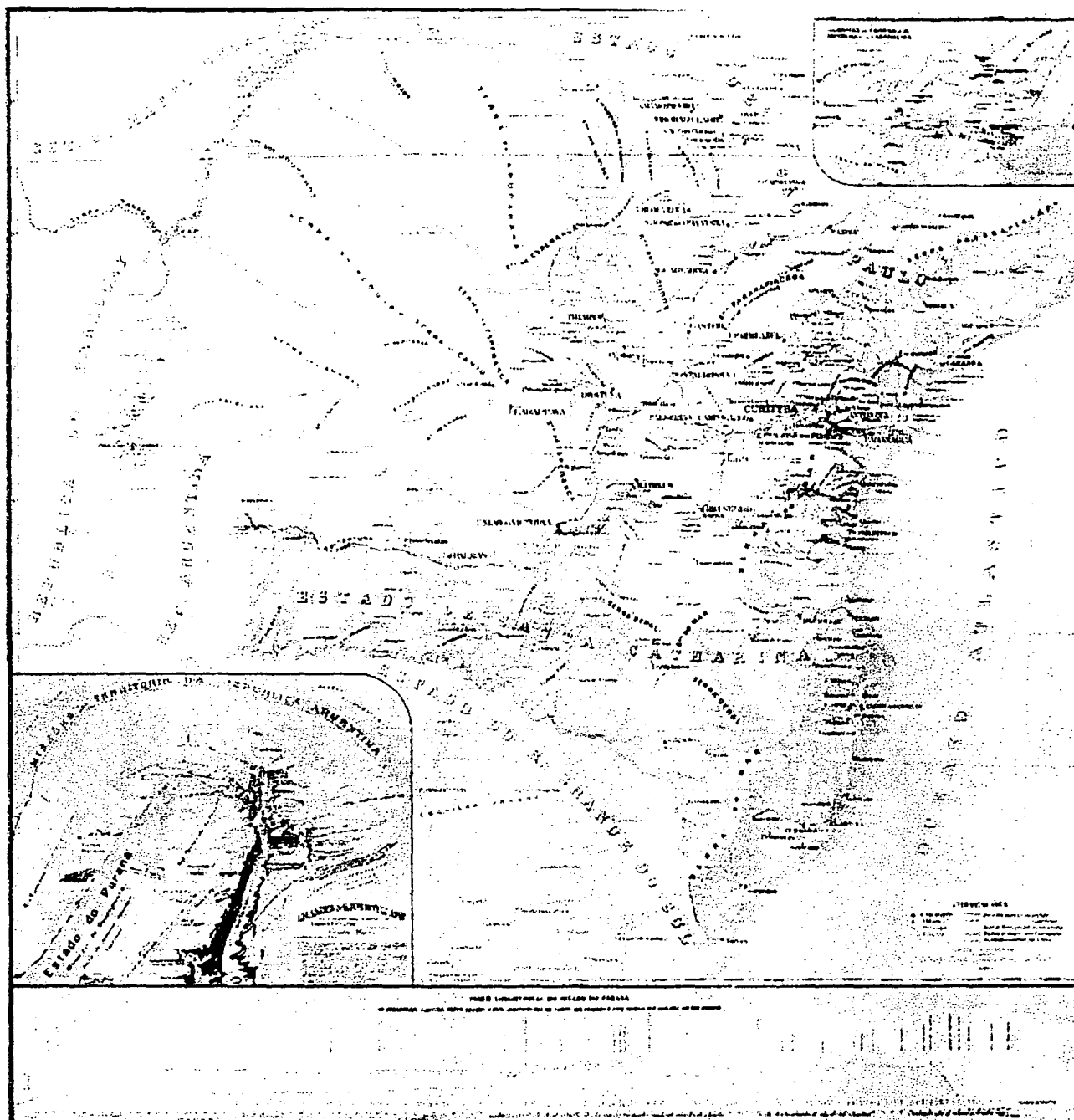
Com a República Argentina, começam no ponto do divisor geral entre os rios Uruguai e Iguaçu, por onde passa a linha que, pelo mais alto do terreno, liga as cabeceiras dos rios Pipiri-Guassu e Santo Antônio, alcançam pela dita linha a cabeceira principal deste último, descem por ele até a junção no Iguaçu, continuam pelo talvegue deste abaixo até a foz no rio Paraná.. Ao passarem na região das cascatas, seguem o talvegue do Salto da União e na parte inferior deste continuam, deixando do lado argentino as outras quedas d'água, até transporem a Garganta do Diabo.

Com a República do Paraguai, começam na foz do Iguaçu no rio Paraná, e sobem pelo talvegue daquele até ao salto grande das Sete Quedas.

Com o Mato Grosso, começam no rio Paraná, seguem seu Talvegue, a partir do salto grande das Sete Quedas e sobem o dito rio até a foz do rio Paranapanema.

Deste acordo, coube ao Estado do Paraná 20.000 Km quadrados do território contestado por Santa Catarina (ver Mapa IV).

Mapa IV: Mapa do Paraná de 1920.



Fonte: Jaime Cardoso. **Mapas Históricos do Paraná**. Curitiba, Ed. do Paraná, 1988.

CAPÍTULO 2. DELINEANDO ESPAÇOS DE PODER: OS GOVERNANTES E A QUESTÃO REGIONAL



As definições cartográficas do território do Paraná não foram construções aleatórias. Foram objetivações do espaço cartográfico do estado paranaense elaboradas pelos principais agentes interessados em preservar amplos espaços territoriais. Tais agentes, identificados aqui como as classes dominantes, detentoras do poder econômico do Paraná e seus representantes no estado, intencionaram a todo custo manter a integridade territorial.

2.1 OS ESPAÇOS DO PODER: os governantes no Paraná

Os governantes no Paraná constituíram-se, da segunda metade do século XIX ao início do XX, a partir dos grandes fazendeiros, dos donos de fábricas de soque de mate e exportadores da erva-mate.

Tais atividades econômicas presentes no Paraná, entre o final do século XIX e século XX, possibilitaram a constituição de dois grupos que ocuparam a direção do Estado paranaense até 1930¹. Os segmentos políticos no Paraná eram, pois, compostas

1 KEINERT, Ruben Cesar. **Regionalismo e anti-regionalismo no Paraná**. São Paulo, 1978. Dissertação (mestrado em Economia) Ciências Econômicas, USP, 1978. p.32

por ervateiros e campeiros. Os campeiros eram herdeiros políticos dos grandes proprietários e fazendeiros, e dominaram economicamente o Paraná entre o final do século XIX e início do século XX. Além dos comerciantes do mate, também os industriais, donos de engenhos de soque de erva mate, tornaram-se, no Império, e posteriormente na República, os representantes políticos no Paraná. Tradicionalmente inimigos desde o Império (como conservadores e liberais), essas duas facções fizeram um acordo político no final da primeira década do século XX. Através dele, essas duas facções da classe política dominante passaram a repartir cargos, revezando-se no governo do estado².

Tais forças políticas constituíram-se a partir dos grandes fazendeiros.

A abertura da caminho de Viamão para o abastecimento e transporte das minas possibilitou o surgimento de uma economia do gado. Essa atividade desenvolveu os planaltos paranaenses. A pecuária passou a ser a atividade produtora predominante, e os proprietários e comerciantes aplicavam suas economias na compra de animais no sul para revendê-los em Sorocaba. O caminho de Viamão³ atravessava os campos de Vacaria, Lages, Palmas, Curitiba, fazendo surgir freguesias, vilas e cidades. Outros caminhos interligavam-se a este constituindo uma espécie de rede viária pela qual era feito o tráfego de animais. Surge, assim, o tropeirismo, atividade determinante que promoveu a maior parte do povoamento do planalto paranaense entre os séculos XVIII e XIX. Em 1888 haviam se fixado no planalto Curitibano 1285 propriedades rurais.

2 KEINERT, Ruben Cesar. **Regionalismo e anti-regionalismo no Paraná**. Op. cit. 32

3 O caminho do Viamão, assim chamado por iniciar-se nos campos do Viamão, no Rio Grande do Sul, e atravessava os territórios do que hoje constituem os estados de Santa Catarina, Paraná indo até Sorocaba, no estado de São Paulo.

Decorrente dessas atividades, surgiram os grandes fazendeiros. Os proprietários de terras e gado representavam, até meados do século XIX, os governantes no Paraná. Em suas mãos é que se acumulavam as rendas⁴. A partir da Independência do Brasil, os chefes das famílias fazendeiras começaram a participar da vida política, e com a criação da Província o poder político institucionalizou-se nas mãos dos fazendeiros dos Campos Gerais⁵. Segundo Brasil Pinheiro Machado, o poder político na região manteve-se, em geral, nas mãos dos grandes proprietários dos campos de criação. Local, aliás, onde os tropeiros passavam as invernadas. Nas palavras de Brasil Pinheiro Machado :

A prosperidade reconquistada após a Independência fortaleceu-lhes as posições consolidando seu domínio. Obtida a emancipação da Província do Paraná, em 1853, o poder local é inteiramente restituído e, especialmente a classe dos fazendeiros dos Campos Gerais que passam a exercer o poder político na Província através da liderança das famílias fazendeiras dos Marcondes e dos Araújo⁶.

Esse poder dos fazendeiros de gado estendeu-se até quase o final do século XIX. Através do partido liberal⁷, os senhores

4 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Estruturas agrárias**. Op. cit., p. 42

5 **Dicionário Histórico e Biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Chain, Bco Banestado, 1991. p.475.

6 MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais, Estruturas Agrárias**. Curitiba: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1968.p. 42.

7 O partido liberal cristalizava-se na Província, sob a chefia do Conselheiro Jesuíno Marcondes e do seu cunhado Manuel Alves de Araújo, os quais exerciam as mais altas funções e cargos na província e no Império. Foram ambos aliás ministros da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o primeiro no gabinete Furtado, e o segundo no gabinete Martinho de Campos. Esta poderosa família, de proprietários de terras, dos barões do Tibagi, de proprietário de terras, ~~dos barões do Tibagi~~ e dos Campos Gerais, constituem a mais poderosa família oligarquia local, durante todo o tempo da Província do Paraná. De outro lado, o Partido Conservador também se afirmava sob a liderança de Manoel Antônio Guimarães e Manuel Francisco Correia, aquele Barão e Visconde de Nacar ambos pertencentes também a também a poderosas

rurais do império apropriaram-se da estrutura estatal de poder na Província.⁸ Os bacharéis dos Campos Gerais monopolizaram a representação política, a partir de 1854. Enquanto burguesia bacharelesca, os senhores dos Campos Gerais articularam os discursos jurídicos institucionais que deram o tom às legislações locais. Segundo Magnus Pereira eles podem ser considerados como os responsáveis pela constituição formal dos aparelhos do Estado brasileiro, em nível regional⁹.

Muito embora a atividade do criatório começasse a sofrer um processo de crise a partir de 1860, tendo queda acentuada por volta de 1880, esses fazendeiros continuavam a deter o processo político no Paraná. A conjuntura trazia um rápido empobrecimento para os fazendeiros. Sua riqueza era cada vez mais nominal. Algumas famílias enobrecidas aguardavam na rotina de suas fazendas, que a crise passasse restringindo suas despesas. Outras famílias fazendeiras viram-se obrigados a procurar outras fontes de rendas, ao menos suplementar, diferente da renda da terra. Como reação ao estado de crise a aristocracia rural dos Campos Gerais começou a diversificar suas atividades econômicas para manter sua riqueza. Um dos caminhos foi atuar num incipiente sítio urbano, nas casas comerciais. Segundo Brasil Pinheiro Machado:

famílias que no litoral controlavam o comércio exportador da erva-mate. Manoel Francisco Correia foi também ocupante das mais altas funções e cargos chegando a ministro do Império. Dos paranaenses que, como presidentes ou vice presidentes, ~~que~~ exerceram a presidência da Província Manuel Alves de Araujo, Jesuíno Marcondes, João José Pedrosa, Antonio Alves Araujo e Joaquim José Alves pertenciam ao Partido Liberal, enquanto que Manoel Antonio Guimarães, Ildefonso Pereira Correia, Antonio Ricardo dos Santos eram conservadores. Cf. PINHEIRO MACHADO, Brasil ett alii. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. p.148-149.

8 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Fazendeiros, Industriais e Não Morigerados. Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense*. Curitiba, 1990. Dissertação (mestrado em História) Ciência Humanas, UFPR .p.24.

9 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Fazendeiros, Industriais e Não Morigerados. Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense*. Op, cit .p.12.

...era exagerado o número de casas comerciais nas cidades em relação à população. Vendiam de tudo, remédios, alimentação, tecidos, ferragens, louças, jóias, artigos de couro, etc. Pode-se calcular a variedade de seus estoques; pelo fornecimento de uma casa comercial de Castro à fazenda Jaguariaiva, que consta do inventário em 1871. Os medicamentos constituíam-se longa lista (...) grande número de tecidos (...) gêneros alimentícios e bebidas (...) artigos variados.¹⁰

Os fazendeiros não diversificaram suas atividades apenas em direção ao comércio nas cidade. Investiram também em seus filhos varões tornando-os bacharéis.

Tobias Monteiro, ao visitar os arredores de Ponta Grossa, em 1903, ~~que~~^{que} captou o fenômeno da desagregação de uma estrutura social com base na propriedade dos campos, anotara essa prática realizada pelos proprietários das fazendas.

Dizia que:

os herdeiros de seu domínio, sem dúvida, o fragmentaram, e como tantos outros, foram se refugiar nas cidades. Foram, talvez, pedir a proteção do governo, à escravidão da política, os modernos recursos necessários à sua existência (...) Os mais felizes terão feito de seus filhos doutores? oficiais, altos funcionários. Em sua velhice se regozijarão de os ver cabalar nas eleições, insultar seus adversários nos jornais, nas assembléias, preencher os quadros da administração, chegar mesmo a algum ministério. (...) os ginásios, as faculdades produzirão, assim fornadas de candidatos aos empregos (...).¹¹

Das fazendas para as atividades comerciais nas cidades, migravam também para os empregos públicos e cargos de representação política. Mesmo com a crise da economia do gado, no final do século XIX, esses proprietários e seus herdeiros,

10 WESTPHALEN, Cecília; BALHANA Altiva Pillati, MACHADO, Brasil Pinheiro. História do Paraná. Curitiba: Grafipar. p. 100.

11 WESTPHALEN, Cecília, BALHANA, Altiva Pillati, PINHEIRO MACHADO, Brasil. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, p.154.

os bacharéis, mantiveram-se interiorizados no Estado. No final do século XIX e início do XX, os governantes no Paraná eram constituídos e politicamente representados por bacharéis formados em São Paulo e Pernambuco. Os fundiários mandavam seus filhos para cursarem as poucas universidades existentes no Brasil para que se tornassem bacharéis. Ao voltarem a Província, esses bacharéis passavam a envolver-se no processo político, ocupando cargos públicos. Foram, em sua maioria, os filhos instruídos dos fazendeiros que monopolizaram os empregos públicos e os cargos de representação política no Paraná Província e mesmo após a República. A burguesia fundiária dos campos Gerais e a burguesia comercial e industrial do litoral e Curitiba transformaram-se em burguesia letrada¹². Apesar de destituídos de propriedade e riqueza tinham um capital social, um nome respeitado, que se afirmava através do título de doutor, reafirmada através da política de casamentos e compadrio com outros proprietários e industriais. Saíam da faculdade de Direito e apropriavam-se das oportunidades de acesso e promoção social. A partir disso cabia-lhes cargos no judiciário como juízes e carreiras afins da magistratura, do executivo (delegados de polícia) e legislativo.¹³

Porém, o estado foi também representado por outros segmentos das classes detentores de um poder econômico. Como já nos referimos anteriormente, também donos de engenhos e seus herdeiros constituíram-se nos segmentos políticos do Paraná.

→ Paralelamente a atividade do criatório desenvolveu-se a atividade extrativa. A erva-mate constituiu-se, da segunda metade do século XIX até 1930, no principal produto da economia

12 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Fazendeiros, Industriais e Não Morigerados. Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense.** Curitiba, 1990. Dissertação (mestrado em História) Setor de Ciências Humanas UFPR, p. 87.

13 **Dicionário Histórico Biográfico do Paraná.** Op. cit. p. 401.

Este com port auto

paranaense. A economia paranaense fora, em grande parte, dominada e comandada pela atividade ervateira. Desde 1820 a extração da erva-mate começara a firmar-se como possibilidade mais eficaz de obtenção de rendas, e a economia ervateira passou a ser o esteio do estado paranaense. Em 1831 o mate representava 0,3% das exportações brasileiras, e em 1850, 1,3%. Alcançando, assim, maiores índices, tornando-se na principal atividade econômica do Paraná. Em 1902 o mate participou com 3% do total das exportações brasileiras¹⁴

O mate dinamizou a economia do Paraná possibilitando o surgimento das primeiras indústrias. Os engenhos de mate tomavam conta de toda região litorânea paranaense. Em 1835 só a povoação de Porto de Cima apresentava 20 fábricas de soque de mate, além das existentes em Morretes e Paranaguá.

Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu uma nova fase do crescimento da economia de exportação do mate. Os principais mercados de erva-mate expandiram-se à medida em que se processava o crescimento da economia Argentina. Surgiram e se multiplicaram os moinhos de beneficiamento do mate, que passou a ser exportado após ser industrializado.

O desenvolvimento da economia ervateira estimulou o crescimento de uma nova facção das classes econômica e politicamente dominantes, os industriais e exportadores do mate.¹⁵

Se a criação e o comércio do gado haviam dado ao Paraná os primeiros **barões**, o mate também haveria de criar uma aristocracia, trazendo títulos de baronato às figuras mais expressivas do setor ervateiro provincial.

14 PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná** São Paulo: Huicitec, Curitiba, Secretaria da cultura e do esporte do Estado do Paraná, 1981.p.49.

15 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Fazendeiros, Industriais e Não Morigerados. Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense.** Op. cit. p. 7.

A erva-mate criara uma forte e influente aristocracia. Conforme disse Temístocles Linhares, essa fãção da classe dominante fez viscondes e barões, criando uma pequena aristocracia titulada da sociedade paranaense, a exemplo do que ocorreu com o café em São Paulo, a cana no Nordeste, o cacau na Bahia¹⁶.

As mais importantes famílias paranaenses do início do século XX foram recrutadas entre os primeiros ervateiros. Nas palavras de Temístocles Linhares:

Eram os Loyola, os Santos, os Cordeiros, os Pinto Rebelo, os Marques, os Costas, os Guimarães, os Miró de Freitas, os Nogueira. Depois da terceira fase quando os engenhos começam a instalar-se no planalto, é que se incorporariam a essas famílias tradicionais a dos Ferreira da Luz, dos Santos Andrade, dos Taborda Ribas, dos Carvalho de Oliveira, dos Bittencourt, dos Almeida Torres, dos Munhoz, dos Alves de Araújo, dos Pereira Correia, dos Paula Xavier, dos Rodrigues, dos Rodrigues da Costa, dos Correia, dos Xavier de Miranda, dos Leão, dos Souza, dos Carneiro, etc.¹⁷

Esses proprietários de engenho de mate, apesar de dominarem o Estado só após a metade do século XIX, vão exercer forte influência na política local e regional até 1930¹⁸.

Assim, embora os republicanos tentassem criar uma imagem de rompimento com as velhas tradições da monarquia, no plano político a velha aristocracia ^{continuaram} ~~ontinuaram~~ detendo o poder. Ou seja, ^{ou} permaneceram no poder aqueles que já haviam se estabelecido na política¹⁹.

16 LINHARES, Temístocles. **História Econômica do mate**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio. 1969. p.332.

17 Idem p. 332.

18 WACHOWICZ, Rui. **História do Paraná**. p. 96.

19 CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: A elite política imperial**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

A República no Brasil havia se instalado com o apoio dos fazendeiros que se alistavam na nova bandeira republicana atraídos, sobretudo pela constelação federalista. O manifesto de Itu, que fundara o partido republicano, fora assinado por médios e grandes proprietários rurais. Na convenção de Itu, dos 133 convencionais, a metade era ligada a agricultura escravista. Republicanos paulistas como Prudente de Moraes e Campos Sales, ou riograndenses, como Júlio de Castilhos, eram fazendeiros ou filhos de fazendeiros.²⁰

A situação da Província do Paraná, às vésperas da Proclamação da República, era calma e tranqüila. Era praticamente a mesma situação política que caracterizara o jogo político realizados por conservadores e liberais na disputa do poder durante o império (dominada maciçamente por latifundiários dos Campos Gerais, donos de engenho de mate, e exploradores de mate). No Paraná ascendera à Presidência da província o representante do partido liberal, antigo político e latifundiário dos Campos Gerais, Jesuíno Marcondes. Rocha Pombo observou a precipitação com que o partido conservador, na ocasião fora do poder, acudiria em peso a nova ordem republicana²¹.

Ermelino Agostinho Leão escrevera, no início do século XX, que o Paraná não tinha propriamente um Partido Republicano, quando do advento da República. Havia contudo, segundo o escritor, um movimento propagandista que se irradiava na Província, formando núcleos²². A cena política fora dominada

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**. Formação do Patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958.

20 FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. p.456.

21 Dicionário Histórico Biográfico do estado do Paraná. Op. cit. p. 402.

22 Um desses clubes era dirigido por Sérgio Francisco de Castro nasceu no Estado de São Paulo em 1831. Descendentes das mais antigas famílias

por tradicionais famílias nobiliárquicas paranaenses durante o império, que agora propunham o federalismo. A fundação do clube republicano em Curitiba apontava para a contraposição a algumas famílias que haviam dominado o Paraná até aquele momento. De posse dos principais veículos de comunicação, a imprensa, através do jornal a *República*, falavam dos Araújo e dos Marcondes que constituíam-se, até aquele momento, nas famílias nobiliárquicas dominantes. No jornal a *República* diziam que:

O Paraná como todos sabem, viveu durante largo tempo sob o jugo de duas famílias poderosas, espécie de pequenas dinastias criadas á sombra da grande dinastia monárquica. O partido republicano, nascido aqui há quatro anos, combateu com todas as forças de que dispunha esse preconceito da oligarquia, traçando em seu programa o completo aniquilamento das duas potência, para a realização da verdadeira prosperidade paranaense.

Entretanto, proclamada a República, Vicente Machado apontava a quase ausência de transformações na política paranaense. Através do jornal a *República* notara que:

A inauguração do governo republicano neste estado estavam os liberais de posse de todas as posições oficiais. Todos, absolutamente todos, os cargos policiais, exercidos ou não, eram ocupados por

tradicionais paulistas era filho do comendador da Ordem da Rosa Joaquim de Souza que ocupou importantes cargos públicos em Iguape e Curitiba, e de D. Maria Justina Canto e Castro, filha de Francisca das Chagas Alvim e do capitão Joaquim Pereira do Canto e neta de Catharina Angélica da Purificação Taques, filha do terceiro casamento do notável Pedro de Taques de Almeida autor da nobiliarquia Paulistana. A Mãe ligara-se por parentesco à marquesa dos Santos, que era filha de Escolástica Bonifácio de Toledo Ribas, Viscondessa de Castro, natural de São Sebastião, casada com João de castro e Canto e Melo, 1º Visconde, gentil-homem da imperial câmara. Foi nomeado pelo Coronel Manoel Antonio Ferreira para a secretaria da polícia. Posteriormente conseguiu no governo de Manoel Alves de Araújo cargo de Inspetor Geral da instrução pública. Com auxílio do Conselheiro Araujo aproximou-se de Juiuino Marcondes permitindo-o assistir as reuniões do partido liberal. Bacharelou-se em Direito em 1865 e, quando voltou a província fundou o jornal *Imprensa livre*. Voltou posteriormente como deputado a Assembléia. CF. VARGAS & CHAVES Maria L. *Biografia do Presidente da Constituinte Republicana no Paraná de 1892*. Curitiba: Editora Litero Técnica, 1987. p.16-43.

adeptos do partido em cujas mãos a monarquia agonizou e finou-se. Inaugurou-se o regime republicano, qual foi a derrubada feita ? Uma, duas, ou três exonerações, quando muito não tiveram caráter partidário absolutamente e apenas foram ditadas por conveniências públicas do serviço do estado²³.

Coube ao Barão do Serro Azul, o importante ervateiro Ildefonso Pereira, a reorganização da vida política no Paraná após a Proclamação da República. Entretanto, Vicente Machado desentendeu-se com o General José Cerqueira de Alencar Lima por este demonstrar inclinações pelos antigos liberais, e após esse ocorrido fundaram-se duas correntes políticas no Paraná.²⁴

Este fato teria provocado uma cisão na política paranaense, resultando em uma divisão de partidos republicanos. De um lado, os republicanos e alguns conservadores agrupados ao lado de Vicente Machado e Xavier da Silva formaram o Partido Republicano Federal. E, de outro, a União Republicana, composta por antigos liberais como Generoso Marques, Emygio Westphalen²⁵, José dos Santos Pacheco²⁶ e Joaquim Inácio

23 MACHADO, Vicente. *Ao Estado do Paraná*. In: *República*. Curitiba: 02/03/1890.p.1.

24 LEÃO, Ermelino. *Dicionário histórico Biográfico do Paraná*.

25 Nascido na Lapa em 1847. Casou-se em primeiras núpcias Joaquina de Paula Xavier. Iniciou carreira trabalhando com Zacarias Góes de Vasconcelos. Integrou e foi secretário do Clube Radical que pregava a reforma constitucional. Foi membro da Comissão da redação do manifesto de 1870. Foi deputado provincial de 1884-1887. Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Juiz de direito da Lapa, foi nomeado chefe de polícia em 1890 1891. Colaborou no jornal a Federação. Conspirou em conjunto com outro em 26 de junho de 1893 que objetivava a deposição de Vicente Machado quando do licenciamento de Xavier da Silva. Ver *Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Editora Livraria do Chain e Banco do Estado do Paraná, p. 555.

26 José dos Santos Pacheco tinha parentesco com David dos Santos Pacheco o Barão do Tibagi. Muito jovem David foi iniciado nas lides do comércio de tropas e muares e por seu padrinho de batismo o Barão de Antonina com o qual manteve sociedade de 1834-1846. Posteriormente com os irmãos e cunhados e sobrinhos firmando-se como um dos mais fortes comerciantes de tropas no Paraná. por intermédio de sócios reunia animais no sul onde manteve a importante fazenda dos cinco irmãos no passo fundo conduzindo-os para as invernações da Lapa e feiras em Sorocaba. Dada sua posição como tropeiro e comerciante de gado, próspero homem de negócios de prestígio

Silvério, políticos que dominavam o congresso legislativo em 1889²⁷.

Em 1891, os liberais da União Republicana obtiveram maioria na Assembléia Legislativa do Paraná, conseguindo também eleger Generoso Marques e Silveira Mota, antigos representantes dos latifundiários, para o governo do Estado.

Com a deposição de Deodoro da Fonseca, em 23 de novembro de 1891, alterou-se a situação política nos Estados. Floriano ao assumir o poder destituiu todos os governadores~~X~~. No Paraná Generoso Marques foi deposto. E nova junta provisória elegeu Xavier da Silva²⁸ e Vicente Machado para o governo do Estado. Na época da elaboração da constituição republicana no Paraná, perdurava "a influência da aristocracia fundiária dos Campos Gerais"²⁹ na Assembléia Constituinte.

Com a nova ordem republicana iniciava-se também uma disputa local pelo poder. O aparecimento de divergências entre as ^{frações} facções das classes dominantes fora possibilitado pelo federalismo. A existência no Império do poder moderador controlava de certa forma as eventuais disputas que ocorriam

social e político na sua comunidade ocupou altas posições na vida da comarca depois da Província do Paraná. Foi um dos mais prestigiosos membros do partido liberal. recebeu o título de Barão dos Campos Gerais em agosto de 1880. Cf **Dicionário Histórico Biográfico do Paraná**. Op. cit. p. 238-239.

27 **Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Editora do Chain e Banco do Estado do Paraná, 1991. p. 402.

28 Francisco Xavier da Silva nasceu em Castro. Filho de David Antonio Xavier da Silva, família tradicional dos Xavier da Silva. Militou na política provincial como partidário do partido liberal participando desde 1862 e por várias legislaturas da Assembléia Legislativa. Em 1888 deixou o partido liberal e junto com Vicente Machado migrou para o partido republicano. Teve como vice governador, em 1908, o famoso político, herdeiro dos liberais do império, Generoso Marques. Dados biográficos extraídos do **Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Chain, Banco do estado do Paraná, 1991. p.441.

29 VARGAS, Túlio & CHAVES, Maria M. Sérgio de Castro. **Biografia do Presidente da Constituinte Republicana do Paraná de 1892**. Curitiba: Editora Litero-Técnica. 1987. p.15.

entre os partidos políticos na época imperial. Implantada a República o federalismo possibilitara o aparecimento de divergências políticas favorecida pela possibilidade de ascensão de novos grupos.

Assim, retirado momentaneamente da cena política Generoso Marques, ascendera Francisco Xavier da Silva e Vicente Machado.

Muito embora Vicente Machado não fosse um latifundiário, pois, na época que antecederia a proclamação desempenhava funções no Estado como magistrado. Suas origens, entretanto, demarcavam uma ligação com as questões fundiárias. Era filho do capitão José Machado da Silva Lima, e cujo avô materno era um dos fundadores de Castro. Pelo lado paterno estava ligado a política tradicional do império. Tinha parentesco com o padre Chagas Lima, responsável junto com Rocha Loures pela fundação e colonização de Guarapuava. Na cidade de Curitiba, tinha ligações por parentesco com o padre Agostinho Lima de estreitas ligações com Zacarias de Góes e Vasconcelos. Havia, também, iniciado na política pelas mãos do líder da política imperial no Paraná Jesuíno Marcondes, sendo inclusive eleito a deputado estadual com o apoio de Jesuíno Marcondes. Seu vice Francisco Xavier da Silva descendia também de famílias nobiliárquicas no Paraná. Nasceu em uma fazenda no distrito de Castro. Era neto do fazendeiro Francisco Xavier da Silva, nascido em Portugal, fazendeiro influente na região de Castro, pessoa que Saint-Hilaire destacou em sua narrativa ao passar pela Comarca de Curitiba. Militou na política imperial no partido liberal participando desde 1862, e por várias legislaturas da Assembléia Legislativa. Fora intendente municipal em Castro em 1877-1881 e em 1889- 1891. Em 1889 migrou com Vicente Machado para o Partido Republicano, ocupando a presidência do estado em 1892, 1900, 1908.

Outro representante da aristocracia do Império, era José dos Santos Andrade, elegeu-se governador do Paraná em 1895 e

1899³⁰. José Pereira dos Santos Andrade vinha de famílias tradicionais ervateiras. Era filho do comendador Antônio Ricardo dos Santos um importante capitalista e industrial de erva mate, dono de fábricas de soques em Curitiba e Morretes e que representara saliente papel na política conservadora imperial, exercendo diversos cargos públicos por eleição como por exemplo deputado provincial e em 1887 tornou-se vice-presidente da província do Paraná. José Pereira dos Santos Andrade inicialmente praticara o comércio ervateiro no Rio da Prata. Porém, como era de praxe a toda família afortunada, foi para o nordeste bacharelar-se na faculdade de Direito de Recife. Ao voltar ao Paraná dedicou-se, tal como o pai, á carreira política como membro do Partido Conservador, e ,mais tarde tornou-se um republicano.

A essa época, continuava no controle da política Vicente Machado.

Em 1907, com a morte de Vicente Machado a política paranaense entrou em aparente conciliação de antigos grupos em desavenças políticas.

Em 1908 os inimigos políticos do Partido Republicana Federal e da União Republicana fizeram um acordo³¹. Esse acordo foi denominado coligação republicana. A coligação republicana contara com a participação de Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva³², Afonso Camargo, que até aquele momento opunha-se à Vicente Machado³³.

30 Cf. WESTPHELEN, Cecília. **Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná.** Op. cit. p.21-22.

31 Cf. Ericksen, et ali Homenagem ao Rotary Club. In: **Generoso Marques-Comemorações do seu primeiro Centenário.** Curitiba: Mundial, 1944. Ver também TREVISAN, Edilberto. **Uma vida, um Exemplo: Cel Nicolau Mader,** Curitiba: (mimeo), 1961.

32 Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva foi um importante político na coligação republicana que uniu pica-paus e maragatos. Nascido em Campinas, filho de pai português. Casou-se com Maria Belém da Silva Bueno na cidade de Castro, Paraná filha do desembargador Vicente Ferreira Bueno,

Nesse mesmo ano realizaram-se eleições para o governo do Estado. O candidato indicado pela coligação republicana fora Xavier da Silva. O candidato à vice foi Generoso Marques, antigo político liberal do império, e o segundo vice escolhido era Afonso Camargo.

Afonso Camargo foi escolhido vice-presidente também em 1912, no governo de Carlos Cavalcanti. Afonso Camargo fora não só vice-presidente no governo de Carlos Cavalcanti, mas também presidente do legislativo e líder da bancada governista no Congresso estadual. Entrara na política com o apadrinhamento de Jesuíno Marcondes. Ao tempo do oligarquia vicentista, combatera

(pertencente ao Tronco Amador Bueno). Travou relações com os republicanos Quintino Bocaiúva, Felício dos Santos. Participou da diretoria em Campinas do Clube Republicano ao lado de Campos Sales e Francisco Glicério, dos quais foi fiel amigo. Foi um signatário do manifesto de 1870 com o grupo de Campos Sales. Coube-lhes por merecimento a venerança de Campinas. No período de 1887, mudou-se para Pinhais e fundou a companhia Paraná Industrial para exploração de madeira no Paraná. Em 1890 proclamaram foi nomeado vice presidente do estado. O governo Federal o distinguiu com o posto de coronel do Guarda nacional da Comarca de São José dos Pinhais. Em 1904, escolhido para a Câmara Municipal de Curitiba, coube-lhe também a presidência da Corporação pelo que exerceu várias vezes a prefeitura da capital paranaense. Em 1900 foi eleito deputado do congresso legislativo. Em 1910 foi eleito vice presidente do estado. Foi promotor e sócio da primeira fábrica de fósforos. Cf. VARGAS, Túlio & CHAVES, Maria M. Sérgio de Castro. Biografia do Presidente da Constituinte Republicana do Paraná de 1892. Curitiba: Editora Litero-Técnica. 1987. p. 75-78.

Afonso Camargo nasceu em Guarapuava. Filho de Pedro Alves da Rocha Loures e Francisca Camargo Loures, tradicionais famílias que promoveram a colonização de Guarapuava. Por ter parentesco com o industrial e famoso político do Império Antonio de Sá Brito de Camargo, o visconde de Guarapuava, adotou o sobrenome Alves de Camargo. Como era de praxe nas famílias mais abastadas, veio para a capital completar os estudos.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas em 1894. Conquistou importantes espaços políticos quando em 1908, celebrou a coligação republicana que uniu antigas forças políticas republicanas e conservadores. Foi escolhido como vice presidente do Estado no final do mandato de Carlos Albuquerque Cavalcanti. Em 1916 concorreu ao governo com Randolho Serzedelo, médico apoiado por Xavier da Silva e Generoso Marques. Em 1916 tornou-se chefe do Partido Republicano no Paraná. Representava os interesses dos pecuaristas no Paraná. AMARAL, Raquel C. *Gazeta*. Curitiba: 25/09/75. ps/n. de página. Cf KEINERT, Ruben César. Regionalismo e Anti-regionalismo no Paraná. São Paulo, 1978, Dissertação (mestrado em economia) Ciências Econômicas, USP. p.34.

ao lado de Generoso Marques, líder que atacava com veemência a política de Vicente Machado.

Com tais trunfos na mão preparou sua candidatura à sucessão governamental. Tornara-se o chefe político da situação e o sucessor para o ocupar o Estado no período. Em 1916 Afonso Camargo venceria as eleições para o governo do Estado, mesmo não contando com o apoio dos grupos hegemônicos liderados por Xavier da Silva e Generoso Marques. Elegeu-se em chapa tendo como vice o importante industrial ervateiro Caetano Munhoz da Rocha. Seu predomínio político absoluto na política paranaense só foi interrompido em 1930 com o golpe liderado por Getúlio Vargas

Vencido os distúrbios que irromperam depois da instalação da República, já pela década de 1910, o sistema constitucional republicano se consolidava, adaptando-se inteiramente ao modelo tradicional brasileiro de distribuição de poder.

O sistema político interno do estado do Paraná acompanhou, como parte integrante do conjunto nacional, a mesma linha de evolução.

Desde a década de 1910, após a liquidação dos resíduos das lutas provenientes dos distúrbios que vinham da Revolução Federalista instalou-se tranqüilamente o sistema de governo oligárquico, fortemente apoiado dentro do Estado pela política paternalista dos coronéis municipais, e no âmbito nacional pela solidariedade incondicional às oligarquias cafeeiras de São Paulo.

As regras do jogo político se centraram no mecanismo de representação em favor dos segmentos componentes da oligarquias latifundiárias ou a elas associadas.

É nesse contexto da República que a problemática das fronteiras físicas do Paraná se recolocaram.

É nesse momento que as políticas de territorialização vinham colocar-se como sujeitos de um discurso -- o discurso da definição territorial do Paraná -- e que ocupará o lugar do não

dito, ou seja a demarcação do poder de domínio, da extensão de poder de mando das classes que controlavam o processo político no Paraná.

Os governantes envolvidos direta ou indiretamente com as questões fundiárias e ao extrativismo da erva mate passaram a voltar os olhos para a problemática das fronteiras físicas do estado após a República. A constituição republicana permitira que a solução das fronteiras fosse resolvida pelos Estados. Os proprietários de terras, os industriais da erva mate, e seus representantes no estado do Paraná sentindo-se ameaçado o poder de mando procuraram delimitar a extensão do domínio.

Definir a região e conservar integro o território do Paraná era a tentativa de estabelecer o poder de domínio. Ao delimitar um espaço estava se imprimindo, a partir de tal noção, todo um conteúdo que visava definir quem dominava e em que especialidade. Definir a fronteira significava delinear o espaço de mando, de território de poder. Pois, quando falava-se em região, e nesse projeto tal objetivo estava implicitamente colocado, falava-se de estabelecer domínio sobre um território, sobre coisas, homens, terras, impostos. O termo região de raiz sanscrita, do latim vem de *regere*, que significa dominar, conduzir em linha reta, governar, traçar fronteiras (físicas e morais), enfim estabelecer o régio.³⁴

34 Ver FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1978. p 157.

Segundo Roberto Lobato Correa o conceito de região tem sido largamente utilizado para fins de ação política e de controle. Mais precisamente, no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe, utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre território militarmente conquistados ou sob a dependência administrativa de uma classe dominante. Como os demais conceitos geográficos o conceito de região não está desvinculado de uma ação que é um tempo social e espacial, com uma classe dominante que se localiza fora ou no interior da área submetida a divisão regional. Estes cumprem o papel de ação e controle. Cf. LOBATO, Roberto Correa. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1990. p.

Portanto a delimitação das fronteiras ao afetar diretamente os interesses da aristocracia fundiária exigia que se construísse a região e o discurso regional para preservar os interesses de tais segmentos da sociedade.

2.2 Espaço, política e economia: os governantes e a questão regional.

Após a proclamação da República os proprietários de terras e seus representantes no estado procuraram defender a integridade territorial do Paraná. Solucionada a questão de Palmas com a Argentina, o Estado de Santa Catarina tudo faria para se apossar da região do vale do Iguaçu.

Pressionadas à oeste pela Argentina, ao sul por Santa Catarina, e ao norte por São Paulo, tais segmentos temiam perder o controle sobre determinadas localidades. Isso explicava o fato do então presidente do Estado, Santos Andrade, em 1896, mandar construir um novo mapa das fronteiras do Paraná.

Desde 1894 o governador Francisco Xavier da Silva já cogitava a necessidade da confecção de uma mapa do Paraná. O secretário de obras públicas considerava que o único carta cartográfica sobre os limites do território paranaense existente até 1894 era o construído pelo Engenheiro Rivierre publicado em 1876. Essa representação cartográfica fora

considerado incompleto pelo secretário pelo fato desta representação não abranger, porém, uma parte importante do território compreendida entre os rios Iguassú e Uruguay.

O novo mapa a ser confeccionado deveria demonstrar as fronteiras do Paraná. As governantes propunham atualizar as representações dos limites físicos do estado para legalizar as fronteiras do Paraná, uma vez que consideravam que algumas regiões eram praticamente desconhecidas e escapavam do controle dos poderes públicos.

O relatório apresentado pelo secretário de obras públicas João Batista da Costa Carvalho Filho, em 1895, registrava que esse mapa deveria

"explorar os rios e as zonas ainda desconhecidas. Há zonas completamente desconhecidas e rios cujos cursos são ignorados; de forma que notícia alguma, se possui em relação aos mesmos. Para preencher estas lacunas será de grande proveito iniciar algumas explorações e para que desse trabalho possa o Estado auferir maiores vantagens".³⁵

O mapa teria por fim informar as riquezas existentes no Paraná e criar possibilidades de abrir o sertão para o comércio e a civilização. Pois, até a primeira década de 1920, falar de algumas regiões do Paraná, como por exemplo o território ao norte do Estado e o extremo oeste, era, ainda, mencionar uma região de florestas inóspitas, "viveiros de feras", atravessada daqui e dali por indígenas e caboclos nômades. No discurso dos governantes, os sertões paranaenses eram um mundo produtor de futuros generosos, os quais, seriam arrancados a cada golpe de machado e possibilitando que se realizasse a utopia liberal: Segundo o secretário de obras públicas o mapa deveria:

35 Relatório apresentado ao Ex. Sr. Francisco Xavier da Silva pelo secretário de obras públicas e colonização. João Baptista da Costa Carvalho. Curitiba: Imprensa Paranaense em 25/10/1895. p. 47.

"informar a navegabilidade dos rios e seus afluentes, a natureza de seus territórios explorados, os produtos animal, vegetal e mineral. Estudar por onde se possa construir estradas, com maior economia afim de abrir a indústria e ao comércio e a civilização o imenso sertão uma das maiores riquezas do Paraná"³⁶.

O Secretário de Obras Públicas deixara revelar em sua mensagem que tanto do oeste como do norte, estavam sendo escoados produtos para outros estados, diminuindo com isso a receita pública do estado do Paraná.

Em 1894, o presidente do Estado, Xavier da Silva, falava ao Congresso Estadual sobre a necessidade de ocupar-se o território, depois de informar que paulistas e mineiros tinham iniciado plantações de café na região denominada de "Norte Pioneiro" ou "Norte Velho": Segundo ele:

"o povoamento de fertilíssimas regiões do imenso sertão do oeste paranaense, é assunto que deve ocupar vossa atenção, pois que é lá que há de desenvolver-se a agricultura e, especialmente, a grande lavoura de café já iniciada com ótimos resultados nos vales dos rios Paranapanema, Cinzas e Jataí."³⁷

E o secretário de obras públicas acrescentava que:

[É] sabido que na parte norte do estado, especialmente nos vales do rio Itararé das Cinzas, Tibagi e Paranapanema já se iniciou em grande escala o plantio de café que é produto agrícola dos mais ricos e remunerados e que pode por isto suportar fretes de transporte, é sabido igualmente que por falta de estrada entre o lugar de produção e os nossos centros de consumo o café é transportado ou pelo Estado do Mato Grosso, pelo rio Paranapanema ou para o vizinho estado de São

36 Idem p. 47

37 Mensagem ao Congresso Estadual, do Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, Curitiba: 1894. Citado em WESTPHALEN, Cecília Maria & MACHADO, Brasil Pinheiro & BALHANA Altiva Pilatti. Nota Prévia da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. Curitiba: UFPR, DEHIS, N. 7 1968, p. 10.

Paulo. Saindo dos vales do Itararé e o rio das Cinzas, se dirige dos últimos ramais da estrada de ferro daquele Estado resultando disto prejuízo considerável para os cofres do estado não pode perceber direitos nas exportações sobre seus produtos e afastando dos nossos mercados em favor de outros estados limítrofes. Dá-se o mesmo na extensa e riquíssima zona do oeste de Guarapuava entre os rios Iguazu e Sahy até o rio Paraná facilíma via de navegação podem os produtos naturais e agrícolas escoar-se em procura de mercados platinos³⁸.

→ Em 1882, o presidente da província, Carlos Augusto de Carvalho, manifestara preocupação com as possíveis ligações do norte do Paraná com São Paulo. Já nesta época, Carlos de Carvalho alertava para as possíveis perdas que a economia do Estado sofreria caso as produções do norte do Paraná fossem escoadas por São Paulo. Dizia que:

(...) de um lado a Província de Santa Catarina com o porto de São Francisco, de onde partirá mais cedo ou mais tarde uma estrada de ferro à margem esquerda do Rio negro ou pelo menos o rio Negrinho. A Província do Paraná ficará altamente prejudicada em seu comércio marítimo, se o porto tornar-se concorrente de Antonina, se a sua produção (do Norte Pioneiro) escoar-se pela Província de São Paulo)³⁹.

No início do século XX, tal preocupação levou Francisco Xavier da Silva a determinar a abertura de uma primeira ferrovia para a região ao norte. A ligação tinha por finalidade atrair a produção agrícola da região do norte do Paraná para os

38 Mensagem ao Congresso Estadual, do presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva. Curitiba: 1894. Citado Westphalen, Cecília MACHADO, Brasil Pinheiro, & BALHANA, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Dehis, UFPR, 1968. p.10

Relatório apresentado ao Ex. Sr. Francisco Xavier da Silva pelo Secretário de Obras e Colonização João Baptista da Costa Carvalho. Op. cit. p.47-48.

39 Relatório do Presidente da Província Carlos Augusto de Carvalho, apresentado à Assembléia Legislativa no dia 1 out. 1882. Curitiba: Typ. Perseverança, 1882. p.51.

mercados consumidores do Sul, pois em Curitiba os produtos vindos dessa região eram uma raridade. Cândido de Abreu, por exemplo, ao chegar á capital, procedente de Jacarezinho, ofereceu a dois amigos pacotes de café tipo java de presente, tornando-se notícia de Jornal⁴⁰. Dizia o jornal que:

O operoso paranaense Dr. Cândido de Abreu ofereceu-nos dois pacotes de café do Jacarezinho, um pacote moído e outro em grão. Esse café, que é do typo java, especial, foi cultivado e beneficiado na fazenda do Dr. Costa Júnior, residente naquele município, do nosso Estado.

Como sabe-se, toda aquela extensa zona do nosso território, a margem do Paranapanema, é apropriadíssima para o cultivo desta valiosa rubiácea e a amostra, que temos a vista, veio reforçar ainda mais essa verdade.

Os terrenos do Jacarezinho rivalizam com os melhores do oeste de São Paulo. Por este fato, a exploração do plantio do café está se fazendo em grande escala naquelle município, o que, fora de dúvida, trará uma nova e prometedora fonte de riqueza para o Paraná.

O café produzido ali escoar-se para o vizinho estado de São Paulo devido a maior facilidade de comunicações.

→ Felizmente, com a estrada que o governo do Paraná está concluindo da sede do município de Jacarezinho até a vila do Pirahy, onde existe a estação da estrada de ferro São Paulo -Rio Grande, poderemos contar com mais esse fator do nosso desenvolvimento, pois acreditamos que o Paraná em breve figurará como um estado exportador de café. Concluída a estrada que acima nós referimos, certamente que todo o café paranaense sahirá pelos nossos portos com destino aos mercados de consumo e não pelo de Santos, como acontece presentemente.⁴¹

Não obstante, a efetiva preocupação dos governantes no estado era com a problemática da disputa territorial entre

40 Diário da Tarde, Curitiba: 03 de março de 1903.

41 PAIVA, Fortunato. Diário da Tarde. **Café Moído Superior**. Curitiba: 03, março 1903. p.5

Paraná e Santa Catarina. Em 1901, O Estado de Santa Catarina apresentara ao Supremo Tribunal Federal uma ação judicial reivindicando a fronteira com o Paraná pelos limites do Say-Guaçu, nas proximidades de São Francisco, passando pelo rio Negro e Iguazu⁴².

Da mesma forma, as atenções econômicas dos governantes do Estado do Paraná continuavam girando em torno da erva-mate, madeira e do criatório de gado nos campos paranaenses. A exploração de erva-mate constituía-se na atividade condutora de todo conjunto da economia paranaense, assumindo uma importância maior que a da madeira. Esta atividade tornou-se, e permaneceu por muito tempo a atividade econômica da maior peso na balança comercial do Estado. Ocupando extensa área, empregando vários trabalhadores, foi um rentável negócio para o tesouro estadual, e, muito embora apresentasse momentos de crise, determinada pela concorrência ~~da~~ Argentina que deixara de consumir a erva-mate beneficiada, continuaria a alimentar a economia do estado até as primeiras décadas do século XX⁴³.

Em 1913 Nestor Victor publicou um livro intitulado **Na Terra do Futuro**, onde falava da importância da erva-mate para a economia paranaense: Dizia que: "O mate é a nossa folha de ouro. Não há dúvida que a prosperidade do Paraná tem dependido, até agora, essencialmente da extração de erva-mate"⁴⁴.

Também Temístocles Linhares, ao escrever sobre o mate em 1963, considerava o Paraná determinado pela extração de erva-mate. Para Temístocles Linhares, o Paraná era:

42 Idem, p. 1.

43 PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC, 1981. p.55.

44 VICTOR, Nestor. **A terra do Futuro: impressões do Paraná**. Rio de Janeiro: Typ. do Comércio, 1913.

a região do mundo onde existem ervais nativos por excelência, que se distribuem pelos três planaltos de Curitiba, (...), formado pela serra do mar, o dos Campos Gerais, e formado pela serrinha e o de Guarapuava. Em ervais compactos, o mate paranaense passou a ser explorado em inúmeros distritos, a margem do Iguaçu, de Porto Feliz, abaixo de São Mateus (um dos maiores municípios até União da Vitória) ... Depois são os ervais da linha sul e os do oeste. O viajante que atravessar essas zonas não pode deixar de sentir forte impressão a vista de tais riquezas naturais, compostos de pinheiros e mate, quando não de essências preciosas como as gigantescas imbuías mais raras. Existem vastas extensões do Paraná, especialmente na região de Palmas ou nas margens do Xopin e Xapecó⁴⁵.

Em 1892-1893 o mate contribuía com 30% do total de imposto sobre exportações na receita estadual enquanto que em 1902 com 47% do total imposto sobre exportações. Em 1902 a extração do mate contribuía com 98% do total das exportações, e era responsável por mais de 40% do total da arrecadação do estado⁴⁶. (ver anexo I e II)

Portanto, por ser a atividade condutora da economia, o mate era a fonte principal da receita pública, o principal responsável pela produção de empregos no Paraná, com influência direta no comércio. Por tais motivos os governantes do Paraná defendiam a posse das áreas territoriais disputadas com Santa Catarina.

A madeira era outro rendoso produto para a economia do Paraná. Embora sua atividade não fosse, naquele momento, ainda tão expressiva, o beneficiamento do pinho possibilitou a

45 LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio De Janeiro: Livraria José Olympio. 1969, p. 276.

46 PADIS, Pedro Calil Padis. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Op. cit. p57

instalação de indústrias de madeiras no Estado do Paraná nos moldes capitalistas, reunindo capitais de várias pessoas. Uma das primeiras indústrias implantadas pertencia aos irmãos Rebouças. Também o Barão do Serro Azul iniciara atividades com o beneficiamento de madeira. A economia madeireira atraía inclusive capital estrangeiro. Entre esses capitais, principalmente ingleses, estavam a Brazil Railway. A subsidiária desta empresa Inglesa, a Southern Brazil Lumber Colonization, controlava cerca de 3.000.000 hectares de terras, passando a exportar madeira.

Mas a economia madeireira não havia ainda caído sob o completo controle do capital estrangeiro. Durante as primeiras décadas deste século, também se desenvolveu um setor madeireiro local, industrial e exportador. Sua origem prendia-se as atividades artesanais. No final de 1910, este setor era composto por cerca de 100 estabelecimentos, incluindo serrarias a vapor e unidades de aparelhar madeira, tábua de pinho e imbuia, cabos de vassoura, toras de pinho para fósforos⁴⁷. Contudo, tal produção madeireira não ultrapassou, em valores monetários, a exportação da erva-mate. O quadro elucidado a quantidade de exportação.

47 MAGALHÃES FILHO. Francisco. "Evolução histórica da economia paranaense". In.: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: 28 (1): 42-43, jan/fev. 1972.

Quadro N.1
VALOR EXPORTADO EM MIL REIS

Período	Mate	Madeira
1856- 1857	2.193:872	36:539
1857- 1858	1.893:597	34:609
1908-1909	18.320:813	1.049:156
1909-1910	20.639:693	1.729:183

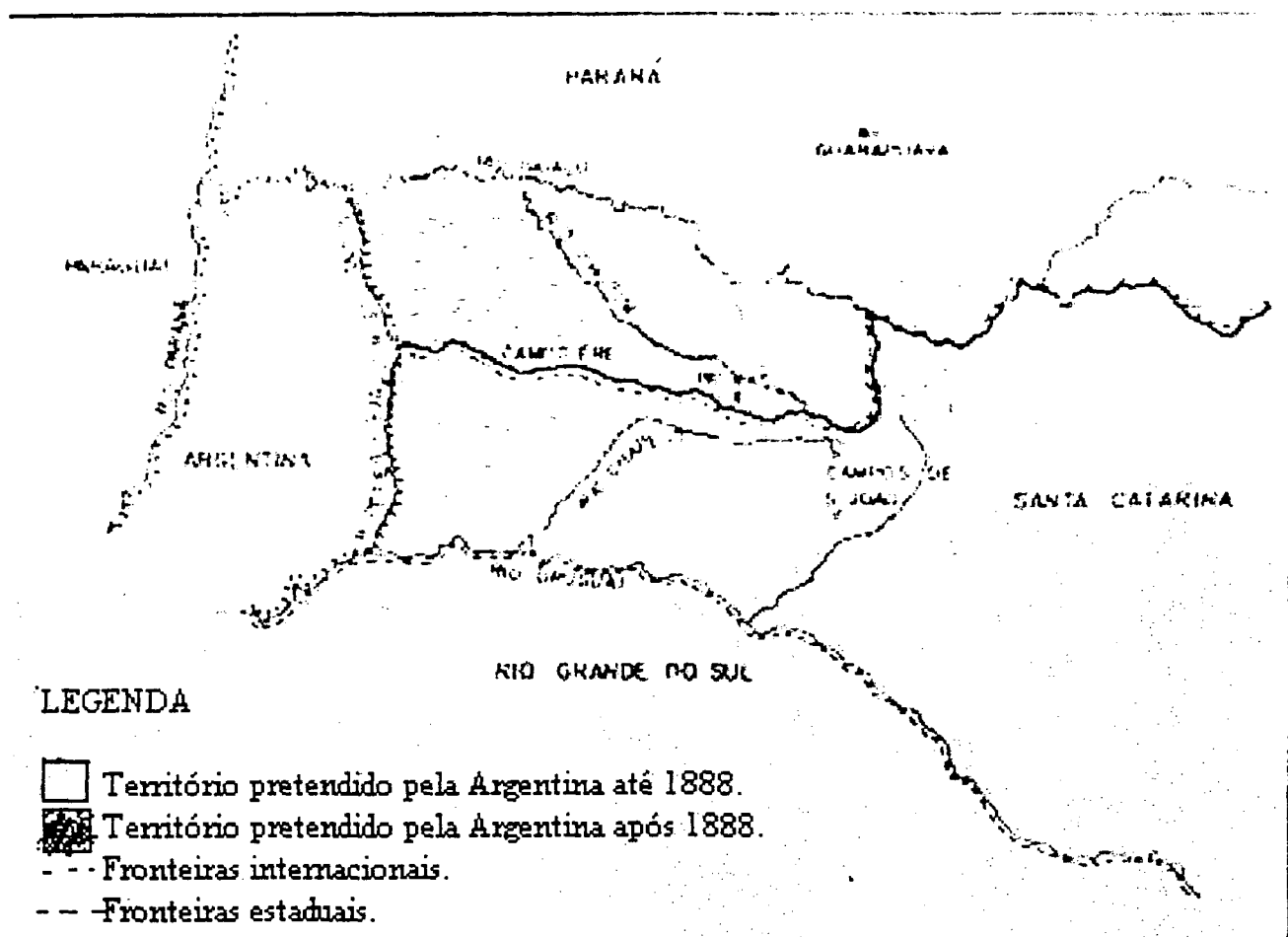
Fonte: MAGALHÃES FILHO, Francisco. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: 28 (1): 42-43, jan/fev., 1972.

A região disputada entre Paraná e Santa Catarina era constituída por grandes fazendas. Parte deste território possuía extensos ervais.

O território contestado abrangia uma ampla extensão. Incluía, na parte do atual ^{Serra Acima} ~~oeste~~ do Paraná e ^{oeste} de Santa Catarina, localidades como Palmas, Campo Erê, União da Vitória Porto União.

União da Vitória era localidade importante na região em litígio. União da Vitória ou Porto União, a principal cidade paranaense de Serra-Acima, era cobiçada e reivindicada por Santa Catarina. A região de Palmas era uma localidade cobiçada por paranaenses, catarinenses e argentinos. Palmas chegou a ter, na sede, cerca de 2500 habitantes, e era um considerável entreposto da comercialização e exportação de mate.

Palmas fora ocupada inicialmente pelos sertanistas em busca de ouro no século XVIII. Sua ocupação fora decorrente da expansão campeira em Guarapuava. No século XIX alguns habitantes, sob a liderança de José Ferreira dos Santos, fundaram uma associação que teria por fim ocupar os campos de Palmas. A população de Palmas passou a se dedicar à criação de



Fonte: WACHOWICZ, Rui. Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba : Lítero Técnica, 1985, p.

gado bovino e muar. Por um longo período as atividades campeiras definiram os aspectos econômicos da região, constituindo ainda um forte grupo de proprietários de terras. Nas proximidades de Palmas havia Campo Erê, que fazia parte da fronteira com a Argentina, e que fora também ocupada por um grupo de campeiros da região de Palmas. Até 1864 a população não indígena de Campo Erê atingia a 60 a 70 indivíduos dedicados a criação de gado bovino e muar. Quando alguns latifundiários estabeleceram uma ligação de Palmas até os portos do Prata, ocorreu um boom da exploração dos ervais. E a partir do final do século XIX, a erva-mate colhida na margem paranaense passou a ser o principal produto de exploração daquela localidade. A erva-mate passou a ser, assim, o maior negócio da região. Prova disso foi o fato de seu negociante mais rico, Francisco José de Almeida Queiroz, em 1868 ter deixado de negociar com bestas e montado um engenho de soque de erva-mate⁴⁸.

A região de Palmas fora inicialmente cobiçada pelos argentinos. Como as fronteiras entre Brasil e Argentina haviam permanecidas indefinidas até o final do século XIX, a presença de argentinos na área fronteiriça fora constatada por diversos políticos paranaenses. Já na metade do século XIX Manoel Marcondes de Sá, Presidente da Província do Paraná, alertava para a presença argentina que avançava cada vez mais em território brasileiro. Dizia que: "devia se lembrar que os *corrientinos* avançam cada vez mais principalmente pelas margens do rio Uruguay onde tem estabelecido feitoriais empregadas na fabricação de erva mate e madeira de construção"⁴⁹ (ver Mapa V).

48 WACHOWICZ, Rui. **Sudoeste e Colonização**. Op. cit. p.128.

49 Ofício de Manoel Marcondes de Sá ao Presidente da Província do Paraná, 6 de abril de 1864.v. 8. documento manuscrito.

Tanto a atividade do criatório, quanto particularmente a exploração de erva-mate atraía aventureiros para a região fronteira. Vindos da Argentina, os *corrientinos* penetravam no território brasileiro a procura de erva-mate, então o negócio mais rendoso. Os *corrientinos* estabeleciam feitorias, no território em disputa, para a fabricação de erva-mate e extração de madeira. Os dirigentes do Paraná, ainda no império, haviam manifestado preocupação pelo fato do governo Argentino de *Corrientes* favorecer a colonização do território disputado⁵⁰. Várias feitorias de erva-mate existentes na região eram todas pertencentes a brasileiros e argentinos estabelecidos em *Corrientes*⁵¹.

A exploração argentina nas proximidades de Palmas ampliara-se, entretanto, quando o governo argentino criou o Território de Misiones. Quando fundaram o território, os argentinos pretendiam estimular ainda mais a extração de madeira. A Argentina era o principal importador de erva-mate paranaense. Inicialmente a importação do erva-mate era feita em rama para beneficia-la. Posteriormente passou a importar a erva-mate cacheada (erva mate em estado bruto) extraída do Paraná para beneficia-la em engenhos no Prata.

50 Já no início do século XIX a Argentina começava a interessar-se em tomar posse e ocupar os campos de Palmas. Isso explicava o fato de ter-se desenvolvido no governo brasileiro a noção que seria de urgência ocupar os campos de Palmas. Isso respondia ao fato do governo da província de São Paulo haver criado a Cia Municipal Permanente, uma espécie de corpo policial, com o objetivo definido em lei de realizar a ocupação dos campos de Palmas. Cf. WACHOWICZ, Rui. **Sudoeste Colonização e Ocupação**. Op. cit. p.

51 Manoel Marcondes de Sá referia-se a política de concessões no Império feita por argentinos. Dizia ele: "parece ser política de *Corrientes* a favorecer a entrada de população por estas matas, ultimamente concedeu ao brasileiro João Apolinário e ao italiano Júlio Cesar Cadastoris- sócios, dez léguas de terrenos nas costas do alto Uruguai, e consta que este indivíduos estão estabelecidos com engenho na barra do Xapecó disto se conclui, querendo, talvez, entender, que os rios Xapecó e Chopin são os divisórios. Cf. Ofício de Manoel Marcondes de Sá ao Presidente da Província do Paraná." Príncipe 6 de abril de 1864. v.8 documento manuscrito.

Argentina
Uruguai

Rios
Uruguai
Paraná

Uruguai

Chaparrão colonial em Palmas
terras de Palmas

Haviam surgido, inclusive, algumas notícias na colônia de Chapecó de que um ministro argentino, com auxílio de oito policiais, agrimensor, fazendo-se acompanhar de colonos ingleses com suas bagagens, e centenas de animais de carga, estabeleceram-se nas proximidades de São Pedro, para ali iniciarem exploração de erva-mate⁵².

No congresso Legislativo do Estado um deputado denunciava a existência de argentinos explorando erva mate irregularmente. Dizia a crônica do jornal do Congresso que:

A vasta zona do Oeste e noroeste paranaense, cuja flora encerra preciosos elementos de riqueza ainda inexplorados, deve merecer a nossa atenção no sentido de valorizar esse Estado. (...) não raro se cometem abusos naquela longínqua zona, abusos (...) Há poucos dias recebi de pessoa residente uma carta que diz o seguinte" Como sabeis de Catanduvas /nem diante até os confins do domínio do estado, e desse ponto em direção ao Piqueri, há grande massa de trabalhadores na extração de erva mate e madeira..., alguns desses trabalhos são feitos legalmente, mas outros, não, está provado que alguns indivíduos invadem os terrenos nacionais devolutos e estabelecem grandes empresas extrativas de erva (...) com prejuízos manifesto para os cofres do Estado além de exauri-lo em uma de suas mais ricas (...) riquezas. Calcula-se extrair anualmente milhares de arrobas de erva e retira-la para o estrangeiro pela via fluvial Paraná pagando somente os impostos aduaneiros. E note-se que os que mais procedem dessa maneira, são em sua totalidade estrangeiros que adventícios, retiram-se depois deixando tudo defraudado. Eu que conheço uma porção daquela zona, que acabo de chegar de lá, observei o quanto há de abusos na extração da erva, quanta irregularidade, e quão grande é o número de aventureiros por aquelas paragens. Quantos indivíduos ambiciosos que impunemente transgridem nossas leis!... ⁵³

52 OFÍCIO do Delegado de Polícia de Guarapuava. Pedro Alves da Rocha Loures ao Presidente da Província do Paraná. Guarapuava: 17 jun. 1882, vol. 13. doc. manuscrito.

53 CLEVE, Luiz, *Jornal dos debates do congresso legislativo do Estado do Paraná. Acta da 39. sessão ordinária*. Curitiba: Imprens do Estado, 19 de março de 1910. p.47.

Os argentinos estavam a procura do mate para o grande mercado de Buenos Aires. Como não havia fiscalização na fronteira com o Rio Santo Antônio, os estrangeiros(argentinos) entravam livremente pela fronteira a procura de concentrações de erva-mate nas densas florestas.

Em 1903 uma comissão demarcatória dos limites Brasil e Argentina, além do governo do Paraná, ordenaram a instalação, na fronteira, de uma comissão de impostos de exportação para evitar o contrabando de erva-mate para a república vizinha. Ao terminar o trabalho de medição, constatava-se que existiam estrangeiros, particularmente argentinos, residindo naquela zona sobretudo nas margens do Pepery-Guaçu.

Os argentinos compravam extensos territórios na região de Santo Antônio. Ainda não satisfeitos, passaram a penetrar com cargueiros para o interior de toda região a procura de erva-mate. Os argentinos faziam negócios com os caboclos que passaram a vender quantidades cada vez maiores de erva-mate. Cargueiros percorriam as regiões de Campo Erê, Tapetinga e Santo Antônio com grandes quantidades de erva-mate.

Mesmo na região de Foz do Iguaçu, que não era parte contestada, argentinos e paraguaios transitavam pelo rio Paraná transportando erva-mate e madeira. Essa exploração não diminuía nem mesmo com a criação de colônia militar em Foz do Iguaçu. Nem mesmo com a instalação de agência fiscal em Foz do Iguaçu conseguiu-se controlar a presença estrangeira na área. No final do século XIX existiam denúncias da presença de argentino explorando irregularmente erva-mate acima do rio Iguaçu.

(...) o que estou certo existir é invadido o território na margem do Paraná, na parte para cima da foz do Iguacú, no mesmo rio, sendo este território está fora da disputa territorial. Neste terreno estão brasileiros e *corrientinos* fazendo erva-mate da qual pagam imposto de importação para o governo argentino sem pagarem algum ao

brasileiro e é o que me diz uma carta de um brasileiro que está em Loreto⁵⁴.

No início de 1905 o engenheiro Arthur Martins Franco, encarregado de medir extensos latifúndios arrendados ou vendidos a ervateiros argentinos (Nuñes y Gibaja e Domingos Barthe), constatava que mesmo o porto de Foz do Iguaçu não existia contato com o Paraná. Foz do Iguaçu estava de costas para o Brasil. A não ser a difícil comunicação com Guarapuava, toda comunicação estava voltada para o Prata. Era possível ir da capital platina até Foz do Iguaçu, o trajeto era feito via fluvial pelo rio Paraná, em três seções: Buenos Aires / Corrientes, Corrientes / Posadas, Posadas / Foz do Iguaçu. No rio Paraná, entre Buenos Aires e Foz do Iguaçu, vapores estrangeiros paraguaios e argentinos singravam o rio em busca de mate e madeira. O transporte comercial era feito pela firma Cia Argentina de Navegacion, e principalmente pela Cia Mercantil y transportes Domingos Barth, Nuñes Gibaja Martinezy Co. e Juan B. Molla. Os argentinos estabeleciam ali o sistema de obrage⁵⁵. Essas empresas (Domingos Barthe, Nuñes, Gibaya Martinez) negociaram e exploraram a madeira na região contestada e no extremo oeste do Paraná.

Os argentinos adquiriam terras no Paraná. Muitas concessões foram feitas inclusive pelo próprio estado do Paraná. Por exemplo, estabeleceu-se, por contrato entre a secretaria de obras públicas e Manoel José da Costa Lisboa por

54 *m. o. la.*

55 O termo, retirado do castelhano, passou a designar as propriedades e ou explorações instaladas em regiões onde predominava a existência de uma flora tipicamente adequada ao clima subtropical nos Estados da Argentina e Paraguai. Foi nesses países, desde o início do século XIX, que esses tipos de exploração desenvolveram suas características norteadoras, fixaram seus objetivos e dimensionaram seus espaços de atuação. Posteriormente elas passaram a ser instaladas no oeste do Paraná. CF. Rui Wachowicz. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste.** Op. cit. *l.*

si e como procurador de Domingos Barth, em 1901, a compra de 50.000 hectares de terras, nas comarcas de Guarapuava e Palmas, destinadas a localização de 2500 colonos. Entretanto, na maioria das vezes obtinha-se terras sem documentação alguma, e se iniciava a penetração nas barrancas do Paraná para extração da erva-mate.⁵⁶

Essa frente extrativa chegava até *Corrientes*. Este era um grande mercado ervateiro e madeireiro, onde localizavam-se os depósitos de erva-mate e grandes serrarias. Perto de *Corrientes* instalara-se a serraria da Cia de Madeiras Alto Paraná. No interior do território de *Misiones* também encontrava-se o comércio da erva-mate. Em consequência surgiram moinhos de beneficiamentos em Posadas. Algumas firmas predominavam no comércio do mate e madeira. Entre elas Domingos Barthe. O mate extraído em *Misiones* saía para o mercado de Buenos Aires pelo porto de Parananhi, explorado pela firma Arturo Escalada y Hermanos. Bem acima de Parananhi existiam inúmeros portos, quase todos sem grande expressão, mas exportadores de mate e madeira. Em um deles, na margem esquerda do Paraná, do lado argentino, ficava o porto Esperanza, propriedade de Carlos Bosseti. Por este porto é que saía para a Argentina o mate paranaense da região do sudoeste, via Barracão.

A crescente importância comercial e política dos portos de *Corrientes* e Posadas era observada por viajantes brasileiros, já nas primeiras décadas do século XX, quando por neles passavam em suas peregrinações rumo a porção ocidental do rio Paraná. A crônica de Júlio Nogueira retratava o grande movimento em *Corrientes*.

Corrientes é um grande mercado de madeiras. As jangadas que descem do alto Paraná são ali modificadas; compõe-se de várias

56 WESTEPHALEN, Cecília Maria & MACHADO, Brasil Pinheiro & BALHANA, Altiva Pilatti. **Nota Prévio estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. In: Boletim Universidade Federal do Paraná Op. cit. p.13.

qualidades entre as quais avultam o cedro, ipê o louro. O movimento comercial de *corrientes* consiste ainda em gado, couro, tabaco, amendoim, polvilho de mandioca, estancieiros do rio Grande do Sul vão ali comprar gado. Faz-se beneficiamento da erva-mate brasileira e paraguaia (...) sendo depois expedida para Buenos Aires e outros departamentos⁵⁷.

Sendo passagem obrigatória de todo o comércio que se desenvolvia no Alto Paraná, o porto de Posadas (Capital do Território de Misiones) detinha em suas mãos uma importância difícil de ser suplantada por qualquer outro núcleo populacional, pois acompanhava o eixo de penetração do Rio Paraná. Nas movimentadas ruas do Porto de Posadas circulavam produtos que posteriormente seriam embarcados e remetidos por todo o rio Paraná, "era o local onde eram realizados os melhores negócios."⁵⁸

Portanto, como centros irradiadores da atividade exploratória de erva-mate e madeira, os portos de *Corrientes* e Posadas tiveram seu desenvolvimento material bastante acelerado e passaram a monopolizar economicamente, de forma direta ou indireta, as relações comerciais que se processaram por todo o curso dos rios Uruguai, e notadamente o Paraná. Era para esses portos que cotidianamente se escoava toda a produção ervateira e madeireira dos inúmeros portos de embarque construídos pelas empresas particulares nas margens do Uruguai e Paraná. A medida que se incrementava o complexo de *obrages* em terras paranaense, tanto a margens da direita como a esquerda do Rio Paraná ficaram pontilhados por esses pequenos ancoradouros que serviam como elos de ligação entre esses impérios extrativos com suas sedes em território argentino.

57 NOGUEIRA, Júlio. Do rio Iguazu e do Guayra. Rio de Janeiro: Typ. Editora Carioca. p. 60.

58 COLODEL, José Augusto. Obrages & companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988. p.58.

Essa ameaça afetava facções das classes detentoras de poder econômico no Paraná, até porque alguns industriais residentes em Curitiba, capitaneados por Augusto de Assis Teixeira, no final do século XIX, haviam requerido ao Ministério da Agricultura o privilégio de navegação na margem esquerda do Paraná como também seus afluentes.

A proposta oferecida por esses capitalistas ao governo federal era ambiciosa e pretendia abranger uma ampla área. Compreendia a fachada pelo rio Paraná, da foz do Paranapanema à do Iguaçu, por este rio até onde ele recebe o Pinhão e daí pela linha mais breve que vai a confluência do Itararé no Paranapanema, passando por Guarapuava e colônia Teresa e pelo Paranapanema ao ponto de partida.

Os empresários curitibanos também requereriam ao governo federal privilégio por 40 anos para estabelecer em uma linha de navegação a vapor na margem esquerda do rio Paraná e seus afluentes. Além de privilégio por igual tempo para a construção de uma estrada de ferro que ligasse o "Alto ao Baixo Paraná", em Sete Quedas. E concessão durante o mesmo período de tempo para explorar as riquezas da zona requerida.

Os requerentes justificavam seu projeto declarando que essa nova linha traria como conseqüência a criação de novos empórios comerciais e promoveria o povoamento de regiões até então pouco povoadas. Mas, principalmente, argumentavam que tal projeto iria acelerar a construção de via férrea que se dirigiriam rumo ao rio Paraná, e, que segundo os empresários beneficiaria os estados fronteiriços. Os empresários se comprometiam ainda a estabelecer fábricas, a fazerem todas as obras de utilidade pública que pudesse concorrer para o povoamento e conseqüente desenvolvimento da região requerida. Pois previam resultados compensadores para os capitais que pudessem ser empregados nas linhas férreas e de navegação⁵⁹.

Entretanto, o congresso Federal havia rejeitado a proposta, e o rio Paraná continuou a ser explorado por embarcações argentinas e paraguaias que monopolizavam o seu comércio. Após o acordo de navegação internacional, feito com a república Argentina, em meados do século XIX, foram apenas os grandes *obrageros* que se estabeleceraam às margens do Paraná, os responsáveis pelo controle absoluto dos meios de transporte fluviais por este rio. Com o domínio adquirido dessas comunicações, estes indivíduos detinham os vistos de entrada e de saída de toda a área.

Visto que algumas áreas tornavam-se mais rentáveis quando colonizadas, o Estado do Paraná concedia^{ou} terras para que alguns particulares as explorassem. Isto porque loteadas as terras, os impostos rendiam tanto quanto a produção agrícola. Contudo, essa interpretação não se adequava para o oeste do Paraná. Nas terras a oeste e sudoeste da região contestada, via de regra não houve ação colonizadora, tanto que algumas concessionárias estiveram apenas empenhadas na ocupação das terras para efetuar exploração de erva-mate e madeira. Muitas nem sequer iniciaram qualquer trabalho de ocupação efetiva da terra com a introdução de colonos. Esse era o caso das concessões fornecidas por contrato a Domingos Barthe.

O campeiro Vicente Machado, que presidia o Estado em 1904, apresentava como solução para controlar a extração ilegal de erva-mate a criação de um monopólio. O mate era a atividade condutora da economia e, portanto, era a fonte principal da receita pública. Essa intervenção defendia que o monopólio era essencial ao crescimento e da venda de qualquer produto. Considerava Vicente Machado que somente a custa deste poderiam ser despendidas grandes somas necessárias a pesquisa e a

59 MEMORIAL DESCRIPTÍVEL da pretensão ao privilégio de navegação do rio Paraná e seus afluentes. Rio de Janeiro: tip. de Moreira Maximino & C. 1891, p.8.

propaganda necessárias à comercialização do mate. Nas palavras de Vicente Machado: "o monopólio significava organização poderosa e influente, que se apresentaria tanto maior sob a égide do Estado".

Os grandes fazendeiros, proprietários de engenhos do mate, eram os principais prejudicados com o avanço dos exploradores argentinos. Tais fazendeiros defendiam que era preciso cuidar das explorações dos ervais no extremo oeste da região em litígio e nas proximidades de Foz do Iguaçu. Muito embora criticassem o monopólio proposto por Vicente Machado, os representantes (da elite) não vislumbravam outra alternativa. Conforme relata um deputado:

Votei ontem a favor do imposto sobre ervais na Foz do Iguaçu porque não se tratava da erva-mate beneficiada. E quando estive lá, em 1892, tive a ocasião de ver, extremamente penalizado, que esse nosso produto ilegalmente colhido no nosso território, ilegalmente também se escoava para o prata sem o pagamento da taxa a que estava sujeito quando saído pelos portos de Antonina. E não era somente com a erva-mate que se dava, a madeira era também clandestinamente exportada sendo burlada toda a fiscalização⁶⁰.

Os defensores do projeto, deputados ligados ao estado e ao campeiro Vicente Machado, respondiam que ao contrário da desgraça e da morte do Paraná, aquela era uma solução necessária. Porque logo que fosse decretada, seria posta em execução, e todos concorrerem igualmente para as despesas públicas⁶¹.

60 **Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná.** Ata da 1 sessão Ordinária da 6. legislatura. Curitiba: Tipografia d'República 1902. p 119.

61 **Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná.** Ata da 15 sessão ordinária. Curitiba: 18 de fevereiro de 1902. p.90

Além do problema com o vizinho estado argentino, a região de Palmas, União da Vitória e Porto União tornara-se também área de litígio com Santa Catarina.

Isto porque, os ervais concentravam-se também na região de fronteiras de Rio Negro, sendo assim região disputada com Santa Catarina. A exploração do mate situava-se em toda situação limítrofe com o Paraná, onde avultavam como regiões ervateiras por excelência a zona de Chapecó, Canoinhas, Campo Alegre, Mafra e uma grande parte do contestado, hoje incorporado por Santa Catarina. Em ervais o mate passou a ser explorado em inúmeros distritos, á margem do Iguaçu, por São Mateus até União da Vitória. Segundo Victor Amaral: "Esse imenso território que abrange dois grandes municípios importantes do nosso estado Palmas e Bela Vista possuem ricos e inesgotáveis ervais que só neste dois anos começaram na sua máxima extensão a serem explorados"⁶².

Apesar de (toda região) ter sido ocupada pelos campeiros e fazendeiros em virtude da economia do gado, também a extração do mate passou a fazer parte das atividades econômicas dessa (região). Tanto que, no período de 1892 a 1920, o mate passou a ser o principal produto exportado desse território contestado. No Estado de Santa Catarina, no final do século XIX, a exploração atingiu 31% do valor das exportações.⁶³

Portanto, nem todo o mate produzido em Palmas era exportado ou contrabandeado para a Argentina via Barracão. A erva-mate produzida em Clevelândia e Palmas era também transportada por cargueiros para União da Vitória. Nesta cidade, era adquirida por firmas paranaenses, transportada a vapor pelo rio Iguaçu até Porto Amazonas, e daí por via férrea

62 **Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná.** Ata da sessão ordinária em 02 de março de 1907. Discurso de Victor Amaral.

63 **ALMEIDA, Rufino. Um aspectó da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira.** Dissertação de mestrado, (mimeo), UFSC, Florianópolis.

a erva-mate chegava em Curitiba onde era industrializada. Pelo porto de Paranaguá, o produto recolhido na região do contestado com Santa Catarina era encaminhada para os mercados do Prata. Ou então, a remessa saía pelos portos de Desterro e de São Francisco. No jornal do Congresso Legislativo do Estado do Paraná há menção acerca desse desvio ^{de erva mate} para a região de Santa Catarina. ^{uma nota no jornal} Menciona-se o fato de muitos comerciantes de erva mate estarem escoando erva mate pelos portos de Santa Catarina. Dizia o jornal que:

Está no conhecimento de todos, que grande parte de nossa produção de erva-mate esco-se para o vizinho Estado de Santa Catarina, e eu sei disso perfeitamente porquê, residindo Lapa há alguns anos, lembro-me que aquele município exportava uma fabulosa soma de arrobas de erva mate. De anos para cá essa exportação foi decrescendo consideravelmente a ponto de não exportar atualmente nem a sexta parte do que o fazia anteriormente. Como era natural todos nós, mormente aqueles que se dedicam ao comércio da erva mate, procuramos indagar os motivos do decréscimo constante da exportação de nosso principal produto, e chegamos a conclusão de que a toda zona de Serro Verde, Pangaré, Doce, Barco Areia Branca e outros quarteirões dos que mais concorriam com seu produto estavam fazendo seu comércio para Santa Catarina.⁶⁴

Também uma notícia do jornal O Diário da Tarde retratava esse desvio da erva mate. Dizia o jornal que:

Com a criação da nova comarca de Canoinhas a região paranaense do Timbó entre este rio e o Paciência vai sendo invadida pelas autoridades do vizinho estado. Este, entretanto pelos seus extratores em combinação com os produtores de erva-mate faz com que os mesmos paguem o imposto a aquele estado pelo terço do que habitualmente pagariam ao Paraná. A região é riquíssima em ervais(...) Porém devido a baixa a maior parte dessas ervas segue por estrada de ferro para Três Barras e daí demanda para o porto de São Francisco em detrimento ao de Paranaguá. Além da absorção territorial há a absorção comercial. Eis o que reclama ao ilustre e nobre presidente

64 Jornal dos debates do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Annaesdo Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Curitiba: 24 de março de 1910, n. 3 p. 22.

do estado o povo do contestado, que o Diário dos Campos tem o prazer de representar.⁶⁵

A exploração de erva-mate originou fortunas na região de Canoinhas, São Bento e Curitibanos. Na região de fronteira existiam vários proprietários de terras e de exploração de ervais que controlavam o comércio de erva-mate.

O crescente interesse comercial na exploração da erva-mate possibilitou a fundação, em 1890, na cidade de Joinville, de uma Cia industrial, fruto do trabalho de fusão entre vários exportadores de São Bento do Sul e Joinville (Dona Francisca). Fortalecidos por esse processo de união, os comerciantes conseguiram, junto ao governo central, permissão para explorarem erva-mate nos terrenos devolutos de São Bento e Curitibanos. Pelo decreto assegurou-se também o corte de madeira para a construção das residências dos empregados.

Esses armazéns estavam espalhados pela zona ervateira, existindo em cidades como Porto União e São Bento. Recebiam o produto praticamente bruto, e depois de algum preparo, o remetiam para Joinville onde se fazia o beneficiamento, o acondicionamento e a remessa por via marítima para os centros consumidores de Buenos Aires e Montevideú.

Muitos proprietários de ervais no território contestado exportavam o mate pelos portos de Santa Catarina. Tal procedimento incomodara os governantes paranaenses, que desde o final do império reclamavam do fato de parte das rendas serem canalizadas para Santa Catarina. Generoso Marques, já no final do século, demonstrava a preocupação essa preocupação dizendo que tal fato não afetava unicamente as finanças do Paraná, mas também a sua principal indústria. Dizia que: "é evidente que, escoando-se livre de impostos, pelos portos de Santa Catarina a erva-mate do sul de nossa província, dificilmente poderá com

65 **Jornal Diário da Tarde.** "A invasão Paranaense". n. 4462. Curitiba: 22/ 08/ 1913. p.1.

ela concorrer o mesmo produto, exportado pelo Paraná, nos mercados consumidores"⁶⁶.

Esse contrabando era feito por algumas razões. A falta de estradas e comunicações com cidades escoadoras facilitava a remessa do mate pelos portos catarinenses. Outros motivos, entretanto, favoreciam esse escoamento. Em determinados momentos o imposto cobrado pelos portos catarinenses era menor que o estipulado pelo Paraná. Acuado pelo rotineiro contrabando que ocorria principalmente na região fronteira com a Argentina, o Estado do Paraná elevava a taxa dos impostos para toda erva-mate cacheada e beneficiada. Assim, alguns proprietários tentavam fugir ao pagamento desses impostos.

O Diário da tarde reproduzia uma crônica que falava da suposta intenção do estado de Santa Catarina estabelecer um imposto menor para a erva mate que saísse do Paraná. Num artigo intitulado **Notas do dia** o jornal citava que:

Uma pessoa que nos merece absoluta confiança, residente na cidade de Rio Negro, trouxe-nos uma grave denuncia a respeito do procedimento das autoridades catarinenses indebitavelmente estabelecidas em Canoinhas (...) essa autoridades (...) cogitam aquelas autoridades de estabelecer um imposto de 400 reis por arroba a erva mate que se destine a qualquer ponto do nosso território. Esse fato, dado a sua gravidade precisa ser reprimido (...) de tal modo que jamais se reproduzam essa tentativa⁶⁷

Santa Catarina era uma importante competidora do Paraná na produção e comercialização de mate. Possuía, no final do século XIX, seis fábricas em franca produção. Os exportadores de erva-

66 MARQUES, Generoso. Artigos editoriais da Província do Paraná. In: Argumentos e Subsídios sobre a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina. org. Romário Martins. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1902. p. 91.

67 Notas do dia. Diário da tarde. Curitiba, 23 /07 /1913. p. 01.

mate através dos portos de São Francisco haviam, nesse período, conseguido vantagem sobre a exportação do Paraná em 700 reis por arroba de erva-mate beneficiada. A erva-mate beneficiada era colocada no mercado de Montevideú a 1,50 reis, ao passo que a do Paraná era vendida a 1,80 reis. A indústria catarinense estava bem provida de mão de obra, devido às diversas colônias de imigrantes.⁶⁸

As classes dirigente, paranaenses e proprietárias de ervais da região em disputa, com o intuito de fiscalizar o mate que era remetido pelos portos de Santa Catarina, passou a instalar barreiras fiscais em várias cidades.

Articulada a essa exploração do mate, as terras passaram a ser alvo da cobiça de vários proprietários das proximidades. As terras também passaram a ser cobiçadas pelos governantes que se encontravam no interior do estado e fazendeiros, pois a exploração de ervais exigia largos espaços campestres. Assim, as áreas devolutas foram sendo adquiridas em vastas porções.

A lei de terras de 1850, instituída pelo governo imperial, havia findado a concessão de sesmarias e proibido a ocupação de terras devolutas. Desta maneira, proibia-se o acesso a terra por outro título que não a compra. As terras devolutas ficaram incorporadas ao patrimônio nacional.

Mas, se por um lado o acesso a terra, exclusivamente por meio da compra, paralisara o movimento expansionista de ocupação do território na região do oeste e do sudoeste contestado entre Paraná e Santa Catarina, muitas ocupações ainda se faziam por meio da posse. Muitos posseiros se apropriavam de largas extensões legalizando-as nos cartórios no Paraná ou em Santa Catarina. Na verdade a grande maioria

68 COSTA, Odah Guimarães. Ação empresarial de Ildefonso Pereira Correia: O Barão do Cerro Azul na conjuntura paranaense. Curitiba: UFPR, Tese de concurso para Livre Docência de História Contemporânea. texto mimeo 1974. p.254

fazendeiros tinha a posse das terras as quais eram regularizadas pelos respectivos estados.

O título dessas propriedades eram, porém, formalizados pelos governos republicanos de ambos os estados, por todos aqueles que estavam envolvidos no jogo econômico. Os governos em litígio, para afirmarem sua posse e domínio sob o território, realizavam concessões de terras⁶⁹. Com a República, a situação da apropriação de terrenos apresentou algumas alterações. Pelo artigo 64 da constituição de 1891, passaram a pertencer aos Estados as terras devolutas e cada estado organizou a sua administração, seguindo leis próprias. Embora a legislação seguisse as diretrizes das leis de 1850, os governantes no interior do estado alienavam as terras aos grandes proprietários, as últimas extensões praticamente disponíveis. As concessões se faziam de forma aleatória, onde muitas vezes uma mesma propriedade era cedida a vários posseiros. Esse procedimento acarretava conflitos, uma vez que dois ou mais pretensos proprietários que adquiriam o título de propriedade das mesmas terras tentavam vendê-las.

Os fazendeiros paranaenses de Rio Negro, através dos jornais, diziam-se ameaçados pelas diversas concessões que estavam sendo feitas aos proprietários de Santa Catarina e solicitavam, através da imprensa curitibana, que os poderes públicos voltassem sua atenção para a fronteira, de modo a exercerem um maior controle nas concessões de terras da região.

De Rio Negro ousamos pedir ao Benemérito paranaense que demore suas vistas sobre o contestado tomando medidas necessárias. Itayópolis, esse magnífico celeiro vai se tornando pequena, dia a dia, para a sua população colonial. Lotes há em que habita mais de uma família, pela falta de terreno, pois algum que existe virgem está nas

69 WESTPHALEN, Cecília, BALHANA Altiva Pilatti. **Nota prévia ao estudo da ocupação de terras no Paraná moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1968. p.28

mãos de proprietários que querem fazer dele meio de fortuna. Diante desse estado de coisas aqueles que não tem meios para fazer face a terras caras, vão descendo para as margens do Itajay, estando já toda direita tomada por posses e algumas medições e a margem esquerda a caminho disso. Deve, pois, o governo mandar dividir aquelas terras em lotes e facilitar a sua venda a colonos e nacionais por preços cômodos, lançando uma ponte sobre aquele rio. É medida essa que o momento está indicando, além da criação de um termo em Itayópolis no intuito de melhor distribuição da justiça e policiamento nesta vasta parte do Contestado. Os boateiros ao serviço dos nossos vizinhos de sueste não cansam de andar por entre estas gentes oferecendo de 50 e 100 alqueires a cada família, 'é gratuitamente logo que Santa Catarina tome posse', dando ainda de nhapa a dispensa de todo e qualquer imposto durante 30 anos. Estas promessas, não passam de cebolas do Egito, mas calam no espírito simples dessas rudes populações, que ao invés de requererem as terras que necessitam vão se deixando levar por aquela doce esperança. Cumpre pois, tomar medidas necessárias⁷⁰.

Deste modo, os proprietários de terras pediam a ação do estado no sentido de regulamentar as fronteiras, pois consideravam que o "direito de propriedade estava ameaçado de violência na zona ambicionada por Santa Catarina." Os fazendeiros de terras sentido ameaçado suas posses diziam que " não havia maior violência para os proprietários territoriais da região que a iminência de suas terras serem tomadas e ocupadas por aqueles que a justiça reconheceu como senhor delas"⁷¹.

Em 1909, o Supremo Tribunal Federal rejeita a proposta do Paraná de defender a posse do território. O Paraná perdia judicialmente a posse das terras contestadas.

Diante disso, em 1912, latifundiários, políticos e ervateiros, preocupados com a possibilidade da perda de uma

70 PARANÁ MODERNO. *Pela fronteira: medidas necessárias*. Curitiba: Ano primeiro, n. 2, 04/12/1910.p. 5.

Scler

71 Um Paranaense. Paraná Moderno. Paraná Santa Catarina; Os proprietários de Terras. Curitiba: Ano Primeiro n.5 25/12/1910.p.01.

parcela do território, propuseram a criação o Estado do Iguaçú. Em 1910, com a perda novamente no Supremo Tribunal Federal das terras contestadas por Santa Catarina, os segmentos políticos que ocupavam o Estado, articuladas a alguns proprietários na região da fronteira com Santa Catarina proclamaram a constituição do Estado do Iguaçú.

Nesse período, o coronel Amazonas Marcondes⁷², prefeito por um longo tempo de União da Vitória, senhor de sesmarias e eminência da política paranaense, convocou para Clevelândia, Palmas e para a sua própria cidade, comícios para atrair o apoio da população. Abaixo assinados corriam pelas cidades das localidades contestadas. Amazonas Marcondes declarava que:

(...) na qualidade de paranaense e sobretudo filho de Palmas não podia deixar de oferecer o seu contingente de patriota para a defesa ativa dos direitos dos habitantes dessa zona contestada por Santa Catarina; que desde o momento em que foi conhecida a sentença do tribunal federal contrário ao estado do Paraná, abraçou a idéia de que em último rãtio propugnar pela idéia de constituir este território, em Estado da Comunhão Nacional; que esta idéia foi a mesma apresentada em um grande meeting realizado em Porto União sob as direções de Afonso Camargo, José Maria Pinheiro lima e professor Dario Veloso; que não se recorda qual foi o primeiro proponente dessa idéia, mas que pode assegurar que o povo abraçou-a deliberadamente visando só e só evitar a jurisdição de Santa Catarina e nunca fazer mal ao seu amado estado do Paraná, que está ao serviço do povo para pleitear consoante as leis do país, a necessária autorização dos poderes legalmente constitui,

72 Nascido em Palmas, filho de Inácio de Araújo Pimpão um grande proprietário de terras. Iniciou suas atividades como tropeiro. Porém estabeleceu a navegação fluvial no rio Iguaçú, com o Barco Cruzeiro, a vapor, ligando Porto do Amazonas a União da Vitória. Casou-se com a filha de Vicente Ferreira de Loyola, uma das principais famílias ervateiras no Paraná. Elegeu-se deputado estadual por muitos anos. Foi prefeito de União da Vitória por mais de 30 anos. Dicionário Histórico Biográfico do Paraná. Op. cit. p.274.

afim de que, este território constitua um membro da federação brasileira⁷³.

Esses grandes proprietários reuniram-se em União da Vitória, onde foi criada a Junta Governativa Provisória do Estado de Iguazu.⁷⁴

Os governantes paranaenses apoiaram o ato, pois previam que esse acordo os beneficiaria~~x~~. Na verdade usaram desse acordo como manobra política para pressionar o Estado de Santa Catarina a ceder na disputa das terras.

Carlos Cavalcanti, governador do Estado do Paraná em 1912, enviou para União da Vitória Afonso Alves Camargo e Jaime Reis, escolhidos presidentes e secretário do Comitê Central de Limites. Após a reunião, esses grupos estabeleceram um pacto selado por um documento que iria efetivar a criação do Estado de Missões. No documento previa-se que a junta governativa provisória e o comitê de limites lutaria pela integridade do território paranaense, defendia, ainda, que a formação de um novo estado federado só se concretizaria se todos os meios falhassem, para manter o Paraná uno⁷⁵.

Enquanto isso, a junta provisória do Estado de Iguazu requereria junto ao legislativo o desmembramento da região em litígio em novo estado. Essa junta fora composta por diversos proprietários da região contestada. Entre eles do município de Palmas, vieram Bernardo Ribeiro Viana, dono de engenho de erva-mate em Curitiba, e Domingues Soares, chefe político da região.

73 CLETO, Josephat Porto Lona. **O estado de Missões e sua efêmera existência**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol XXX, Curitiba: 1978, p.67 e 68.

74 O pretendido Estado de Missões chegou a ter um modelo de Constituição e uma Bandeira(documentos em nexu) Cf. MIRANDA, Alcebiades. **Contestado**. Curitiba: Litero Técnica, 1987.p.179- 196.

75 WACHOWICZ, Rui. **Sudoeste Colonização e Ocupação**. Op. cit. p.134.

José Cleto da Silva⁷⁶ representou Clevelândia, Pedro Alexandre Franklin Rio Negro, Amazonas de Araújo Marcondes e Francisco Cleve União da Vitória.

Nesse processo, o território do Paraná novamente seria alterado. A partir desse novo recorte do território do Paraná, todo o oeste contestado iria constituir o Território do Iguazu, restando ao Paraná os limites ao oeste a direita do Iguazu (ver Mapa VI).

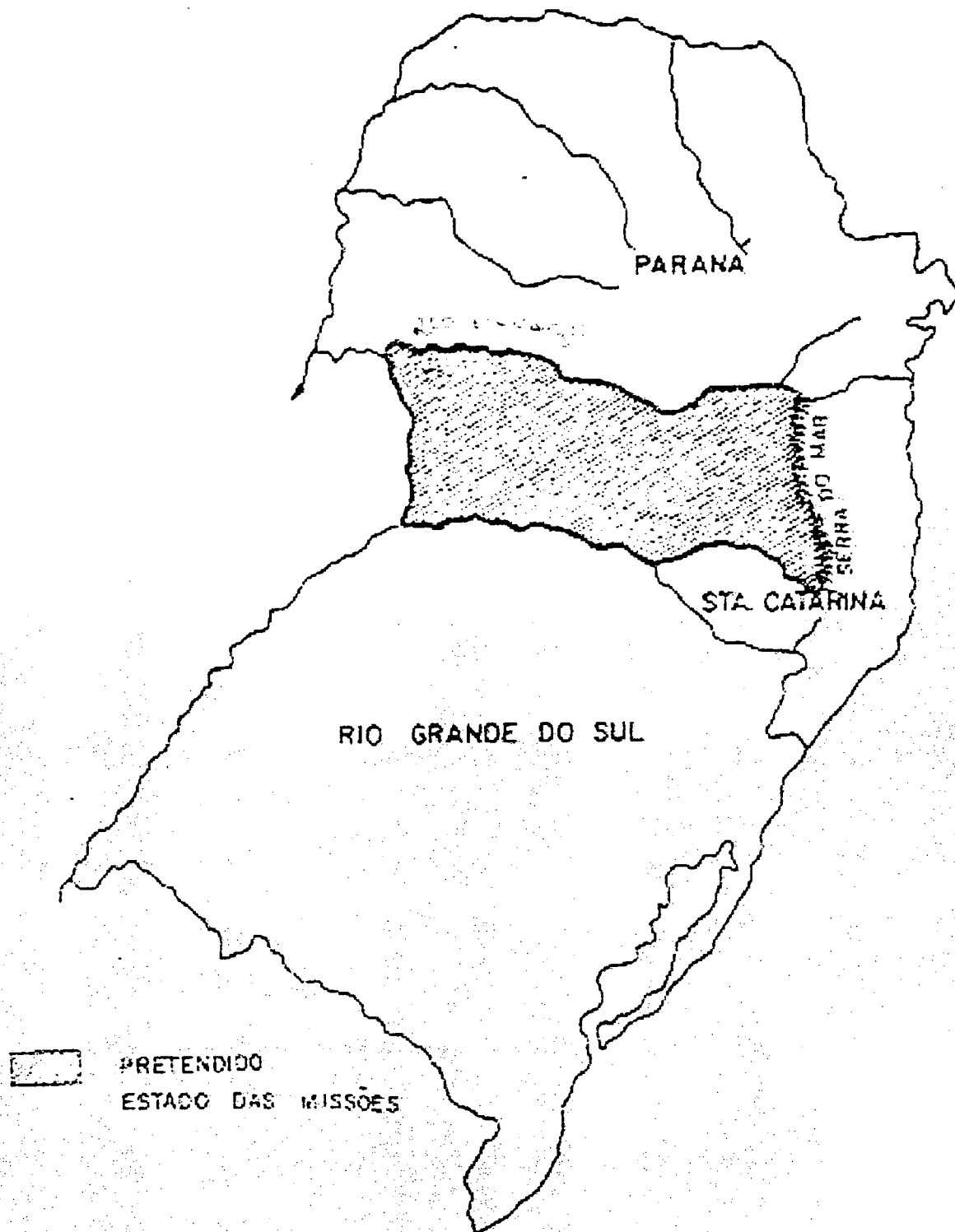
Na região de União da Vitória, um grupo de proprietários se rebelou contra o acordo e procurou defender a existência do Estado do Iguazu. Paranaenses da região de Palmas chegaram a formar companhias provisórias para fazer valer a existência do território do Iguazu. José Cleto da Silva e alguns proprietários criticaram o acordo:

Ainda há pouco, em viagem que fiz a parte do território de Santa Catarina, na linha ao Francisco, desde Canoinhas por São Bento tive ocasião de observa que lá como aqui, há pessoas que impugnam o acordo celebrado, invocando os de lá a mesma razão que os adversários daqui apresentam. Conversei com diversas pessoas de posição se pronunciaram: tive conhecimento mesmo de que por ocasião da visita do Sr.Scmidt. a cidade de São Francisco, em um banquete que lhe foi oferecido logo após a celebração do acordo⁷⁷.

76 José Cleto da Silva. iniciou a vida em União da Vitória trabalhando na casa comercial de Arthur de Paula. Mudou-se então para bela Vista de Palmas (Clevelândia) estabelecendo-se com casa comercial e casou-se com Lustosa Danguy Pacheco. Transferiu-se em 1905 para a colônia militar Chopim e em 1908 retornou para Palmas sendo eleito prefeito por dois anos. Durante esse período participou ativamente dos movimentos políticos contra a desanexação do território. Em 1909 mudou-se para União da Vitória onde após concurso foi nomeado tabelião de um Cartório de Registros. Tomou lá também todos os movimentos que agitavam a cidade contra a desanexação do território. Representante da região foi eleito deputado em 1916. Dicionário Histórico Biográfico do Paraná. Curitiba: Editora Livraria do Chain e Banco do Estado do Paraná. 1991. p.442.

77 CLETO, José. O contestado diante das carabinas. União da Vitória, 1920. p.

Mapa VI: Projeto do estado de Missões.



Fonte: WACHOWICZ, Rui. *Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba : Lítero Técnica, 1985, p. 134.

Entretanto, o acordo foi definidor para o território disputado.

E em 1916, o governador do Paraná Afonso Camargo assinou um acordo com Santa Catarina. O Paraná ficava com 20.000 Km e Santa Catarina com 28.000 Km do território contestado.

2.3 De quem é o pedaço? a instituição de domínios e as lutas locais

A definição das fronteiras físicas do território e a construção da região constituía-se em um ato obscurecido que tinha por finalidade instituir a autoridade, ou seja, delimitar até onde iria o régio.⁷⁸

Este processo de territorialização no Paraná não fora, entretanto, um ato pacífico. Fora, ao contrário, marcado por superposições de lutas locais daqueles que ^{se} interessavam ~~se~~ *uu* estabelecer o domínio.

Para as classes dominantes paranaenses, alocadas no interior do Estado, a efetivação do domínio dava-se na tentativa de investir um controle jurídico, político e econômica na área litigiosa. Estas ^y estavam interessadas na cobrança de impostos, e, por isso, tentavam coibir a comercialização ilegal da erva-mate, procurando investir no controle jurídico na área da fronteira.

O exercício de domínio sob uma determinada localidade poderia se efetivar através de diversas alternativas.
 v Estabelecimento de agências fiscais, ~~exerceria,~~ ^{exerceria,} para os

78 Segundo Bourdieu o regere fines- o ato que consiste em traçar as fronteiras é um ato realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o rex, encarregado de regere sacra, de fixar regras, que fala com autoridade, (...) com um dizer executório. Cf. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, p.. 113-114.

governantes e políticos paranaenses, a possibilidade de se estabelecer o régio, o que significava deter um maior controle sobre a região litigiosa. Essa menção se faz mais clara no discurso de um deputado estadual, ligado as oligarquias, que mencionava a criação de agências fiscais na área fronteiriça. Dizia que:

Um dos fatos mais importantes ocorridos no interregno da vossa reunião foi o estabelecimento do serviço de fiscalização de impostos na zona à margem esquerda do rio Negro. Desde longos anos aquela parte do território paranaense estava gozando de um privilégio de fato, que consistia em não pagar os impostos devidos ao estado sobre os seus produtos exportados para o vizinho estado de Santa Catarina, principalmente erva-mate. Exercendo o Paraná jurisdição plena naquela zona demonstrada por atos de governo e administração, nenhum motivo havia para que deixasse de proceder à cobrança de impostos sobre seus produtos que, por aquela fronteira se escoavam para o Estado vizinho. Por decreto n. 120 de 19 de março do ano findo foi criado anexo a agência fiscal do Rio Negro, a serviço de fiscalização de impostos a cargo de um chefe e guardas colocados em pontos convenientes, respeitando rigorosamente a linha divisória da jurisdição de cada estado. ⁷⁹

Não obstante, a presença das governantes do Paraná, através das figuras dos cobradores de impostos, tornava-se extremamente antipática aos proprietários de terras que recusavam-se a pagar tributos, alegando que não faziam o pelo fato de suas terras encontrarem-se em área litigiosa. Os fiscais eram recebidos "à mão armada" pelos proprietários da região. As crônicas dos jornais curitibanos revelavam os confrontos que se estabeleciam com a presença da fiscalização do estado paranaense na região. "Feridos em seus interesses, exportadores de erva-mate, em setembro último, se opuseram ao

79 **Jornal de Debates dos Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná.** Curitiba: 22 de fevereiro_1910, n. 1 p.05

funcionamento da agência fiscal que estacionava a margem do rio Preto, e, acometendo a mão armada a obrigaram a se retirar, assim; como o pequeno contingente da força policial".⁸⁰

Esses proprietários de terras e exploradores de mate, aliadas a maragatos, confrontavam-se com a presença dos governantes do Paraná na fronteira. Isso também porque tratava-se de uma sociedade marcada por confrontos que tomavam violentas formas.

No início do século XX, o sudoeste e o oeste contestado entre o Paraná e Santa Catarina mantinham ainda a imagem criada no século XIX. Era uma região de refúgio de grupos de ex-federalistas, para onde haviam migrado devido a perseguições políticas. Eram posseiros em profusão, alguns desertores das polícias estaduais, foragidos da justiça. Alguns viviam quase que ignorados pelas administrações do Paraná e Santa Catarina.⁸¹ Tanto que em 1903 o capitão Domingos Nascimento, ~~ao retornar ncaruar as viagens que havia feito para a região ao partir de União da Vitória em direção ao sudoeste,~~ expressava-se da seguinte forma: "Partimos ao couro estrada afora". Daí em diante, deixava-se a civilização para traz e entrava-se no domínio da pistola, da bata e do poncho."⁸² Era uma região de refúgio de populações estrangeiras e nacionais vindos do Rio Grande do Sul⁸³, que migraram para lá por motivos políticos. Segundo o escritor paranaense Domingos Nascimento:

80 Informações por Silveira da Mota. (org). Romário Martins. In: Argumentos e Subsídios sobre a questão de limites. Curitiba: 1910, p. 154.

81 WACHOWICZ, Rui C. Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Literotécnica, 1985. p. 122

82 NASCIMENTO. Domingos Nascimento. Pela Fronteira. Curitiba: Typ. da República. 1903. p.23.

83 NASCIMENTO, Domingos. Pela Fronteira. Op. cit. p. 54.

é fato digno de nota a acumulação de aventureiros e forasteiros naquela localidade, uns acidentalmente, outros em ensaios de residência fixa. É porque para ali corram gente de toda espécie, bons e maus é natural que os maus provoquem continuas rixas, comprometendo aos bons em consequência de não existir o princípio da autoridade e acatar e respeitar. O inspetor de quartelão, quando mister se faz chamar a ordem um turbulento qualquer, vai mendigar dos seus concidadãos o auxílio pessoal, afim de proceder a necessária captura e correção⁸⁴.

Domingos Nascimento, ao descrever a região fronteiriça, destacava a presença de estrangeiros e até nacionais que penetravam no território disputado. Segundo Domingos Nascimento: "Bela Vista é um refúgio das famílias rio-grandenses acossadas na fronteira pelas rivalidades políticas"⁸⁵.

O Conselheiro Zacarias descreve^a a turbulenta população que povoava a região da fronteira, mais precisamente Serra Acima, da seguinte forma:

O vasto ponche, de que serve-se a maioria dos habitantes, e as largas chilenas, não eram artigos mais essenciais ao trajar de um homem do povo, do que a inseparável cartucheira, faca e as pistolas, já não digo em viagem nas estradas, ou em trabalhos no campo, mas em passeio à cidade e (parece incrível) até nos templos do Senhor⁸⁶.

As relações de compadrio que resultavam do processo de ocupação favoreciam os conflitos. Era comum na região grandes proprietários se ligarem a caboclos. As zonas de pastoreio, extrativas e agrícolas, integravam-se nas vilas ou fora delas

84 Idem. p. 53.

85 Nascimento, Domingos. **Pela Fronteira**. Op. cit. p.55

86 Citado em QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: A guerra sertaneja do Contestado**. São Paulo: Ática, 1981. p. 31.

através de uma série de contatos que se processavam de acordo com uma rígida hierarquia social.

Ultimamente, na região do contestado ainda é coisa das mais triviais a arregimentação das patulérias compostas de indivíduos a vontade de seus chefes. O famoso coronel Fabrício, honorário da campanha de 1993, abastado quão temido proprietário da Fazenda Chapéu do Sol. Situado numa das mais belas enseadas das caprichosas sinuosidades do Iguaçu, tem sua gente sempre obediente ao mais leve sinal e felizmente tem-na posto, em diversos serviços de legalidade. Na zona do Erval, o negociante ervateiro Eugênio La Maison conta com mais de meia centena de tabaréus em pé de guerra para o que der e vier. Leocádio Pacheco, o capitão rico da milícia cívica que tem uma brigada em cada povoado do vasto sertão arregimentara-se ao serviço das forças da linha do norte com seu piquete destemido de vaqueanos a cinco mil réis por cabeça³⁷.

Os maiores proprietários de terras da região contestada eram Amazonas Marcondes em União da Vitória, Arthur de Paula e familiares, cujas posses de terras situavam-se nas margens do Iguaçu e Fabrício Vieira. Estes, e outros chefes políticos locais estavam ligados aos líderes políticos paranaenses que ocupavam naquele momento o governo do Estado do Paraná. Como, por exemplo, Juca Pimpão, famoso proprietário de terras dos campos de Palmas, e considerado como um dos homens mais ricos do município. Graças a sua força política registrou, nos cartórios do Paraná, não apenas os campos, mas todas aquelas terras entre os rios Xapecozinho, Jacutinga e Uruguai, constituindo assim a fazenda do Irani. Juca Pimpão instalara ali vários agregados que viviam dentro da fazenda. Do lado catarinense existiam os Tomás Vieiras em Canoinhas, os Henriques Rupp em Campos Novos, os Chiquinhos de Albuquerque em Curitibaanos.

87 PEIXOTO, Demerval. *Raízes da Rebelião. Campanha do Contestado I*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p.29-30.

Francisco de Paula Pereira e Joaquim Branco fundaram Canoinhas. Antigo proprietário nos arredores de São Bento, Francisco de Paula Pereira julgara-se perseguido pelas autoridades paranaenses e acabou estabelecendo-se às margens do Canoinhas. Senhor absoluto de terras e considerado como chefe local, Francisco de Paula Pereira foi desde logo localizando, num morro perto de sua habitação, aqueles que ali chegavam pedindo terrenos para edificar⁸⁸. Logo após a revolução federalista, Canoinhas tornou-se uma espécie de "República", para onde acorriam, a fim de evitar os tribunais, velhos maragatos derrotados do Rio Grande do Sul, reais ou supostos criminosos do Paraná e Santa Catarina. Entre estes situou-se na região Joaquim Branco. Francisco de Paula Pereira estabeleceu em Canoinhas o seu reduto político. Nesse mesmo período as autoridades paranaenses do Rio Negro resolveram nomear um subdelegado, porém a população local não aceitou, e Francisco de Paula Pereira não consentiu autoridade estranha em território que ele proclamava ser de Santa Catarina. Desse modo Canoinhas estava isolada de ambos os estados, "sendo um lugar, onde reinava a anarquia"⁸⁹.

Em 1910, com a morte de Francisco de Paula Pereira, os proprietários de Canoinhas resolveram estabelecer uma ligação com o Estado de Santa Catarina. Uma comissão dirigiu-se a Curitiba, onde pediram a um coronel (Francisco de Albuquerque) que protegesse a área das pretensões do Paraná e contra os bandidos que a infestavam. Foi erigida uma vila em 1911.

Em Curitiba residia o coronel Francisco de Albuquerque. Andara ajudando os piquetes federalistas de Gumercindo Saraiva,

88 Jornal FC 10/10/ 1912. Citado em QUEIROZ, Maurício Vinhas de .*Messianismo e conflito social* .Op. cit. p. 41

89 Jornal FC 12/10/ 1912. Idem. P. 41

mas depois disto colocou-se sob a proteção de Vidal Ramos, o chefe político de Lages, de quem se tornaria três vezes compadre. O coronel Francisco de Albuquerque estabeleceu-se então em Curitibanos, onde abriu uma venda, e passou a atuar na oposição ao velho coronel Henrique de Almeida, o antigo superintendente, que vivia em sua fazenda, pois não havia administração municipal. Nas eleições de 1902, Albuquerque apresentou-se como candidato a superintendência, vencendo as eleições.

Transformado em chefe político local, Francisco de Albuquerque enriqueceu. Consta que, acumulando as funções de comerciante com a de agente da poderosa família Ramos, os maiores latifundiários pecuaristas de Lages, conseguiu vencer as eleições, e tornou-se um grande proprietário de terras. Ao vencer as eleições apoderou-se de vastas extensões de terras, tanto que ao morrer deixou como herança 100.000.000 metros quadrados.

Em Canoinhas também despontava, como figura importante, o grande proprietário Manoel Thomaz Vieira, chefe político que especulava com erva-mate. ~~Manoel Thomaz Vieira~~. Em Campos Novos existia ainda, um grande proprietário de terras chamado Henrique Rupp. Tornou-se grande proprietário de terras desde os tempos da Revolta Federalista. No final do século XIX, havia obtido do governo de Santa Catarina um contrato de arrendamento de terras consideradas devolutas para explorar ervais.⁹⁰

As relações sociais que se estabeleciam na região contestada na época da implantação da República, podem ser caracterizadas pela preponderância dos laços de dependência pessoal, que prendiam uma grande massa de trabalhadores rurais a um número limitado de proprietários. Essas relações sociais eram reforçadas pelo sistema de compadrio. Esta forma de

90 GOMES, Iria Zanoni. 1957: *A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 34.

relação tratava de estabelecer um trato "igualitário" entre as partes, baseados objetivamente no estilo de vida semelhante entre proprietários e não proprietários.⁹¹

Dentro das fazendas, os agregados viviam em estreita dependência dos peões, os assalariados que exerciam funções de domadores. Os agregados construía seus ranchos pelos campos das fazendas e aí viviam, obrigados a serviços gratuitos prestados ao grande proprietário, em troca de um trato de terra onde plantavam, geralmente de meia ou de terça, as suas roças de feijão, e licença de criarem nos campos algumas cabeças de gado. Os peões trabalhavam para o fazendeiro, recebendo um parco salário, ou muitas vezes nada recebendo. A sua pobreza era permanente, como era a necessidade de sua existência para a conservação do latifúndio e a prosperidade do pastoreio⁹². Os peões encontravam-se por toda a parte: nas fazendas de gado, na coleta do mate, no corte de madeira, ou seja, estavam onde quer que se exigisse trabalho pesado. Eram mais ou menos nômades e recebiam salários irrisórios.

O poder político dos fazendeiros muitas vezes ia além de suas terras, estendendo sua área de influência também às cidades. Cada município tinha seu chefe políticos, estreitamente vinculado, por laços de colaboração mútua, aos demais chefes políticos da área e aos segmentos que se encontravam no interior do estado.

Todo grande proprietário de terras e chefe político de região para manter seu prestígio, devia possuir algumas dezenas de homens em armas prontos a executar cegamente suas ordens. Ou no mínimo ser capaz de mobilizar, em momentos de crises, um piquete de civis. Era assim considerado uma espécie de chefe de

91 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito social**. Op. cit. p. 45.

92 RIBAS, Joaquim Osório. "O ciclo do banditismo". In: **O Comércio**. Porto União: 2-7-1961.

guerra. Não se exigia dele que comandasse pessoalmente um bando armado. Podia fazê-lo, como também podia encarregar um famoso valentão, ou protegido seu, para realizar tal tarefa.

O poderio desses grandes proprietários e chefes políticos, senhores também dos ervais e da madeira, chegava até as matas. Aqueles sertanejos que não intencionavam se submeter eram obrigados a seguir adiante dentro da mata, embrenhando-se no sertão.

Favorecidos por essas relações, os grandes proprietários reuniam junto de si sertanejos para defenderem seus interesses de possíveis pressões sobre a posse da terra, ou até mesmo boicotar a cobrança de impostos efetuada pelos respectivos governantes. Os latifundiários utilizavam-se da ação dos fiscais e da polícia para cobrar impostos e controlar o processo da ocupação. Esses grandes proprietários, que detinham o poder político da região, estavam normalmente comprometidos com problemas de terras. Suas rivalidades eram essencialmente motivadas de terras, ervais e madeira.

Em meados de 1898 penetraram no território de Palmas um grupo com o propósito de firmar posses de terras. Em reação os proprietários ligados ao governo do Paraná organizaram uma escolta local do regimento de segurança, comandado pelo alferes Cândido Cabonosa. Travou-se um tiroteio entre policiais e os invasores. Capturam dois dele, um vaqueano e uma sertaneja⁹³. Fatos semelhantes repetiam-se contentemente na linha divisória.

Tais confrontos assumiram aspectos melodramáticos na área em que se defrontavam aquela época duas frentes extrativas de erva-mate: a paranaense, cuja base era a cidade de União da Vitória, e a catarinense, que se apoiava em Canoinhas. O trecho violentamente disputado por uns e outros, riquíssimos em ervais nativos, compreendia vales inteiros do Timbó e do Paciência. Os

93 MIRANDA, Alcebiades. **Contestado**. Curitiba: Litero Técnica . 1987. p. 37.

catarinenses, que ocupavam as suas cabeceiras e grande parte dos seus cursos, ambicionavam chegar até as margens do Iguaçu e dominar inclusive União da Vitória. Os paranaenses pretendiam avançar o seu domínio até Vila Nova do Timbó.

Nas proximidades existia a Vila Nova de Timbozinho, região rica em ervais, madeiras e ocupada por vários posseiros. Tratava-se de uma vasta área em litígio, onde os grandes proprietários Arthur de Paula e Fabrício Vieira, donos de largas faixas de terras à margem direita do Rio Iguaçu procuravam ampliar de todos os meios suas propriedades, ocupando também a margem esquerda do Iguaçu. Esses grandes proprietários chegavam a vender lotes de suas terras, mas depois de praticamente saldada a dívida expulsavam das terras os sertanejos que a haviam comprado. Essa vasta área era coberta de ricos pinheirais e vinha sendo incorporada pelas empresas de Capitais estrangeiros, como a Lumber. A Lumber recebia concessões do governo do Paraná e chegou a somar 180 mil hectares de terras.

Perto da Vila Nova do Timbó estabelecera-se o antigo maragato Demétrio Ramos⁹⁴, que reunia em torno de si alguns sertanejos assalariados em armas. Agia por conta dos proprietários e do governo de Santa Catarina, de quem recebia terras e recursos de toda ordem, invadindo terras, afugentando fiscais e principalmente ameaçando policiais do Paraná.⁹⁵ No diário de um militar que visitara a região dizia-se que:

Indignara-se Demétrio contra as violências que lhes infringiram as autoridades do Paraná ^vrecorreu ao auxílio de seus correligionários da vila

94 Demétrio Ramos era filho dos Pampas. Veio das região dos pampas nas tropas federalistas combateu no Cerco da Lapa e passada a Revolução ficou morando nas redondezas. Internou-se no vale do Timbó favorecido pelas autoridades catarinenses. Cf. SOUZA, Frederico Marés. **O Presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado**. Curitiba: Litero Técnica, 1987.p.43.

95 QUEIROZ, Maurício Vinhas. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja no contestado**. Op. cit. p.67

de Santa Cruz da Canoinhas e com alegação^x, ~~sem dúvida~~, de que o Paraná desrespeitava direitos de Santa Catarina conseguiu facilmente reunir cerca de 600 sertanejos (...) prepara pelo comissário de polícia da vila Antero Alves, constando mesmo esse povo foi então armado a *Comblain*, por conta do governo de Santa Catarina e por ele próprio mantido, com auxílio das casas comerciais de Brasílio Celestino, Tobias de Souza e Eugênio de Souza. Uma série de conflitos mais ou menos criminosos foram desenvolvidos por partidários apaixonados desses dois estados, ~~vinde daí por diante alimentada por partidários apaixonados desses dois estados, vinde daí por~~ diante alimentar a luta pelos maiores interessados na partida da zona contestada. Não foi com outro intuito que o tenente João Koenig acampar na margem do rio Paciência, junto aos cinzeiros da Vila Nova do Timbó, nem tampouco teve fim desigual a internação até Lages, do bando chefiado por Demétrio, o protegido por Santa Catarina. Até o adultério, verdadeiro ou não, argüido à esposa de um negociante^{an} e político da mesma vila; até as intrigas da Vila de Canoinhas resultantes das leviandade criminosa de quem confiara armamentos de guerra dos matutos (...) até tiros trocados pelo promotor público Hortêncio Baptista e Antônio Tavares, substituto do superintendente da localidade (...) ⁹⁶ 7.?, ~~alassa~~ ~~relava~~ ~~aos conflitos~~ dos links entre os dois estados.

Por volta de 20 dezembro de 1905, correu um boato na região de litígio e na imprensa Curitibana que o governo do Paraná iria remeter forças para depor autoridades constituídas pelo governo de Santa Catarina, e tomar posse de todo território. Esse boato teria provocado a reação de proprietários e políticos catarinenses que pretendiam confrontar-se com a força policial do Paraná. Diante disso, segundo Ermelino de Leão, " Demétrio Ramos começara a reunir gente do lugar para oferecer resistêcia tendo apenas 12 *comblain* mandadas pelo governo de Florianópolis cerca de 20 armas de guerra que Demétrio já possuía desde a revolução⁹⁷

96 PEIXOTO, Demerval. **Raízes da Rebelião. Campanha do Contestado I.** Curitiba: Fundação Cultural, col. Farol do Saber, 1995. p. 87-88.

97 LEÃO, Ermelino. **Dicionário Histórico Biográfico do Paraná.** Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926. p.303.

Em virtude da existência de confrontos violentos, esta região da fronteira tornou-se em um grande faroeste. A tensão existente no distrito de Canoinhas podia ser percebida através de um telegrama, de janeiro de 1906, recebido por Vicente Machado. Dizia que:

Acabo de receber de Curytibanos informações de haver ocorrido em Vila Nova do Timbó, entre gente de Demétrio Ramos e Valões resultando a morte de três pessoas capturadas por Valões.

Por uma carta que acabo de receber de um digno paranaense que não tem querido sujeitar-se ao domínio pretendido por Santa Catarina na zona situada à margem esquerda do rio Iguaçu onde ele reside, fui informado de que esse nosso conterrâneo e mais cinco vizinhos seus em consequência das correrias das hordas de bandidos que infestam aquela zona, sob a proteção do governo de Santa Catarina, viram-se obrigados a abandonar sua moradia e propriedades ali situadas e procurar tranqüilidade de que precisaram na zona incontestada situada à margem do mesmo rio⁹⁸.

Nas vésperas do Natal, 24 de dezembro de 1905, Demétrio Ramos, auxiliado pelo comissário de polícia de Canoinhas, recrutou um pequeno exército de 600 homens armados a *comblain*, e mantidos não só pelo governo catarinense, como também por algumas casas comerciais de Canoinhas, interessadas em erva-mate e invadiu o povoado de Valões⁹⁹. Nessa localidade morava desde 1886, entre as famílias pioneiras a do fazendeiro Joaquim Felix Valões. Esta família dera nome a localidade. Demétrio intencionada expulsá-los das terras, situadas as margens do Iguaçu, que haviam sido outorgadas a esse fazendeiro pelo governo do Paraná.

98 idem p. 303.

99 WESTEPHALEN, Cecília. *Dicionário histórico Biográfico do estado do Paraná*. Op. cit. p. 394.

Com o incidente alguns moradores haviam passado a margem oposta ao rio Iguaçu. Entretanto, alguns proprietários enfrentaram-se com Demétrio Ramos. Armados de facões, Pedro Valões seguido de alguns parentes e sertanejos que andavam por sua fazenda, entre eles, Francisco Bittencourt, conhecido nas redondezas como Picancho, Benuto Alves de Lima, o jagunço Venuto Baiano, confrontaram-se com Demétrio Ramos. No conflito três caboclos foram assassinados nas primeiras escaramuças (brigas) João Fernandes, Manuel Vieira, Caetano Batista. Demétrio Ramos abandonara um dos cadáveres insepultos como advertência dizendo "que servisse de exemplo aos paranaenses"¹⁰⁰.

Antes que o grupo de Demétrio começasse a agir, interveio o exército. Depois de conversar com o comandante da força Demétrio Ramos concordou em debandar com seu pessoal. Garantira ao oficial que ele não se armara para enfrentar o exército do qual era ele, Demétrio, veterano e amigo.¹⁰¹

Na mesma área os governantes do Paraná armaram alguns paisanos para reforçar as suas forças públicas e confrontarem-se com a ameaça de Demétrio Ramos.

A situação tornou-se ainda mais conflituosa quando, naqueles dias, surgiram boatos nos jornais de novas pretensas invasões de Demétrio Ramos pelas redondezas. Após ter sido retirada a tropa federal que estava na região disputada, correu novamente nos jornais que Demétrio Ramos pretendia reunir de novo a sua gente e investir contra a cidade de União da Vitória.¹⁰²

¹⁰⁰ SOUZA, Frederico Marés de. O presidente Carlos Cavalcanti. e a revolta do Contestado Op. cit. p. 43.

¹⁰¹ PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado- Episódios e Impressões**. Rio de Janeiro: 1916.p.114.

¹⁰² QUEIROZ, Mauricio Vinhas. **Messianismo e Conflito Social. A guerra sertaneja do Contestado**. Op. cit. p. 78.

Para as governantes interessados no território, essa denuncia serviu de pretexto para justificar novos confrontos.

Os ânimos de alguns fazendeiros da região inflamaram-se. João Moraes, juiz de direito da região do Timbó embarcara no vapor "Cruzeiro" de propriedade de Amazonas Marcondes e tomara rumo a Vila Nova do Timbó. Munido de uma precatória do governo do Rio Grande do Sul reclamara a captura de Demétrio Ramos. Comunicara ^{o juiz Ramos} o juiz a Vicente Machado que haviam ocorrido novos fatos. Em 1 de janeiro Demétrio Ramos ao saber da aproximação das forças policiais do Paraná retirara-se do Timbó e fora para Canoinhas para buscar auxílio e informar o subcomissário Anthero Ramos dos fatos.¹⁰³

No dia 6 de janeiro de 1906, Vicente Machado viajara no vapor "Curitiba" para União da Vitória. Persistia ele na peregrinação e ^{na} busca de Demétrio Ramos.

Na manhã do dia 11 de janeiro Vicente Machado e alguns proprietários da região organizaram uma expedição integrada por um destacamento da força pública e de civis armados, sob o comando do juiz de direito da cidade de União da Vitória para ir ao encalço de Demétrio Ramos. Vicente Machado reuniu uma força de cinquenta homens e posteriormente dirigiu-se para Curitiba.

Nas margens do Timbó, a comitiva armada cercou a sede da fazenda de Demétrio Ramos. Os policiais penetraram na mata na busca da casa de Demétrio. Encontraram-na e prenderam sua família. Este, porém, conseguiu escapar. Ao invadirem a casa os policiais diziam que "havia encontrado cartas comprometedoras relacionadas com a questão de limites, as quais explicitavam nome de políticos de Curitiba e Canoinhas"¹⁰⁴. Os policiais

103 SOUZA, Frederico Marés de. **O presidente Carlos Cavalcanti. e a revolta do Contestado.** Op. cit. p. 45.

104 SOUZA, Frederico Marés de. **O Presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado.** Op. cit. p.44.

queimaram a casa de Demétrio Ramos e destruíram os paióis de sua propriedade.

Demétrio Ramos juntou numerosos homens e postou-se numa das margens do rio Iguaçu, numa curva apertada por onde deveria passar de volta o vaporzinho que conduzia a expedição, investindo a tiros contra a embarcação. Entretanto, desistiu porque na janela da embarcação foram expostos sua mulher e sua filha.¹⁰⁵ Novamente, Demétrio fugiu para Canoinhas.

Enquanto, todo o conflito se passava no sertão Vicente Machado e Pereira Oliveira, respectivamente governador do Paraná e Santa Catarina, sustentavam um agressivo duelo telegráfico acerca do domínio e da prisão dos delinqüentes na área contestada.

Vicente Machado, manifestou-se sobre os conflitos que estavam existindo em Canoinhas. O governador do Paraná se opunha ao fato da presença de policiais do Estado de Santa Catarina na região alegando que aquela área era de jurisdição do Paraná. Fazia mais, denunciava que o governo de Santa Catarina estava utilizando-se de sertanejos armados para que estes defendessem a fronteira para Santa Catarina. Dizia que:

o governo lamenta os acontecimentos ocorridos, tanto mais que agiu sempre no sentido da lei e da ordem, e compenetrado de sua missão constitucional emprega os meios preciosos para garantir as liberdades públicas (...) em um momento tão aflitivo. É raro o mês em que novos fatos não venham perturbar a serenidade da administração do estado traduzidos sempre em invasões no contestado sob a nossa jurisdição, e em atos que demonstram, por parte do governo de Santa Catarina em alargar a sua jurisdição. Tão extensa vai se tornando a pretensão de nossos vizinhos, que já se permitem o direito de cercar a ação administrativa e judiciária do Paraná, em zonas que, sem dúvida alguma sempre estiveram sob o domínio jurisdicional desse estado. O governo catarinense que, por atos de sucessivas violências, já conseguiu levar

105 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja no Contestado**. Op. cit. p. 68.

a maior perturbação ao distrito policial de Canoinhas, onde concentrou, ao lado de supostos autoridades que procurou investir de poderes, os elementos mais perigosos de desordem, arrebanhados entre o banditismo das fronteiras, pretende levar mais longe as suas pretensões e ultimamente até a mão armada de seus sequazes, entre os quais se avolumam as figuras sinistras de assassinos corridos à ação da justiça do Rio Grande do Sul, voltou as suas vistas a região do Timbó, onde demora pacífica e laboriosa população paranaense, obediente às autoridades deste estado que ali, há muitos anos tem jurisdição um distrito policial...) Para combater a ação invasora, tive necessidade de opor medida da maior energia, e para isso garantir a tranqüilidade e o trabalhos das populações dessa região¹⁰⁶.

Após o confronto, os poderes públicos, liderados por Vicente Machado, tentaram reprimir a ação dos grupos armados. Segundo Vicente Machado, em 05 de dezembro de 1905, Demétrio Ramos ameaçara a tranqüilidade da população do Timbó e assassinara três homens e uma mulher. Perto de União da Vitória, juntamente com grupos armados, sob as ordens de Anthero Alves, pessoa de certa influência em Santa Catarina, efetuara roubos e depredações. Segundo Vicente Machado esses indivíduos ostentavam armas fornecidas por autoridades de Santa Catarina¹⁰⁷.

Pereira Oliveira, governador de Santa Catarina, respondera dizendo que a região da fronteira pertencia a Santa Catarina e cabia portanto ao seu estado a jurisdição na região. Demonstrava-se aqui as tentativas explícitas de demarcar a área de domínio. Dizia o telegrama que:

ordenei intermédio Dr. Prefeito à polícia e às delegacias necessárias urgente averiguação captura de criminosos. Espero que v.

106 PARANÁ, (estado). Mensagem dirigida pelo governador do estado Vicente Machado da Silva Lima ao Congresso Legislativo do estado do Paraná, na da 8. Legislatura em 1. de fevereiro de 1906. p. 6-7.

107 Idem. p.

ex. não dificultará ação de autoridades paranaenses no território daquele distrito como em seu telegrama afirma que pretende fazer, neste caso será difícil garantir ordem ali impedir conflagrações pelas quais v. ex. se tornara único responsável. Afim dominar exaltação de ânimo, firmar ordem todo distrito Canoinhas, cujo território v. ex. sabe é limitado pelos rios Canoinhas, Iguaçu, Timbó, Serra Geral. Julgo toda prudência v. ex. retirar dali para Porto União escolta que enviou e aconselhar paranaenses residentes distritos limitrofes acatem autoridades catarinense de Canoinhas. Proceder outra maneira, querer todo o transe firmar agora jurisdição paranaense naquele velho distrito deste. Estado, é contribuir para perturbação da ordem, é incitar o crime, perturbar questão de limites penderes ação embargos supremo Tribunal cuja solução o Estado de Santa Catarina espera ansioso como um meio de ver restabelecida a harmonia. Garanto a v. ex. habitantes do Timbó não possuem armas fornecidas por este Estado. Aqui somente são armados corpo de segurança e turmas incumbidas policiamento contra depredações do gentio¹⁰⁸.

Vicente Machado respondeu a mensagem do governador de Santa Catarina dizendo ser necessário defender o território. O governador do Paraná reafirmava a posse sob o território e alegava que somente uma força policial do Paraná seria o único agente possível a coibir a ação dos grupos armados, que segundo Vicente Machado estavam a serviço das governantes de Santa Catarina.

Não posso consentir que venham ao Timbó, onde não há um catarinense e que é distrito policial antiquíssimo deste estado; formar pelo terror, pelo roubo e toda sorte de violências tumultuaria a jurisdição. Tenho efetivamente força no Timbó, para garantir autoridades e população ameaçadas pelo banditismo concentrado em Canoinhas e julgo do meu dever ali mante-la, mandando reforçar, como vou fazer, com mais 30 praças, que devem seguir segunda feira ali... Ninguém mais do que eu deseja a tranqüilidade na zona, mas v. ex. compreende que faltaria aos deveres do meu cargo se consentisse no período de alargamento de jurisdição catarinense, por circunstâncias que os interessados reputam favoráveis. Desde o momento que não haja

108 idem p. 45.

ameaças às autoridades e a população do distrito policial do Timbó, que esta sob nossa jurisdição não terei dúvida de retirar força; o que porém, não farei, se isso continuar¹⁰⁹.

As notícias sobre os conflitos existentes na região de Canoinhas chegavam em Curitiba através do jornais locais. O Diário da Tarde narrava, com alguns detalhes, as façanhas de Demétrio Ramos, criando boatos de que a qualquer momento Demétrio Ramos iria invadir Curitiba.

Em princípios de fevereiro, Demétrio Ramos recebera de Florianópolis mais de 25 carabinas e 1000 balas, e ordem para debandar qualquer força paranaense que se aproximasse de Canoinhas e da região do Timbó, ficando a espera para novas "vinganças".¹¹⁰ Sabendo que as forças do Paraná seguiam para o Timbó avisou os habitantes de Canoinhas que se retirassem do povoado, porque ele com seus sequazes se retiraria para Campina dos Santos, até que as forças adversas tomassem conta da localidade. O intuito de Demétrio era vir depois para retomar Canoinhas e aprisionar todos os policiais paranaenses que lá estivessem, tendo por isso comunicado aos habitantes que quando voltasse "não respeitaria homens, nem mulheres fazendo fogo contra todos"¹¹¹.

Depois de alguns dias de espera, nenhuma força havia chegado e Demétrio regressou para Canoinhas com a gente armada, ficando em "pé de guerra" e com o bando reforçado por homens municados de espingardas e pistolas.

109 **Annaes do Congresso Legislativo.** 2. sessão ordinária de 6. Legislatura. Curitiba: Tipografia da República, 2 de fevereiro de 1906.

110 LEÃO, Ermelino. **Dicionário Histórico Biográfico do Paraná.** Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, v.1, 1926. p.60.

111 *Idem* p. 60

Em virtude de pressões que faziam os proprietários da região em litígio e de Vicente Machado o governo de Santa Catarina mandou alguns componentes do exército para a região de litígio.¹¹²

Santa Catarina apelou para a intervenção do exército no território contestado.

Em Curitiba realizavam-se *meetings* contra a invasão do Timbó, sobretudo, contra o envio de tropas federais e a intervenção do exército em território contestado, região que consideravam, ainda, sob a administração paranaense. Os deputados no congresso legislativo do Estado do Paraná criticavam tal ato afirmando ser este uma violação a autoridade do Paraná naquela região¹¹³.

Em discursos na praça Tiradentes falaram Lindolfo Pessoa, Dario Veloso e Lamenha Lins.

A imprensa curitibana e os governantes haviam construído a imagem de Demétrio como o inimigo do Paraná e, desse modo, alguns políticos defendiam a intervenção do exército na região "o governo catarinense pretende nivelar as vitórias baionetas do exército à faca do bandido Demétrio Ramos."¹¹⁴. Entrementes, em Florianópolis, corria a notícia que, a família do coronel Demétrio Ramos fora presa e conduzida amarrada para União da Vitória. Corriam rumores que a casa de Demétrio havia sido incendiada e que policiais e militares andavam ao seu encalço.

No dia 5 de fevereiro, as oito horas da manhã, embarcava em Curitiba, um corpo de 100 homens do 39. Batalhão da infantaria. A coluna chegou em Vila Nova do Timbó, em 8 de

112 Annaes do Congresso Legislativo do Estado. Ata da Sessão ordinária em 2 de fevereiro de 1906.p. 37- 52

113 Annaes do congresso Legislativo do Estado do Paraná. @. sessão da 7. legislatura. Acta da 1. sessão preparatória da 2. sessão ordinária da 7. legislatura. Curitiba: A República, 30/ de01/1905. p. 41.

114 SOUZA, Frederico Marés de. O presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado. Op. cit. p. 45.

fevereiro. Com auxílio de dois moradores de Canoinhas, os tropeiros Madalena e Picancho, inimigos de Demétrio, conseguiu a tropa movimentar-se e conduzir-se a Canoinhas.¹¹⁵

Seguindo nesse trajeto o exército desarmara escoltas volantes catarinenses. Segundo os relatos da época as escoltas compunham-se de "voluntários" de gente intimada por Demétrio "a abandonar o lar e pegar em armas". As atas do Congresso narravam o fato da seguinte forma:

Depois da força ter saído do Timbó, com direção a Canoinhas, a três quilômetros da força da polícia, a força federal encontrou uma escolta de Demétrio Ramos numa picada; estava a três quilômetros dentro do Timbó esperando a ocasião para atacara força policial do Paraná. q/ capitão Ignácio Costa sabendo a que gente pertencia aquela escolta, indagou deles se estavam ali constrangidos, e eles, em grande parte declarava que sim, que tinham abandonado seus lares por perseguição e imposição de Demétrio Ramos.

Em Canoinhas soube o comandante que Demétrio Ramos encontrava-se hospedado na casa de Antero Alves, comerciante e subcomissário de polícia da povoação, que estava a espera de seus familiares vindos de Rio Negro, e que posteriormente viajariam para Curitiba.

Os distúrbios na fronteira entre Santa Catarina e o Paraná persistiam ininterruptos. Escoltas armadas em Santa Catarina colidiam constantemente com as escoltas de policiais paranaenses postados no Timbó.

Em 1908, as autoridades catarinenses pretendiam medir glebas devolutas e legitimar terras entre os rios Paciência e Timbó. Os posseiros da região confrontavam-se com os demarcadores em virtude da possibilidade de perder as terras.

115 **Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Ata da sessão ordinária em 2 de março de 1906. Presidência do Monsenhor Alberto Gonçalves p.102**

Encarregara-se desses trabalhos Rudolf Wolf Filho, desenvolvendo suas atividades no lugar Barreiro, á margem do rio Paciência.

Nas nascentes deste rio formara-se um grupo. Na serra dos Vieiras abrigara-se o líder Salvador Leal Barbosa, acusado de haver matado no sítio Reichardt, onde João Reichardt abrira negócio, no dia 14 de dezembro de 1911, os lavradores Agostinho Ribeiro, um filho deste e um outro de nome Arthur Pinto, por se declararem partidários do Paraná na questão de limites¹¹⁶.

Novamente após alguns anos os ânimos voltaram a se exaltar. Desta vez os confrontos ocorriam num ponto da estrada próximo a Canoinhas região que dava saída para o litoral.

Desde fins do século passado a erva-mate proveniente da região de Serra Acima já era o principal produto de exportação de Joinville, onde os engenhos possibilitaram as primeiras fortunas locais. A estrada atravessava um trecho do território sob jurisdição paranaense, e à esquerda do Rio Preto o Paraná estabeleceu um posto fiscal. Procurava-se, dessa forma, impedir o chamado contrabando da erva-mate que ia enriquecer Joinville, em detrimento do erário paranaense e dos engenhos que funcionavam em Rio Negro, Lapa, e Curitiba.

Em setembro de 1909, Aleixo Gonçalves de Lima confrontou-se com a fiscalização do Paraná. Capitão da Guarda Nacional, Aleixo Gonçalves de Lima um proprietário de terras, era paranaense, nascera em Arraial Queimado, mas se transformara em inimigo do Estado natal. Havia muito tempo que residia em São Bento, porém as suas melhores terras estavam localizadas ao sul de Três Barras e na zona contestada, por ele registradas em Cartórios catarinenses. Tais terras haviam sido ocupadas pela família Pacheco, que as havia legalizado perante o Estado do Paraná.

116 A tribuna, Curitiba: 13 -12 -1913.

Aleixo Gonçalves de Lima, tal como o antigo maragato Demétrio Ramos, capitaneou cerca de 500 homens. Auxiliado pela polícia catarinense, transpôs o rio Preto, em território considerado pelos governantes do Paraná como pertencente a este Estado, proclamando que visava impedir a cobrança dos impostos feitas pelo Estado do Paraná.

Fez com que se retirassem dali os funcionários do fisco e um pequeno destacamento policial. A façanha teve mais o caráter de um protesto. Poucos dias depois, o chefe da polícia do Paraná, à frente de um grande destacamento, restabeleceu as barreiras. ¹¹⁷

Esse enfrentamento ^{deu origem} transformou Aleixo Gonçalves de Lima em um herói regional. Tanto que, três meses após o acontecido o Capitão Aleixo fora recebido festivamente em Joinville. Carros foram esperá-lo nos arredores da cidade e o acompanharam ao hotel. À noite, recebeu manifestação de grande número de pessoas, acompanhadas de banda de música. Na cidade de Florianópolis houve passeata e Aleixo era apresentado como uma espécie de herói que "à frente de um grupo de revoltados contra as odiadas barreiras paranaenses, afugentara a força policial daquele Estado (Paraná) que as guardava" ¹¹⁸.

O problema de conflitos de terras também por causa do litígio veio a ser agravado na época que surgia o movimento Contestado. Em meados de 1910 alguns proprietários aproveitando-se da situação conflituosa que ocorria entre os sertanejos e grandes proprietários armaram alguns caboclos para defenderem suas terras.

Tais relatos, demonstravam que o estabelecimento das fronteiras não fora pacífico. Era, em contrapartida, marcado por

117 QUEIROZ, Maurício Vinhas. **Messianismo e conflito social**. Op. cit. p. 69.

118 **Jornal Republicano**, 27-11-1909.p.12.

diversos confrontos locais onde debatiam-se proprietários na tentativa de delinear a extensão de mando, ~~de~~ territórios de poder.

CAPÍTULO 3. CARTOGRAFANDO AS FRONTEIRAS: OS INTELLECTUAIS E A INVENÇÃO REGIÃO

O pré-requisito necessário para conformação material do Paraná como região, a partir de 1900, correspondia a apropriação e delimitação de um território. Esse marco referencial geográfico era parte imprescindível para a formação da região. Nem a cultura, nem qualquer outro tipo de determinante social identificante, eram, naquele momento, tão imprescindíveis para que os governantes pudessem construir a região. O discurso regional passava, então, a ser naturalizado nas descrições dos limites físicos do Paraná.

À certa formação territorial, entretanto, devia-se proceder uma modalidade discursiva e que por seu intermédio se viabilizasse a legitimidade ideológica e a consecução prática do projeto que construía materialmente a região.

A produção da legalidade físico-territorial da região foi possibilitada pela contribuição dos "especialistas do saber", que buscaram argumentos para preservar a integridade do território do Paraná. Coube aos intelectuais, vistos aqui como produtores de uma fala sobre a região, envolvidos direta ou indiretamente no

jogo político local, um papel de destaque na elaboração do Paraná.

Foram esses personagens que impulsionaram a comunicação e que assumiram, na prática e na proposta política, a construção da região.

Essa estratégia de utiliza-los como porta vozes de um projeto não é incomum na sociedade. Cada grupo que ocupa o poder procura constituir, para si, um quadro de intelectuais que se encarrega de elaborar e difundir a ideologia, legitimando e solidificando a posição hegemônica daquele grupo e dando coesão a sociedade. Criadores da ideologia da classe dominante e responsáveis pela produção científica, os intelectuais atuam no seio diversos setores da sociedade, "sociedade civil (partidos, igreja, sindicato, sistema educacional, atividades culturais), bem como a sociedade política, (como administradores, funcionários, militares, políticos)¹".

Segundo Gramsci a dominação de classe passa basicamente pela ação dos intelectuais. Nessa acepção, os intelectuais orgânicos, tem por tarefa teorizar, tornar correntes e difundir os valores e as idéias das classes dominantes². São eles que costuram os consensos, que difundem ideologias, que orientam as consciências. Como afirma Gramsci

¹ PESAVENTO, Sandra Jatthy. 1990 História Regional e transformações social. In: SILVA, Marcos A da (coord.). **República em Migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 72-73.

² PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1983. Para uma análise dessa questão ver ainda João Agostinho A. Santos. "Gramsci: ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia" Revista Temas, n. 9, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1980.

cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura de um novo direito, e etc.³

Assim, um grupo seletivo de intelectuais foi convocado para assumir cargos de cúpula do executivo, ou então para ocupar as principais trincheiras do poder central no Paraná. Tais cargos conferiam a seus ocupantes acesso direto aos núcleos de poder onde tinham participação efetiva no processo decisório em matérias de sua alçada.

Esses letrados eram recrutados entre as suas ligações com as classes dominantes. Alguns escritores pertenciam a famílias pobres da oligarquia, outros se encontravam entre as grandes. Havia os intelectuais que eram herdeiros de escritores nascidos em famílias que monopolizavam há muito tempo posições de prestígio no interior da classe dominante.⁴ Sendo muitas vezes originários de família de estirpe, abastadas ou não,

³ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.3.

⁴ Esse era o caso de Romário Martins e Ermelino de Leão. Dr. José Martins bisavô de Romário Martins foi médico cirurgião-mor do regimento de Bragança. Seu avô o Comendador Manoel Felix de Bragança. Seu pai teve destaque na vida curitibana, sócio do primeiro clube curitibano, ligado ao Museu Paranaense, tendo sido administrador do Correio Geral do Paraná.

Ermelino de Leão mantinha estreitos laços com os governantes no Paraná. Era filho do desembargador Agostinho Ermelino de Leão, de quem recebeu o cargo de diretor do Museu. Bacharelou-se em ciências sociais e jurídicas e iniciou a carreira pública em 1893, como promotor público. Exerceu várias funções públicas no Estado como por exemplo foi diretor do Museu, cargo que recebeu das mãos de seu pai. Conjuntamente foi eleito deputado estadual por vários anos. Cf. WESTEPHALEN, Cecília, et alli. **Dicionário Histórico Biográfico do Paraná**. Op. cit. 247-248

cujos sobrenomes de boa cepa lhes garantiam por si só não só livre trânsito nos círculos dirigentes, e que estavam ligados de diversas maneiras (casamentos, amizades e negócios em comitês partidários), aos ramos economicamente dominantes, o fato de terem se encaminhado para as profissões intelectuais tinha inclusive a ver com as estratégias de reprodução dessas famílias. Nessas condições, alguns pareciam inclinados a barganharem seus trunfos exíguos em troca de refúgios profissionais, outros buscavam reproduzir as posições de suas famílias na atividade intelectual. E essa não fora só uma peculiaridade no Paraná. Na primeira república o recrutamento dos intelectuais se realizara em função da rede de relações sociais que mobilizavam as ações daqueles que se incumbiam da tarefa de escrever.

Ao longo da República Velha, principalmente os estudantes dos cursos jurídicos tinham não apenas a pretensão mas, também, a possibilidade objetiva de ingressar nas carreiras ligadas ao trabalho político e intelectual, e de serem convocados para os escalões dos serviços públicos. As profissões intelectuais constituíam-se em terrenos de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração dominante, e sobretudo, os filhos dessas famílias em declínio.⁵

Os intelectuais que se identificavam com certa representação do Paraná, filhos de famílias tradicionais, ou enredados em suas teias de compadrio e favor, são justamente os atores decisivos do processo de elaboração da identidade regional.

Não fora sem razão, portanto, que José Pereira Santos Andrade, governador do Paraná em 1896, nomeou uma comissão que foi incumbida de "coligir documentos que

⁵ Micelli, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente**. Difel, Rio de Janeiro, 1979. p. 40.

pudessem interessar à solução da questão de limites (...) ⁶ ". Essa comissão fora composta por Agostinho Ermelino Leão (presidente), Manoel Alencar Guimarães, Generoso Marques dos Santos e Romário Martins. Concomitante o governador ordenara a Generoso Marques que fosse até Portugal examinar a veracidade dos documentos citados por Santa Catarina.

Ermelino de Leão frequentara vários arquivos, a pedido do governador Santos Andrada, para encontrar documentos que provassem o direito do Paraná nas terras do vale do Iguaçu, e até na definição dos limites ainda incertos com o estado de São Paulo. Romário Martins fora contratado por Vicente Machado para encontrar nos arquivos paulistas os documentos necessários para provar a posse do Paraná sobre o vale do Iguaçu. Cândido de Abreu e Manoel Correia, embora fossem engenheiros cartógrafos, foram chamados a legitimar as circunscrições territoriais do Paraná.

Em 1904, na conferência em comemoração ao dia dos professores, Sebastião Paraná pregava, num discurso inflamado a necessidade de uma campanha para defender a região. Esta era a palavra de ordem entre a intelectualidade: defender a integridade do território do Paraná e inventar a região.

⁶ Despacho do Palácio do Governo de 5 de fev. 1897, Offícios, 1897, vol. 2 Departamento de Arquivo e micro filmagem (DAMI)

3.1. DOS LUGARES DA ENUNCIÇÃO: O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Esses emissores, os intelectuais, enunciaram a região de diversos lugares. Tanto das instituições criadas pelos governantes como "A comissão Permanente do Povo" que congregava vários políticos, intelectuais e funcionários do Estado, como de instituições culturais.

Um dos lugares privilegiados para produção do discurso regional fora o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, fundado, em 1900, por Romário Martins, Ermelino de Leão, Cândido de Abreu, Dario Veloso, Sebastião Paraná, Emiliano Pernetta, José Cândido Muricy, Emiliano Pernetta, Júlio Pernetta, Nestor de Castro, Manoel Ferreira Correia, Lúcio Pereira, Coronel Jocelmy Borba, Camilo Vanzolini, Luiz Tonissi, e o desembargador Bento Fernandes de Barros. Ao todo, os fundadores eram dezesseis. Entretanto, o Instituto mantinha também sócios correspondentes entre eles Manoel Francisco Correia, Luiz Cleve, Franco Grillo, comendador Antonio Ribeiro de Macedo, Coronel Telemaco Borba, Domingos Nascimento, Ignácio da Costa Pinto, Nivaldo Braga.

O Instituto, na época de sua fundação, fora instalado provisoriamente na sala da Biblioteca do Clube Curitibano, e funcionou, posteriormente, na sala da Biblioteca Pública. Muito embora o Instituto tenha encontrado certas dificuldades para manter-se, chegando

em determinadas épocas quase a se desmantelar,⁷ a sua importância estava na institucionalização de um saber sobre o Paraná.

É no processo da constituição de uma identidade coletiva e um projeto regional que iniciava-se uma produção intelectual sobre o Paraná. A criação do Instituto apontava em direção a uma das formas de materialização desse empreendimento que mantinha profundas relações com a proposta ideológica em curso. À defesa da integridade territorial, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a região capaz de garantir a manutenção da posse de parcelas do território ao Paraná. A gestação de um projeto regional encontrava dificuldades na medida que, tal proposta, não contava com a autoridade de uma instituição produtora de um saber que legitimasse esse projeto. Romário Martins tornara-se em, 1900, sócio correspondente de diversas sociedades de Geografia, como a sociedade de Geografia de Lisboa, como também do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, portanto, acreditava que uma instituição nos moldes daquela auxiliaria a resolver "os problemas da geografia e da História do Paraná".⁸

É, por conseguinte, na tarefa de pensar o Paraná que se propõem esses intelectuais. Na atas de fundação da instituição criada propunham realizar pesquisas sobre a Geografia e a História do Paraná. Entretanto, uma produção sobre o Paraná segundo postulados de um discurso comprometido com as classes dominantes no Estado. É em torno desse propósito que se entregam os

⁷ Ver Instituto Histórico e Geográfico Paranaense; Notícia histórica. **Boletim do Instituto Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria Mundial, ano 1, 1917. p. 1-17.

⁸ WESTEPHALEN, Cecília. **Dicionário Histórico Geográfico do Estado do Paraná**. Curitiba, Banco do Estado do Paraná e Editora do Chain 1991. p. 215.

intelectuais no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Fora preciso, aos olhos dos governantes e dos intelectuais, construir uma entidade e elaborar argumentos objetivamente neutros, sobre as quais deveria se colocar a legitimidade da dominação territorial, e a hegemonia de determinados grupos que comandavam o Paraná. A factibilidade de um discurso, que explicitasse e outorgasse legitimidade científica na construção da territorialidade, apresentava-se como alternativa válida para a elaboração da região⁹.

O Instituto recém criado respondia a esse projeto, e estava extremamente próximo dos interesses dos governantes do Paraná. Os jornais locais destacavam, em 1900, a fundação do Instituto. O Instituto Histórico seria formado, segundo seus fundadores, para resolver a problemática da instituição de uma história do Paraná e da geografia de seu território.

Na atas de fundação ficavam claros os propósitos da intelectualidade. Segundo Romário Martins, caberiam aos Intelectuais desta instituição a descrever a natureza geográfica do Estado, expor a feição de sua composição

⁹ Era preciso aos olhos dos intelectuais investir-se de autoridade para garantir a legitimação da região. Segundo Pierre Bourdieu "O *regio* e as fronteiras (*finis*) não passam do vestígio apagado do ato da autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *finis*) e impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social. Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (o *auctoritas*, como lembra Beneviste é a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *auctor*). O autor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as do arbitrário, sanciona-as santifica-as, consagra-as, fazendo existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, *naturais*". Cf BOURDIEU, Paul. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel.p. 114.

populacional, exaltar o nome de seus heróis. As atas revelavam também a estreita vinculação da intelectualidade com os projetos regionais do Estado na determinação das fronteiras do Paraná.

Como tem sido lido pela imprensa realiza-se hoje ao meio dia a reunião para a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico. Bem vê o povo paranaense que o novo Instituto inicia-se já capaz de conquistar os seus patrióticos fins. Sobre sua utilidade, sobre os serviços que lhe incumbem desempenhar, sobre sua futura influência em questão de alta transcendência para o Paraná não precisa de certo o público que eu lhe venha dizer algo, pois que devem estar no conhecimento de todo cidadão as vantagens de tal natureza. Prevejo para o nosso Instituto Histórico e Geográfico uma larga existência a refletir-se na terra paranaense, exaltando o nome de seus melhores filhos, assinalando sua influência histórica de seus memoráveis sucessos, descrevendo o curso de seus rios, delimitando a altitude de suas regiões esplendentes, e expondo, com largos traços vibrantes, a acentuada feição de nossa característica. Com o Estado tem ele de pronto um grave compromisso. É o de tornar-se um poderoso auxiliar do poder público, reunindo dados e estudando documentos, para a exata determinação oficial de nossos limites com Santa Catarina¹⁰.

Alguns anos após a fundação as verbas do Estado representavam quase todo orçamento do Instituto. Para efetivar a produção e pesquisa de material e a publicação de seus boletins (1918) o Instituto pedia verbas ao Estado. Os intelectuais fundadores valiam-se de suas ligações com o Estado para pedir auxílio a manutenção do Instituto. Na medida que, o próprio governo demonstrava interesses em forjar o discurso regional autorizava esse auxílio. Tal situação exemplificava-se quando em 1911 o executivo autorizava a concessão de auxílio de 3.600.\$000

¹⁰ BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO. **Atas de fundação**. Ano 1917. vol 1 Livraria Mundial.p.7.

ao Instituto para manutenção e publicação de sua revista.¹¹

Um exame dos fundadores do Instituto nos fornecia uma amostra significativa do perfil do intelectual que atuava na instituição e como tal apresentava-se comprometida com o projeto do estado. A maioria dos seus componentes eram funcionários públicos e desempenhavam funções no aparelho do estado, fossem aqueles que seguiam a carreira de magistratura após estudos jurídicos, ou aqueles, que mesmo sem estudos universitários percorriam uma carreira média na burocracia. Esse era o caso do escritor Romário Martins¹² que ^{se} tornou ~~se~~ um dos principais emissores do projeto regional e que aparecia como sócio fundador do Instituto.

A trajetória política e intelectual de Romário mostrava os enlaces do escritor-funcionário. Iniciara suas atividades intelectuais escrevendo em vários jornais, como por exemplo *A República*, jornal ligado aos republicanos e representado por Vicente Machado. Conjuntamente, desenvolveu atividades burocráticas, a partir de 1890, quando foi nomeado superintendente do ensino público por Vicente Machado assumindo posteriormente outros cargos no Estado. E após ter se envolvido na política trabalhando para a eleição de

¹¹ LEI N. 1206 de. 19 de abril de 1911. Leis e Decretos do Estado, Curitiba: APPR.

¹² Romário Martins mantinha estreitos laços com os governantes no Paraná. Foi diretor do museu paranaense de 1902-1928 e deputado estadual em dez legislaturas (1904-1928). Foi ainda camarista e presidente da Câmara Municipal de Curitiba exercendo o cargo de Prefeito. Em 1901 teve a patente de Guarda Nacional e em 1908 a de Tenente Coronel comandante de Curitiba. Westphalen. Dicionário histórico Biográfico do Paraná. Curitiba: Chain. Bco do estado do paraná., 1991. p.275-276.

Joaquim de Lacerda foi eleito deputado estadual por diversos anos.¹³

Em 1900, quando foi eleito sócio-correspondente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Romário Martins escreveu folhetos opúsculos, e produziu mapas sobre o Paraná. Foi comissionado pelo governo do Estado do Paraná para pesquisar nos Arquivo Nacional do Estado de São Paulo e na Delegacia Fiscal de Porto Alegre. Contribuiu para os trabalhos da comissão com o levantamento de 156 documentos e 12 opúsculos em que tentou elucidar a questão da partilha do território do Paraná.

Junto dele estava, seu contemporâneo, Ermelino de Leão¹⁴. Ermelino ecrevera vários livros sobre a questões das fronteiras.

São esses emissores que irão dar forma ao discurso regional.

¹³ Westephalen, Cecília. **Dicionário Histórico Biográfico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain& Banco do Estado do Paraná. P.276-277.

¹⁴ Era filho do desembargador Agostinho Ermelino de Leão. Bacharelou-se em ciências sociais e jurídicas e iniciou a carreira pública em 1893, como promotor público. Exerceu varias funções públicas no Estado como por exemplo foi diretor do Museu, cargo que recebera das mãos de seu pai. Conjuntamente foi eleito deputado estadual por vários anos. Cf.WESTEPHALEN, Cecília, et alli. **Dicionário Histórico Biográfico do Paraná**. Op. cit.247-248.

3.2. EM BUSCA DA HARMONIA IDEAL DE UM TERRITÓRIO FICTÍCIO: A fronteira identificada no espaço geográfico.

O propósito de criação de uma identidade regional pelos governantes e seus letrados em torno da temática da integridade territorial do Paraná fora estimulada com a possibilidade de institucionaliza-los nos limites do conhecimento. A fundação do instituto Histórico vinha materializar esse projeto.

Desse modo, a região passou a ser constituída pela descrição dos limites físicos. O espaço físico explicitava-se como o elemento em que deveria se traduzir a invenção de uma identidade, criando lugares de memória.¹⁵

Não obstante, esse procedimento de definir as fronteiras do território pelos limites físicos não fora uma peculiaridade apenas das obras da intelectualidade paranaense que construía o discurso regional. A prática de elaborar discursos que naturalizavam as fronteiras tornou-se uma das formas de produzir identidades. As ciências naturais, e a descrição do espaço constituíram-se em aparelhos discursivos, mediante os quais os estados definiram, e representaram os discursos regionais. O discurso geográfico, que priorizou essencialmente a

¹⁵ NORDAN, D. Des limits d'Etat aux frontiere nationales. In: **Les lieux de memoire**, II La nacion. (org. Pierre Nora) Gallimard, Paris. 1986. p.10 .

natureza, constituiu-se, sem dúvida, num elemento central na consolidação da regionalidade. Não foi por acaso que a descrição da paisagem tornou-se uma prática importante para se forjar na Europa as repúblicas burguesas.¹⁶

A formação da geografia enquanto disciplina, correu paralelamente à efetivação coercitiva do poder cultural, econômico e político do Estado nacional. A necessidade de produzir um discurso sobre o território, e sobre a identidade trouxe como corolário a formação de um campo disciplinar que se denominou geografia. A geografia surgiu com o propósito, relativamente implícito, de ser um discurso que formara um determinado tipo de idéia de país e uma forma específica de consciência territorial de "pertencimento"¹⁷. A territorialização do discurso

¹⁶ Ver MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, HUCITEC, 1981

ESCOLAR, Marcelo. **Um discurso legítimo sobre el territorio y ciencias sociales**. Buenos Aires: Instituto de Geografia / Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. 1990.

CLAVAL, Paul. "La region: concept géographique, économique e culturel.". In: **Revue Interacionale des Ciências Sociales**

MACHADO, Lia. Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasi; meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. In: **Geografia: Conceitos e Temasorg**. Iná E. de Castro&Roberto Lobato Correa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.309-353.

¹⁷ Cf CHARLE Ch. **Region et consciência regionale en France**, Actes de La Recherche en Ciências Sociales 35, Paris. p.i

BOURDIEU, Pierre. **La identidade et la representacion: elements pour une reflection critique sur l idée de region**. Actes de la recherche en Sciences Sociales 35, 1980 . p.63-65.

Por consciência territorial alude-se a aparição de um referencial geográfico delimitado em formas precisas (fronteiras), que passa a constituir-se para uma comunidade histórica no supra sumo da nacionalidade. Segundo Recalde esse é o "padrão nacional que se constroi politicamente a partir da revolução francesa. A soberania territorial sob o antigo regime podia ser facilmente caracterizada, adicionando todas as partes componentes do estamento

social e histórico, maciçamente transmitidos por vários veículos de comunicação, não era, desse modo, resultado de uma objetivação direta de posições hermenêuticas sobre a realidade espacial, mas uma maneira sutil de transferir a hegemonia burguesa à "natureza das coisas" e a essência legítima do "ser nacional" e "regional". Portanto, não houve concepção possível de território antes que sua efetiva representação pudesse realizar-se, e só depois das teorias dos limites, desligava-se naturalmente da necessidade de justificar aquelas linhas imprecisas que a cartografia procurava corporificar¹⁸.

Assim, o pensamento geográfico do século XIX tornou-se a ciência da localização exata dos lugares, da cartografia¹⁹. Esses estudiosos passaram a estudar só a superfície da Terra e a interessar-se pelo estudo da diferenciação do espaço, sendo que as investigações sobre o espaço geográfico irão desenvolver-se ao mesmo tempo que as outras ciências, principalmente com a contribuição

dinástico de uma casa reinante, isto é, agrupando geograficamente as posições da coroa e seus vassalos. Enquanto para o Terceiro Estado Revolucionário na França a dificuldade tornava-se quase intransponível, porque, ao desaparecer a soberania régia e instaurar-se a soberania "popular" deviam buscar-se em outros fundamentos cuja legitimidade jurídica e social já não tem a mesma nitidez de seu precedente absolutista. Construir o estado nação burguês pressupôs inventar os argumentos em cada caso do nacionalismo, e a geografia irá ocupar aqui um lugar fundamental na produção dessa idéia de nação. Cf. GUIOMAR, J. Y. **L'ideologie nationale**. Maspero, Paris 1977. p.63.

¹⁸ Cf. ALLIÉS, Pierre. **L'invention du territoire**. Presses Universitaires de Grenoble. Grenoble. 1980.p 38

QUAINI, Maximo. **La construccion de la geografia humana**. Barcelona, Oikos Tau 1981.p. 112.

¹⁹ Até o final do século XVIII o conhecimento geográfico interessou-se em estudar a Terra enquanto astro através da geografia matemática. Cf. FERREIRA, Conceição Coelho & SIMÕES, Nátércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1992. p. 59

de dois escritores Humboldt e Ritter. Humboldt²⁰ tinha uma formação essencialmente naturalista e organizou viagens e expedições para classificar o espaço geográfico de vários lugares.²¹ Tais expedições possibilitaram o surgimento das sociedades de geografia. Estas surgem intimamente ligadas às explorações, financiadas pelos países colonialistas e organizaram viagens, elaboraram mapas, editando também revistas. Os viajantes do século XVIII e XIX eram agentes de informação que coletavam e cartografavam a informação que era diretamente explorável pelos estrategistas industriais e autoridades coloniais²² A primeira sociedade a ser fundada é a Sociedade de Paris, (1821), seguindo-se a de Berlim (1828), e a de Londres em (1830).

Esse conjunto de meios dispostos convenientemente para delimitar a nação ou uma região estiveram presentes no Brasil do século XIX em inúmeros trabalhos que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro estava incentivando e até premiando²³. A partir da segunda metade do século, apresentavam-se condições para a ampla disseminação do discurso geográfico. De forma geral, seu uso atuou no sentido de se estabelecer a naturalização de um destino nacional inscrito na conformação territorial.

²⁰ Alexander Von Hulboldt foi conselheiro do rei da Prússia e Kal Hitter tutor de uma família de banqueiros. Cf. MORAES, Antonio Carlos. **Geografia: Pequena História Crítica**. 14. edição. São Paulo: HUICITEC, 1995. p.47

²¹ Idem p. 60

²² FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio De Janeiro: Graal, p .163.

²³ GUIMARÃES.Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização no trópicos: O Instituto Histórico Geografico Brasileiro e o projeto de História Nacional.IN: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988 v 01p. 14-15.

Os diversos relatos e tratados de viagens exploratórias e de reconhecimento explicitavam as atividades cuidadosas dos naturalistas a registrarem o conhecimento sobre as diferentes regiões do país. Nesses trabalhos, tratou-se de realizar estudos regionais e definir os contornos físicos para elaborar a nação.

Um corpo temático amplamente tratado pelas revistas do Instituto Histórico referia-se a publicações relativas a viagens abordando questões de fronteiras. Os relatos e explorações feitas pelos viajantes procuravam definir com o precisão o tamanho dos rios, a altura das montanhas, promovendo, portanto, o enquadrinhamento da nação. A fronteira estará associada a área de difusão tanto de espécies vegetais, das províncias rochosas do relevo e do solo.²⁴

Foi também no período de transição da Monarquia para a República que a visão da identidade, traduzida no espaço geográfico, adquiriu importância na produção simbólica do Brasil. A mudança da forma de governo recolocara debate sobre unidade nacional e regionalismo. Foi, portanto, um período em que surgiram muitos ensaios que tematizaram a construção do país, questionando o povo de que dispúnhamos para realizar tal tarefa. Ou seja, reforçava-se a visão de um país como um espaço a se ganhar, sendo sua população apenas um veículo de tal ação. Observa-se, desse modo, uma época em que se acentuou, tanto o processo de produção do espaço da nação - a construção da geografia material do país ou a valorização objetiva de seu espaço-, quanto a sua produção simbólica animando a instalação no país da geografia como campo especializado e institucionalizado. Os institutos especializados geravam alguns campos de

²⁴ MARTINS, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992. p.14

produção que se dedicavam ao levantamento das áreas pioneiras, ou em disputa territorial, um labor desempenhado por engenheiros cartógrafos que procuravam conformar as fronteiras das nações ou das regiões nas construções simbólicas do espaço.

Da mesma forma, a produção de um discurso definidor e legitimador das fronteiras fora construído a partir da descrição dos limites geográficos do território do Paraná.

A identificação do espaço físico, como forma de definir as fronteiras com a sociedade fora possibilitado no Paraná em diversos trabalhos.

Os governantes paranaenses contratavam intelectuais para que eles precisassem os contornos geográficos do território paranaense.

Muito embora esses intelectuais não fossem portadores de uma formação específica no campo da geografia tomaram contato com a questão geográfica por estarem filiados a diversas instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a algumas Sociedades de Geografia. Romário Martins filiar-se, como sócio correspondente, à Sociedade Geográfica de Paris, Sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.²⁵

O projeto regional esteve ligado a fundação do Instituto Histórico e Geográfico no Paraná. A criação do Instituto Histórico do Paraná, em 1900, revelava a preocupação das classes dirigentes paranaenses em legitimar a posse das extensas parcelas de território que encontravam-se em litígio. Ou seja, o espaço político, para um saber especializado, estava aberto e pronto à servir de instrumentário para construir a região.

²⁵ MARTINS, Romário. **Limites à Sueste**. Curitiba: Estado do Paraná. 1901. p. 1.

Pela própria adjetivação presente no nome do Instituto evidenciava-se o instrumentário de trabalhar com essas áreas de conhecimento. Cada uma dessas áreas, a história e a geografia, forneceria dados imprescindíveis para a definição do quadro regional em vias de esboço; a história e a geografia enquanto dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da região, na sua integralidade em seus aspectos físicos e naturais, estaria delineada.

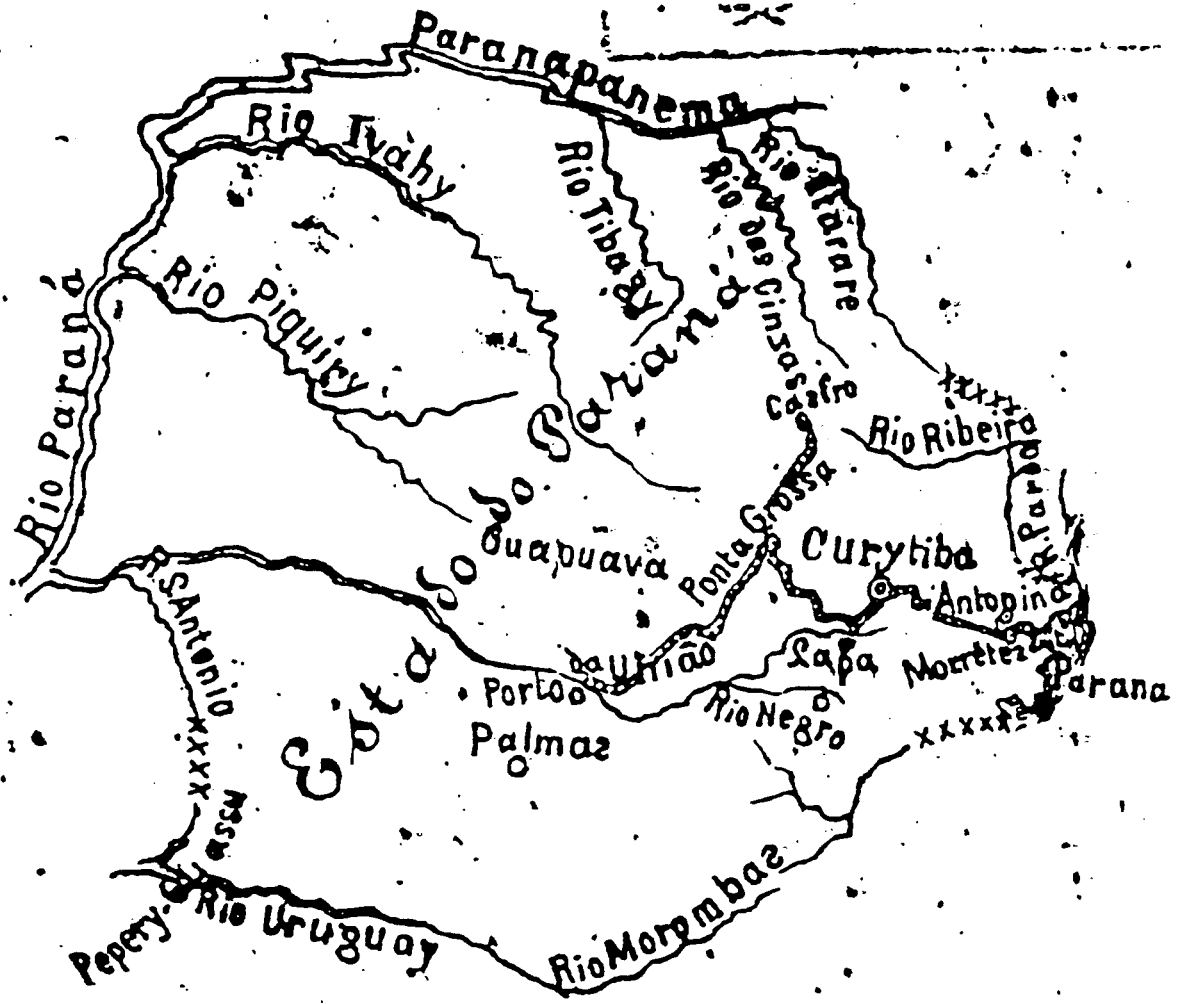
Romário Martins também partilhara da idéia de que as fronteiras geográficas do Paraná, em meados de 1889, eram definidas pelos seguintes marcos geográficos:

Confina ao norte e ao nordeste com a Província de São Paulo a leste com o Oceano Atlântico e a sueste com a Província de Santa Catarina, e ao sul com a de São Pedro do rio Grande do Sul a sudoeste com a Argentina como Argentina de Corrientes e ao oeste com a do Mato Grosso e a República do Paraguay, ao norte e ao nordeste o Rio Paranapanema, desde a sua confluência, no Paraná até a foz do Itararé, istmo do varadouro no litoral e nascente do Itararé. Na serra do Itapirapuan a Ribeira, até a foz do rio Pardo, subindo por este até a nascente na serra negro²⁶

Apresentara em uma de suas obras uma imagem cartográfica do território destacando esses contornos geográficos. Pois muito embora os marcos do território do Paraná tivesse sido parcialmente delineados, só naquele momento produzia-se uma representação cartográfica que demonstrasse uma visão sobre esse território. Essa representação reproduzia os recortes geográficos traçados por Cândido de Abreu, que a pedido do estado, elaborara um mapa do território.

²⁶ PARANÁ, Sebastião. **A Província do Paraná**. Curitiba: 1888, p 7.

Mapa VII: Mapa do Paraná de 1900, de provável autoria de Romário Martins.



Fonte: Romário Martins. Limites a sueste. Curitiba, Editora do Paraná, 1901.

Nessas representações cartográficas demarcava-se, assim, que os limites entre o Paraná e Santa Catarina não eram definidos pelo rio Iguaçu e rio Negro como pretendiam os catarinenses, mas que o Paraná fazia fronteiras com o Rio Grande do Sul ²⁷.

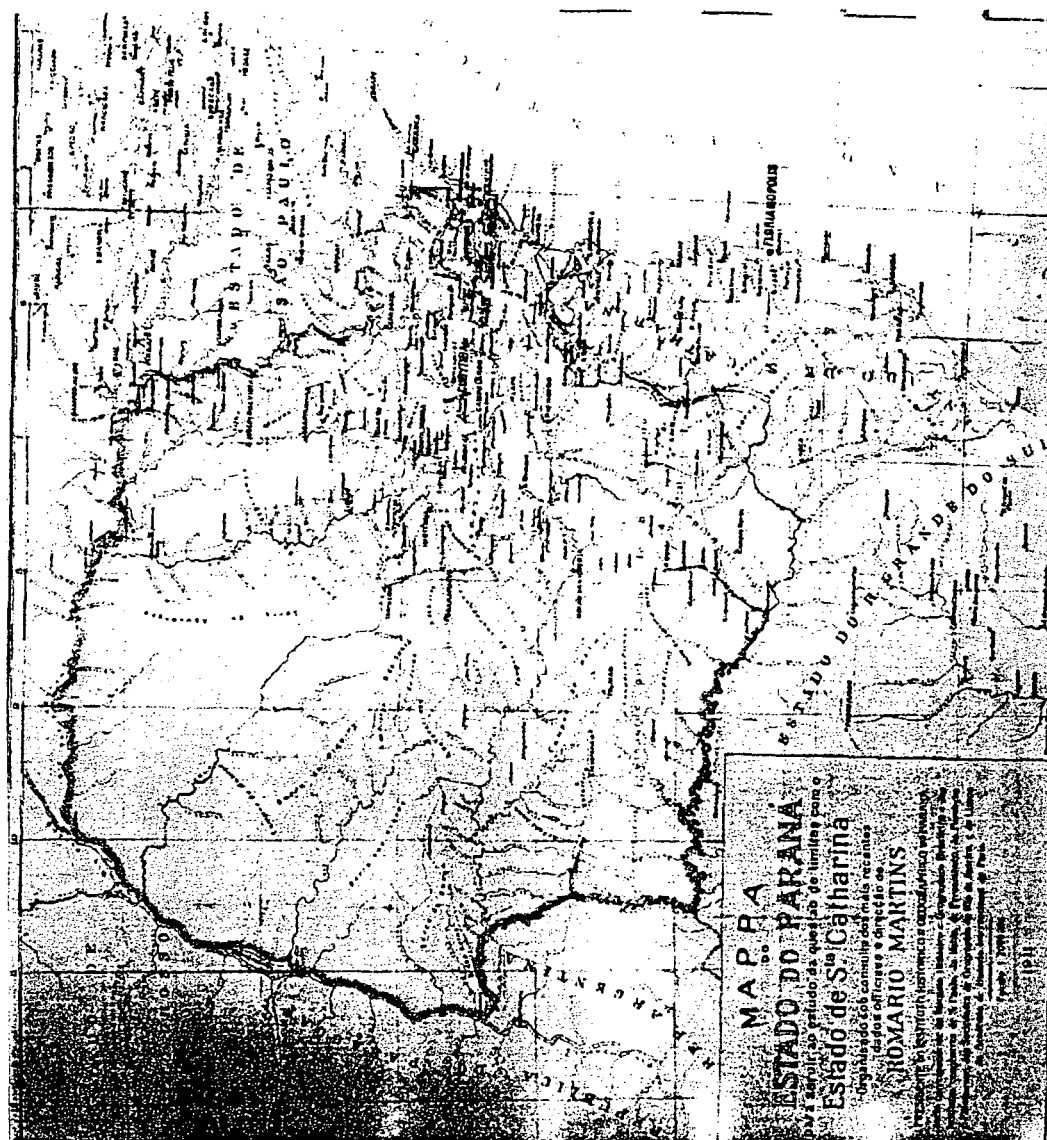
Esse argumento fora exaustivamente usado por alguns políticos e escritores que haviam escrito, desde o Império, sobre os limites do Paraná. Nos vários documentos arrolados por Romário estão os discursos dos políticos que demarcam esta área para ao Paraná e definem que suas fronteiras eram delimitadas com o Rio Grande do Sul. (ver Mapa VII e III)

No inuíto de esboçar as fronteiras com Santa Catarina Romário produziu uma outra representação cartográfica do território procurando demonstrar como a fronteira do Paraná fora alterada. Como num relato histórico-geográfico procurava colocar em evidência que a alteração no espaço cartográfico do Paraná devia-se a constantes alterações das fronteiras provocadas pelas "invasões". Neste mapa, Romário descrevia que a fronteira do Paraná com Santa Catarina passara no século XVIII e início do século XIX pelo rio Preto, afluente do Negro, em 1865 essa fronteira distendeu-se passando agora pelo rio Marombas, e em 1879 a fronteira era definida pelo rio do Peixe. Nesse mapa demonstrava além de uma demarcação das fronteiras, os territórios que considerava invadidos pelos catarinenses e os quais pretendiam anexar. (Ver Mapa VIII)

O cartográfico, como recurso para se delinear a fronteira, não era, portanto, nesse momento, um procedimento fortuíto, tendo um papel central na conceituação e afirmação da formação regional.

²⁷ MARTINS, Romário. **Questão de limites : Entre a Província do paraná e Santa Catarina..** Curitiba: sem editora !900. p.2.

Mapa VIII: Mapa do Paraná de 1911.



Fonte: Jaime Cardoso. **Mapas Históricodo Paraná**. Curitiba : Ed. do Paraná, 1988.

Ao ser estabelecido um marco definidor das fronteiras físicas do Paraná os governantes ~~interiorizados no estado~~ necessitavam de uma ciência que objetivasse a noção de território, quer dando-lhe um sentido jurídico às possessões, quer delineando os contornos e detalhes desse território a ser institucionalizado. Esse primeiro plano deveria constituir o elemento preliminar com base na qual pensara a geografia regional. O discurso territorial deixava de basear-se nas representações da consciência coletiva, e as formas políticas da geografia procuraria uma fundamentação racional para fundar-se a região. Apoiado em teorias geográficas da época procuravam alternativas de representação coerentes das formas cartográficas, e sobretudo, de fundamentação dos limites políticos em disputa. A naturalização do território era paralelamente a possibilidade de pensa-lo racionalmente.

Portanto, o discurso geográfico e sua representação cartográfica constituiu-se no instrumentário possível para que letrados construíssem o sentimento de pertencimento ao Paraná. Através do discurso ou das representações geográficas procurava-se dar legitimidade às noções e ^os traçados dos limites do Paraná.

O surgimento de uma cartografia elaborada por esses intelectuais buscava conseguir a reprodução "eficiente" do território em disputa. O desenho da geografia, da espacialização definida pelos governantes, delineava os contornos. Construía-se, desse modo, uma semântica do território e, portanto, naturalizava-se a problemática regional.

Entretanto, essas naturalizações da espacialidade do Paraná, antes de significar meras descrições físicas, eram constituídos em "território de pertencimento". "O território de pertencimento" não era um lugar geográfico,

mas o fundamento material e ideológico da homogeneidade regional²⁸. O território, para além de uma mera referência do espaço, era produtor nominativo e constitutivo da identidade.

A criação/invenção de "territórios de pertencimento" para as fronteiras e representações histórico-cartográficas do Paraná obscurece o significado do projeto regional. Porque as determinações das fronteiras são suportes de territórios regionais onde se organizam povos e regiões com arcos de solidariedade. Tal solidariedade contribui para mascarar a existência de indivíduos socialmente diferenciados.

Antônio Carlos Moraes ao analisar a região diz que:

"a construção de identidades regionais é uma manifestação plena daquele campo cultural que está denominado ideologias geográficas. O estabelecimento dos laços entre os indivíduos tendo por referência os locais de origem ou de residência atua no sentido de criar falsas comunidades de interesses veiculando uma ilusão de identidade sem referência social objetiva. As desigualdades sociais (e seus projetos diferenciados) diluem-se na identidade regional"²⁹.

As formas do espaço emanam da sociedade e são coisas gestadas na práxis³⁰.

Nesse particular Lefebvre considera que:

²⁸ ESCOLAR, Marcelo. **Critica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.109.

²⁹ MORAES, Antonio Carlos Robert "Notas sobre a regional e a institucinalização da Geografia." **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, 1991, p. 1676.p.101.

³⁰

Para melhor discussao acerca dessa temática ver MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

o espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação aos seus conteúdos, e desse modo parece "puramente" formal a epítome da abstração racional é precisamente por ter sido ocupado, e usado e por já ter sido o foco das promessas passadas cujos vestígios nem sempre são evidentes nas paisagens. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos naturais mas esse foi um processo político e ideológico. É producto repleto de ideologias³¹

Pierre Bourdieu também afirma que:

A "naturalização" de uma forma discursiva pode dirigir-se aos pressupostos ontológicos de seu conteúdo ou então os pressupostos epistemológicos que lhe dão status de conhecimento. No primeiro caso de conhecimento os conceitos, categorias e noções utilizados, assim como os desenvolvimentos teóricos -substantivos, são considerados dados da realidade; isto segundo um preceito acrítico de autoridade intelectual instituído que recupera ingenuamente a forma "correta" de problematizar os temas (confundida com a suposta natureza essencial deles) "... a classificação mais natural apóia-se em características que nada tem de natural e que são em grande parte imposição arbitrária (...) de um estado anterior de relação de forças no campo de lutas pela delimitação e significado legítima.³²

³¹

SOJA, Edward. **Geografias pós moderna: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Zahar, Rio de Janeiro: p. 102.

³²

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Difel Lisboa .p.66

Isto porque, meio, paisagem e território são conceitos tomados de outras áreas de conhecimento e recontextualizadas no discurso geográfico³³

O discurso geográfico prestou-se, portanto, nesse momento às práticas reificadoras que, mesmo sem acentuação finalista do determinismo, apresentaram um enfoque coisificador das relações e dos processos sociais presente nas organizações espaciais. Ao se falar nas fronteiras como meras reproduções espaciais, obscurecia-se o real sentido das definições das regiões.

A região constituída no espaço geográfico era uma forma de socializar os interesses das camadas dirigentes. A ampliação dessa "representação ~~de~~ um projeto igualitário" visava atender aos seus interesses e uniformizar tal projeto de região.

3. 3. ELABORANDO-SE UMA MEMÓRIA-HISTÓRICA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: A terra pertence a quem a conquistou e a povoou.

~~Embora~~
~~Não obstante~~, nem só de cartografias fora construído o discurso regional. Estava presente no discurso de alguns intelectuais paranaenses o propósito de fundar a região

³³ MORAES, Antonio Carlos Robert. "Notas sobre a identidade regional e a institucionalização da geografia no Brasil". *Estudos Históricos*, v: 4, n. 8, 1991, p.101.

e defender as fronteiras do Paraná através de criação de uma história da formação territorial.

Na visão dos intelectuais da época era preciso construir uma noção identificante para o território, e criar *tradições* que possibilitassem estabelecer a relação entre espaço e sociedade. A evoção de tradições, entendida aqui como um conjunto de orientações valorativas, deveriam ser consagradas por um passado. O texto seguir ilustra a intenção de criar essa tradição:

Quando o Paraná era simplesmente comarca de São Paulo seus habitantes eram conhecidos por curitybanos e parnanguaras. Os curitibanos representavam o tipo aventureiro como de seus antigos antepassados paulistas: Eram adestrados cavalleros e dados a longas viagens terrestres assim como transpunham a íngreme estrada do Ytupava conduzindo as tropas carregadas de preciosa erva-mate, atravessavam os sertões do interior povoados de bugres, com os quais travavam muitas vezes sangrentos combates, no intuito de conquistarem novas terras, ou de irem aos campos do Rio Grande do Sul comprar tropas de animaes para venderem na feira de Sorocaba

Os parnaguáras, posto que tivessem outros costumes, oriundos da vida marítima, também participavam do gênio ardoroso do curytibano.

Do lado sul vizinhavam os catarinetas, também homens esforçados, porém seu trabalho propendia mais para trabalho pacíficos; sonhavam igualmente com uma pátria grande, não pelo aumento do território de que absolutamente não cogitavam e para o qual não emprenderam o mínimo esforço, mas pelo desenvolvimento do trabalho agrícola, que entendiam e com toda razão, ser a fonte segura de progresso e riqueza. Vivam os habitantes da quinta comarca de São Paulo em boas relações até que o catarinense teve sonhos de ambição; pensou em anexar os Campos de Palmas.

O povo as vezes despreocupado das coisas públicas, as vezes indiferente a muitas questões que se agitam entre espaços do poder quando vê tirar-se-lhe o que sabe ser legitimamente seu tem momentos de cólera. Pois ouvira de seus paes e avós, quando nas longas noites de inverno, assentados todas em roda

do braseiro rememoravam antigas tradições, as narrações das proezas realizadas por seus antepassados; dos perigos que correram e das lutas heróicas que tiveram de sustentar para obter esses territórios, soubera que foram construídos por eles casas, povoações fazendas e cidades na zona litigiosa, e que sempre estivera na posse mansa e pacífica dos territórios dessa zona; tinha certeza de que os catarinense ali nada a fizeram e nada possuíam.³⁴

Estas menções nostálgicas a um passado, e a um perfil do curitibano e de seus laços com os paulistas, pretendiam elaborar uma relação com uma dada territorialidade. Apesar de se poder afirmar que não fosse inexistente um sentimento e uma identificação com certa porção do espaço, essa menção, entretanto, articulava-se, naquele momento, com os projetos da classes dominantes para se criar um discurso que legitimasse, interna e externamente, a integridade territorial do Paraná e a posse sobre as áreas disputadas. Essa forma descrita de construção de uma relação com o passado, de se estatuir uma tradição, não era, entretanto, um ato inventivo dos intelectuais do Paraná. Era em contrapartida, uma estratégia que se manifestava frequentemente em outras localidades, em épocas de mudança de processo social, e principalmente, quando ocorria a perda de poder econômico/ político. Um momento em que se acentuam incertezas mobilizam-se energias intelectuais e afetivas que impulsionam a definição da identidade coletiva.³⁵ Nesses momentos as tradições são realmente inventadas.

³⁴ MARTINS, Romário. **O contestado com Santa Catarina**. Texto s/ editora. p. 7-8.

³⁵ Entendida aqui no sentido utilizado por Michel Polack, que se refere às identidades coletivas como um conjunto de investimentos que uma facção da sociedade deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro quer se trate de família nação ou região o sentimento de unidade, continuidade e coerência"

Eric Hobsbawm, ao analisar essa questão, distingue entre as tradições nas sociedades modernas e os costumes das sociedades tradicionais. As primeiras são caracterizadas pela invariabilidade e pela referência a um passado (real ou forjado) que impõe práticas fixas e geralmente formalizadas como a repetição. Já o

"Costume" não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. O direito comum ou consuetudinário ainda exhibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado. Nesse aspecto, aliás, a diferença entre tradição e costume fica bem claro. "Costume" é o que fazem os juizes; "tradição" (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que a ação do magistrado. A decadência do "costume" inevitavelmente modifica a "tradição" á que geralmente está associado.³⁶

Entretanto, para que essas tradições inventadas pudessem surtir efeito, era preciso também, que os intelectuais encontrassem argumentos relativamente coerentes, e que, por meio destes, se produzisse um discurso de convencimento de que o Paraná detinha realmente essa parcela do território disputado. No discurso dos letrados ficava claro o propósito de se elaborar argumentos para não consentir que Paraná perdesse essa faixa territorial. Dizia Ermelino de Leão que:

POLACK, M. Memória e identidade Social. In: Estudos Históricos, n. 10, Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 1992, p.207.

³⁶ HOBBSAWM, Eric. Introdução: "A invenção das tradições". In: Hobsbawm, Eric & RANGER, Terece. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p.10.

O que fazemos é não consentir que tirem o que é nosso, e que representa, não o trabalho de catarinenses, mas o dos curitibanos e paulistas, nossos esforçados antepassados.³⁷ Paraná deseja conservar, e conserva-la-à, a herança preciosa dos paulistas, tal como a recebeu a meio século atrás. Quer te-la integra: do Atlântico ao Paraná, do Paranapanema ao Uruguai³⁸.

Para esses intelectuais a terra em litígio pertenceria, portanto, aqueles que a haviam conquistado e povoado. Aquele que detinha o "uti posseditis" sobre o território. Os intelectuais paranaenses afirmavam que o Paraná herdara dos paulistas essa parcela do espaço e, assim, era na definição territorial da capitania de São Paulo que estes escritores iriam buscar um discurso "legítimo" para justificar a posse do território. Para Romário Martins fora essa capitania que presidira a primitiva formação territorial do Brasil entrando pelo sertão a dentro.

Romário Martins, e Ermelino de Leão escreveram vários artigos em que tentaram esboçar um histórico da formação territorial do Paraná. A história da formação territorial do Paraná e o resgate daqueles que haviam ocupado o território tornava-se o principal argumento, segundo esses letrados, para defender as fronteiras.

Parte, em sua narrativa para um resgate da divisão territorial no Brasil em capitanias.

Segundo Romário Martins de acordo com o plano de manutenção e defasa pelo povoamento efetivo da costa D. João dividiu o território em Capitanias. A capitania de Santa Catarina mantinha-se na faixa marítima do Atlântico, enquanto na capitania de São Vicente, alargava

³⁷ MARTINS, Romário. p. 22

³⁸ LEÃO, Ermelino A. **A ouvidoria de Paranaguá**. Curitiba: Typografia da Livraria Econômica. 1911. .p.13.

constantemente seu espaço. Este ato de alargar territórios, entendia o autor, fora resultado do processo de miscigenação entre índios e portugueses que haviam resultando dele um producto forte e audaz, estendendo a sua conquista pelo sertão a dentro e assegurando o domínio de um extenso território para a metrópole portuguesa.

Nessa acepção a posse do território só poderia pertencer aqueles que a haviam povoado suas terras, constituído aqui suas linhagens, efetivado suas posses. Na visão deste autor os povoadores do território eram os paulistas e paranaenses Dizia que:

A primitiva raça paulista foi audaz e emprehendedora e lhe devemos a posse da grande parte do território nacional, que ella conquistou a custa de muito sangue, de muito sacrificio e de lucta sem trégoas com os espanhóis do Paraná vencendo-os Foi essa raça que encheu de brilhos todo o século XVI em nossa pátria, tornando-se uma avançada e inespugnável em nossa pátria linha divisória. Ela devassou o interior em todas as direções repelindo invasões, dilatando o território, construindo povoações, descobrindo minas, expandindo enfim a sua ação forte e eficaz, com todo ardor a sua imensa atividade. O Brasil meridional esteve sob influencia dominadora até a primeira metade do século XVIII de quando datam as suas primeras desanexações territoriais³⁹.

Esses paulistas haviam visitado inicialmente o litoral estabelecendo-se em Paranaguá. "Em 1549 estava reconhecido todo o litoral. Desde 1554 já os santistas entreteinhão seo comércio marítimo com o Porto de Paranaguá"⁴⁰. Esse reconhecimento não se restringira para

³⁹ MARTINS, Romário. Limites a Sueste. Curitiba: S. Editora, 1901, p.25

⁴⁰ MARTINS, Romário. Limites a Sueste. Curitiba: S. Editora, 1901, p 28

Romário Martins a Paranaguá. Inciavam-se as explorações para o interior. No avanço para o interior segundo Romário Martins os bandeirantes paulistas haviam descoberto os campos de Palmas e Guarapuva realizando diversas expedições a Iguatemi, Tibagi, Lages e as província teocráticas do Guairá.

O seu descobrimento por paulistas remonta-se a 1771, facto que aliás não determinou o definitivo povoamento desses imensos campos, por circunstâncias especiais que abaixo narramos. O descobrimento, povoamento e sucessiva fortificação dos Campos de Guarapuava, em 1767, prendendo por muito tempo a atenção do Morgado Matheos, D. Luiz Antonio, prestigiosa figura dos tempos coloniais, determinou a migração das tribus indígenas habitadoras desses campos, para outra margem do Yguassu.⁴¹

Da mesma forma acontecia com a região de Rio Negro. Segundo Romário a posse paulista era ali um facto. Dizia que:

A posse paulista na região é um facto. Ao instalar-se a província do Paraná a questão única dos limites era exclusivamente a respeito dos campos de Palmas. A região que se estende a esquerda do Rio Negro e a que para o Oeste fica compreendida entre o Iguaçu e ao Uruguay até onde estendi-se o domínio da 5. comarca de São Paulo, hoje Estado do Paraná, está assinalada com os benéficos resultado da posse mansa e imemoriavel do povoamento feito por paulistas e paranaenses; enfim com o traço de luz, rasgado outrora na selva virgem da brandura e inquebrantável pujança de nossos antepassados. A marge esquerda do Rio Negro mantemos toda a impercível herança dos paulistas, ali provendo de estradas, escolas e justiça as populações, exceptuando apenas os territórios de São Bento, Lençol, Curitibaños e Campos Novos até onde já não chega nossa ação governamental. Tudo quanto possuía e possui a zona que se trata é obra paulista ou paranaense. Os

⁴¹ idem p. 78

catharinenses não contribuíram com o esforço sequer para a descoberta posse e povoamento⁴²

Para Romário Martins esse domínio perdurou até o Império. Ao constituir-se politicamente o Império São Paulo, mantinha e administrava toda a sua zona meridional até o rio Pelotas ou Uruguay.

Além dos campos de Palmas Romário Martins entendia também que zona Yguassú Uruguayca fora descoberta por bandeirantes paulistas. Dizia que:

Constituindo a nossa faixa limítrofe com o Rio Grande do Sul, estende-se a garbosa região Yguassú Uruguayca, margeiada meridionalmente pelo rio Uruguay, desde a confluência do Marombas, as Suéste, até o Pepery-quassú a Oeste.

Parte integrante o território paranaense, a tal região descoberta e povoada pelos intrépidos paulistas nos tempos coloniais, limita-se ao Sul com o Rio Grande do Sul pelo rio ao Uruguay sudeste com o estado de Santa Catarina pelo rio Marombas, Serra do Espigão e Rio Preto, a Oeste com a república Argentina pelos rios Pepery quassú e Santo Antonio e ao norte pelo Iguassú.⁴³

Um dos grandes pretextos para reclamação, segundo Romário Martins, era que tal região, por sua posição geográfica, fazia parte da Capitania de Santo Amaro.

Entretanto Romário Martins considerava que ao dividir-se a costa brasileira para a formação das capitanias o território em questão, ficou compreendido na incerteza exposta na frase real "até onde for de minha conquista", sendo esta capitania, posteriormente, doada a Martin Afonso, numa extensão de 45 léguas de costa desde o braço norte do rio São Vicente finalizando 12 léguas ao sul de Cananéia⁴⁴

⁴² MARTINS, Romário. *Limites a Sueste*. Op. cit.p. 78.

⁴³ enredados

⁴⁴ Idem p. 78.

Considerava nessa acepção que os paulistas, antepassados dos paranaenses, haviam presidido a divisão territorial do do paiz, entrando pela terra a dentro até onde era da conquista portugueza e mais, considerava que foi ela que investiu o sertão ocidental, dilatou essa conquista ultrapassando mesmo o limite máximo assinalado pela linha meridional da Convenção de Tordesilhas de 1494.

Ao se elaborar a história da formação do território do Paraná fundava-se um ingrediente fundamental para o discurso regional.

Condição indispensável da cultura a produção de uma memória, é um elemento fundamental no reforço e na coesão social. A construção da memória longe de ser consensual, está ligadas à parcelas da sociedade, que são vistos como detentores de poder e autoridades legítima o que lhes permite se erigirem como guardiões da memória história da sociedade. Vistos em conjunto esses discursos sobre a história da formação territorial do Paraná eram representativos de investimentos, que se colocavam no sentido de refazer laços de solidariedade e de coesão social fornecendo pontos de apoio em tornos dos quais se elaboravam uma identidade comum. Da mesma forma, elaborava a identidade de um segmento da sociedade que via a si próprio como herdeiro e guardião da memória.

Desse modo, além de tentar garantir a posse das fronteiras do Paraná ^{no âmbito} a nível federal, também a construção da memória serviria para criar laços de coesão na sociedade.

A memória reforça as fronteiras sócio-culturais tornando-se um ingrediente básico da identidade regional. Ao definir-se o que é comum a um grupo, ou a uma região, e naquilo que os diferencia dos outros, possibilita que se crie uma identidade e de coesão à sociedade. Pode-se

afirmar que um passado coletivo, fundado numa reserva de significados é a origem da legitimação da região.

Esta memória funciona como um depósito, onde o indivíduo busca elementos que lhes permitem identificar-se social e historicamente. Pois se a região é uma "comunidade de sentimento", é preciso invocar antigas tradições (reais ou inventadas) como fundamento natural da identidade regional que está sendo criada. É através desse processo que se constrói uma identidade regional.

Portanto, a história da formação territorial do Paraná, com o resgate dos seus ancestrais paulistas teve um papel fundamental. Era uma forma de elaborar uma legitimação científica, e de estabelecer uma transmissão sistemática, da identificação total de um povo com seu território regional.

3.4 PRODUZINDO O SENTIMENTO REGIONAL: a ação pedagógica do teatro

Além de inventar a região, acreditavam os intelectuais que devia-se produzir também um conjunto de investimentos para construir um sentimento de unidade.

O projeto da elaboração da identidade regional em torno da temática invadiam o cotidiano da população do Paraná através de diversas tentativa de criar laços de identidade para a causa das classes dominantes. Tal projeto era efetivado com auxílio de seus principais emissores, os intelectuais, e haviam penetrado vários espaços. A produção do sentimento regional foi possibilitado pela veiculação da idéia de região através de diversas formas de manifestações culturais.

Estava presente na escola, nas reuniões político-literárias e até nos palcos dos teatro de cidades paranaenses.

A escola era um dos espaços privilegiados que possibilitava a consolidação do projeto e do sentimento regional.

Tornava-se necessário ensinar geografia, entretanto, uma geografia que resgatasse e reafirmasse a integridade territorial do Paraná.⁴⁵ O ensino da geografia, mais propriamente o ensino de uma geografia regional⁴⁶, no meio educativo primário era resultado da presença de uma necessidade social para se formar a idéia de região e com

⁴⁵ Alguns manuais e monografias escritas sobre o Paraná procuravam defender a integridade territorial. Ver entre eles a **Chorografia do Paraná**, e **O Brasil e o Paraná** que constituia-se em um livro escrito para escolas primárias, produzidos por por Sebastião Paraná, e o **Scenário Paranaense** de Airton Playsant que muito embora não trate especificamente sobre a questão de limites no Paraná define que as fronteiras do Paraná compreendiam a área que estava em disputa.

PARANÁ, Sebastião. **Chorografia do Paraná**. Curitiba, Typ. da livraria Econômica Anibal Rocha, 1899.

PLAYSANT, Airton. **Scenário Paranaense**. Curitiba: Typ. a República, 1908.

⁴⁶ Entende-se por geografia regional como uma tentativa de elaborar uma individualização do espaço terrestre a partir de um caráter próprio, ou até mesmo pela defesa da integridade territorial. Cf. Antonio Carlos Robert Moraes, em Geografia: Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 15-16.

ela, uma consciência regional territorializada, articulada com as posições políticas que possibilitaram a sua gênese.

Entretanto, fora desses espaços institucionais, espaços consagrados de poder dos governantes, houveram outros que possibilitaram a disseminação dos valores regionais. O projeto das classes dominantes se utilizava de meios espetaculares para penetrar na sociedade. O teatro cumpriu uma função de fazer reproduzir o discurso das classes dominantes acerca da questão regional.

A propaganda para divulgar as idéias regionais se valiam da estética e dos cenários. As manifestações artísticas acabavam por possibilitar mais facilmente o consumo dessas ideologias tendo, dessa forma, ressonância em todo corpo social. Os cenários com fins propagandísticos conseguiram maior receptividade. O espetáculo fascinava o olhar, mobilizava as energias. Fora desse modo, que as idéias paranistas foram introjetadas na sociedade paranaense⁴⁷.

Assim, também, as atividades teatrais constituíram em um veículo de disseminação da idéia regional.

O teatro constituía-se em uma das atividades presentes no Paraná do início do século XX. Na capital do Paraná existiam três palcos teatrais que dominavam a cena

⁴⁷ O movimento Paranista, que atuará no Estado principalmente a partir do final da década de vinte deste século, propunha criar um sentimento de pertencimento ao Paraná. Para tal projeto vai se valer do engajamento de vários intelectuais, seja de jornalistas, historidores e artistas plásticos. Através de manifestações artísticas e culturais, e em particular pela dimensão estética eles criarão um terreno comum de identificação para gerar a identidade cultural. Por esse canal os intelectuais e as classes dominantes transmitem seus valores de uma forma mais eficaz. As imagens são o meio mais fácil de fazer a leitura de códigos que se quer implantar na sociedade. Sobre a relação entre estética e identidade regional ver PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da Primeira República**. Curitiba: UFPR Dissertação de mestrado (texto mimeo), 1996.

das diversões noturnas nos primeiros anos do século XX, o Guaira, o Hauer e o Glória.⁴⁸

Entretanto, a empolgação com o teatro no Paraná não se restringira aos habitantes da capital. A arte de representar fazia sucesso até mesmo em pequenas cidades do interior como a Lapa, Ponta Grossa e Castro, e do litoral como Paranaguá, Antonina e Morretes.⁴⁹

O teatro serviu como espaço para que se fizesse a produção do sentimento regional. No interior do Estado do Paraná as manifestações culturais teatrais popularizavam a identificação entre espacial e sociedade. Os valores regionais foram transpostos para os palcos teatrais através de alguns personagens ficcionais. Nos palcos da cidade de Castro alguns intelectuais escreveram peças teatrais que assumiram a defesa da integridade do território. Essas peças foram posteriormente encenadas difundindo a ideologia regional.

Através do grêmio dramático 29 de novembro atuaram nesse espaço cultural. Fundado em 1896, o grêmio contava com cerca de cinquenta e um integrantes, atuando diretamente nas montagens das peças teatrais. O grêmio detinha ainda um teatro próprio no Largo do Rozário, na região central da cidade de Castro, o que o possibilitava monopolizar as atividades de lazer nessa cidade, na primeira década do século XX.

⁴⁸ O teatro Guaira foi inaugurado em 1884 com o nome de São Theodoro. A denominação Guaira foi criada com sua reinauguração em 1900. O Teatro Thalia, no salão Hauer começou a funcionar em abril de 1891. Com o passar do tempo passou a ser identificado como teatro Hauer. Na chácara do desembargador Ermelino de Leão existia ainda o Teatro Glória. Cf. LACERDA, M. T. B. **Subsídios para a História do Teatro no Paraná**. Curitiba, Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. XXXVII. Ano 1980. p.178-179

⁴⁹ Sobre o teatro nestas cidades no período, ver SANTOS FILHO, Benedito Nicolau dos. **Aspectos da história do teatro na cultura paranaense**. Curitiba: Imprensa Universitária, 1979

Entretanto, se o teatro nascera para divertir os homens do interior essa atividade ganharia também outros fins. Para além de mero divertimento, o lazer teatral, acreditavam os letrados do grêmio 29, a possibilidade de se fazer as sessões propícias ao aperfeiçoamento humano, social e moral do indivíduo.

Na primeira República, o entusiasmo pela educação percorria o ideário burguês. Esse ideário derivava da crença de que pela disseminação da educação formal seria possível incorporar parcelas da população. A essa atmosfera favorável deve-se acrescentar a transmissão dos ideais republicanos. Nestes, a instrução formal destacava-se, constituindo-se para os republicanos no grande caminho para formar o cidadão cívico e moralmente, colaborando também para que o Brasil se transformasse "em uma nação à altura das mais progressivas civilizações do século".⁵⁰

Os letrados de Castro envolvidos na produção teatral compactuavam com essas idéias. O teatro encontrava sua

⁵⁰ A idéia que o teatro deveria se constituir em uma grande escola já estava presente em localidades do Paraná. Um texto escrito por Leocádio José Correia quando da inauguração do teatro Santa Celina em Paranaguá, em fevereiro de 1884, revela essa função do teatro. Diz o texto que:

"Temos já um teatro!

Seja limitada, embora a seita dos cétricos calculistas. acalente a sociedade, em seu seio, os indiferentes, que não alteram ou entusiasmassem pelos seus progressos, pois o singelo ato que comemorou no dia dois é de fevereiro de um grande alcance moral e social. O teatro, verdadeira escola prática, é um dos contingentes mais necessários e indispensáveis á educação de um povo.

Em uma quadra como a que atravessamos, em que a sede ávida de instrução se patenteia por todos os lados e modo, em que as bases de um monumento vivificante, dia a dia são lançadas, demonstrando o vivo interesse de cada um pela expansão da luz intelectual, necessária a todas as camadas sociais concorre com uma pedra única que seja, à base da apoteose social, já não é insignificante serviço prestado em prol da prática comum." (SANTOS, Benedito

Nicolau dos. **Aspectos da história do teatro na cultura paranaense**. Curitiba: Imprensa Universitária, 1979. p.38)

finalidade no caráter educativo⁵¹. Concebiam que divertir-se com as peças podia também ser ^{ser} útil e proveitoso pois consideram que:

o teatro é também uma escola como todas as outras onde a mocidade vai buscar a instrução para o seu futuro, sem o que nossa vida é difícil e penosa como para os ignorantes (...)

O homem ocioso entrega-se ao vício e muitas vezes tão funestos ao indivíduo como a atividade social. O trabalho é fonte da riqueza e da virtude e ainda mais o teatro é uma fonte de sabedoria.

➤ Mesmo qualquer trabalho material se não é precedido por ou acompanhado pela instrução reduz o homem a condição de uma máquina que gira inconscientemente. O teatro, como já disse, é uma escola e portanto é um templo sublime. Portanto, o homem deve trabalhar e ser previdente, mas antes de tudo deve instruir-se.⁵²

O exercício da atividade teatral, a partir da criação do Grêmio Dramático, em 1896, foi privilégio praticamente exclusivo dos filhos das famílias tradicionais daquela localidade. Dos personagens envolvidos diretamente com o teatro, um total de cinquenta e um, apenas quatro sugerem a participação de imigrantes, ou seus descendentes, nas atividades de palco.⁵³ Os promotores do teatro administravam parte de sua riqueza a partir das atividades econômicas advindas das fazendas. Segundo José Augusto Leandro, que analisou o teatro em Castro ~~considera que~~, esses letrados também se

⁵¹ LEANDRO, José Augusto. **Palco e Tela na modernização de Castro**. Curitiba, 1995. Dissertação (mestrado em História) Setor Humanas. UFPR. p.44

⁵² O Theatro, 1. out. 1905, p.2.

⁵³ LEANDRO, José Augusto. **Palco e Tela na modernização de Castro**. Op. cit. p.31

dedicavam, no cenário da cidade, às atividades variadas do comércio, às profissões liberais, ao funcionalismo público e aos cargos de representação política. Alguns integrantes do grêmio 29 possuíam lojas de secos e molhados, farmácia, cartório. Outros eram advogados, juizes dentistas, trabalhavam na coletoria Federal, eram serventuários da justiça, camaristas.

Os integrantes do grêmio estavam estreitamente vinculados com a oligarquia rural que dominara a cidade, e o estado do Paraná durante a primeira República. Eram na sua maioria, muito provavelmente, os filhos da primeira e da segunda geração letrados dos Campos Gerais⁵⁴.

Com o palco, portanto, buscavam os letrados não apenas o complemento da educação formal. Seu espaço era também um local propício para que as classes dominantes difundissem seus ideais políticos a toda população. As peças procuravam destacar valores patrióticos, o amor a República e ao Paraná. Tais valores foram transpostos para o palco. Um espetáculo que realizou essa façanha foi Catarina em Questão.

Francisco de Assis Andrade, escritor ligado aos letrados curitibanos⁵⁵, escrevera, entre outras peças

⁵⁴ A família Macedo, umas das importantes famílias latifundiárias de Castro, foi a que se envolveu diretamente com as atividades do palco, a que maior número de representantes forneceu: seis incluindo Miguel e José Alfredo, filhos de Olegário, e Dário, filho de Indalécio.

⁵⁵

Os contatos desse letrado com a intelectualidade curitibana mostrava-se clara. Entre 1882-1889 visitaram, e até residiram, temporariamente em Castro alguns indivíduos. Rocha Pombo, Nestor Victor, Emílio de Menezes, Joaquim Serafião do Nascimento e Sebastião Paraná. Estes letrados instalaram escolas, fundaram jornais, iniciaram atividades literárias naquela localidade. Os intelectuais citados encontravam-se, as vezes, no teatro Iapó. Destes encontros resultaram a montagem de uma peça de Sebastião Paraná, a Hora do

teatrais, quatro sobre o tema. As peças eram **Catarina em Questão, Paraná e Santa Catarina, Um baile de Máscaras no Timbó, e o Timbó.**

Na conturbado ano de 1904, momento em que o Paraná perdera judicialmente o território para o Estado de Santa Catarina, e que os conflitos na região da fronteira apresentavam-se mais acirrados essa peças foram encenadas⁵⁶. Um cronista da gazeta de Castro narrava a encenação da peça Catarina em Questão.

Fria e chuvosa, impossível de se ir a uma diversão por melhor que fosse, entretanto o teatro regorgitava de povo vendo-se ornado todos os camarotes pela elite castrense. (...) D. Maria Taveira representou o papel de Catarina. Vestida caracteristicamente interpretou, com muita perícia, o caráter da parte, já demonstrando muita razão engenhosa na sedução que empregava, como demonstrando fielmente os sentimentos ambiciosos, a vaidade cômica e a grandeza quimérica da parte que representava. O papel do Paraná foi feito pelo sr. Costa Queiroz. O que poderia se esperar do desempenho da parte,

Pintor, dirigida por rocha Pombo e interpretada por Emílio de Menezes. **Castro Jornal**. Castro, 30/10/1943. p.03.

Da mesma forma, o Grêmio 29 foi fundado pelo violinista Bento Mossurunga, quem compôs a música do Hino do Paraná no mesmo ano que a peça Catarina em Questão foi levada ao palco. Residindo em Curitiba, Bento Mossurunga mantinha estreitos laços com os intelectuais castrenses e mandava periodicamente colaborações à Gazeta de Castro. Na edição de 17 de julho de 1904 lamentou o encaminhamento jurídico negativo para o Paraná na questão de Limites: Paranaenses! Já que os nossos direitos tem sido postergados pela inobservância das leis; já que a justiça nos foi negada, continuamos, a levantar o nosso brado uníssimo de protesto e indignação contra o ato iníquo que nos veio ferir a alma. **Gazeta de Castro**, 17 jul. 1904, p.2.

⁵⁶ A imprensa da cidade de Castro acompanhara atentamente todos os acontecimentos sobre a problemática territorial. Um exemplo disso pode ser sentido quando em junho de 1906 a imprensa publicara a seguinte nota: Pelo S. Ministro das Viações foi autorizado o governo de Santa Catarina a criar uma agência postal no Timbó, território paranaense. (...) Louvamos a atitude enérgica do Exmo João Cândido, digno Vice-Presidente do Estado, lavrando protesto formal, e como paranaense que somos, a seu lado nos acharemos, firmes e resolutos em defesa de nossos direitos, de nossa autonomia política". **O Município**, 09 jun. 1906, p.3.

quando um artista era um paranaense, cheio de zeloso carinho por esta terra? O sr. Queiroz, na execução de seu simpático papel, as vezes teve o seu sentimento patriótico arrebatado aos paroxismos do santo amor pátrio, defendendo ao vivo com calor a causa sagrada de nossos direitos. O sr. Simões um bom artista da Cia, fez o patriota entusiasmando as massas (...)

Além do artistas mencionados tomaram parte os demais da troupe e muitos amadores desta cidade, fazendo coro de paranaenses, damas e barrigas verdes. (...)

Findo o discurso do Patriota⁵⁷, aparecem a apoteose representando República e o Paraná. Nesta ocasião o entusiasmo dos espectadores subiu ao auge do delírio, sendo erguido muitos vivas e chamado todos os artistas e autor da opereta.⁵⁸

O extravasamento dos valores para toda sociedade paranaense não deveriam ser feito somente por discursos inacessíveis. Dirigidos a um público com baixo nível de educação formal a noção de pertencimento e a constituição do "ser regional" seria mais facilmente consumida se fosse feita mediante sinais mais universais, de fácil codificação.

As regiões são os âmbitos de pertencimento simbólico e de referências nominativas dos sujeitos a ser constituídos em cidadãos regionais. Estas referências estavam presentes em diversas atividades pedagógicas que propunham criar a identidade. A região era descrita na paisagem geográfica do Paraná e era disseminada nos mapas

⁵⁷ No momento do discurso proferido pelo patriota, os presentes ao teatro puderam inclusive, acompanhá-lo com um libreto que reproduzia o texto. A gazeta de Castro anunciou, em 28 de agosto de 1904, que avulsos com o texto "patriótico" seriam distribuídos antes do espetáculo. LEANDRO, José Augusto. **Palco e Tela na modernização de Castro**. Curitiba: UFPR, Dissertação de mestrado (texto mimeo), 1995. p. 50.

⁵⁸ LEANDRO, José Augusto. **Palco e Tela na modernização de Castro**. Op. cit. p. 65

que propagavam, determinados recortes territoriais e espaciais. Entretanto, as noções de pertencimento construídas pelos atos pedagógicos do teatro atingiriam mais facilmente todo corpo social.

As peças teatrais escritas por Francisco de Assis Andrade e encenadas por atores locais constituíram-se numa estratégia para popularizar a problemática da integridade territorial do Paraná. Essas peças elaboravam uma imagem simbólica da defesa de determinadas fronteiras cartográficas para o Paraná. Estilizavam a imagem do Paraná representada por um homem honesto, distinto, possuidor de amplos territórios que estava sendo ludibriado pela sedutora e perversa Catarina. A perversa Catarina expressava as ambições do estado vizinho (Santa Catarina) que tentava apossar-se ilegalmente de terras paranaenses. Tais representações teatrais situavam-se nesta estratégia de impressionar favoravelmente o imaginário popular do Paraná para a causa política das classes dirigentes regionais. Já ^{Por} ~~que~~ a troupe do teatro buscava entusiasmar as massa estimulando nelas o que já era forte; o sentimento regional, constituindo desse modo o ser regional.

O teatro cumpria, assim, uma função de fazer circular reprodutivamente um discurso geográfico orgânico à história regional e à consolidação de um projeto das classes dirigentes paranaenses. Na construção do projeto regional o teatro, literatura e política caminhavam juntas. A arte era definida, no início do século, como o saber mais capaz de apreender o regional e, portanto, o mais apto para conduzir a construção da identidade. O teatro deixara-se, neste caso, de ser um "templo de arte" para se transformar em "escola de civismo". Os escritores e atores deviam também se transformar em

educadores exercendo uma função eminentemente pedagógica na sociedade.

A unidade territorial funcionou, portanto, como um processo de identificação regionalista e de construção subjetiva de pertencimento.

O processo de estandardização identificativa da regionalidade e a transposição natural dos interesses das classes dominantes como interesses regionais, através da promoção da identificação patriótica, construiu a consubstanciação da consciência coletiva em uma geografia regional.

Produzira-se um discurso científico que definia as fronteiras como projeção de uma personalidade coletiva interior, que cada um deveria levar consigo, que permitia habitar o tempo e uma espacialidade do Paraná como um lugar onde o homem poderia estar em "sua casa", mas deveria-se também, na medida que se construía uma certa representação das formas materiais e simbólicas para fundar ideologicamente a regionalidade, resgatar os sentimentos patrióticos e a transmissão eficiente das visões e questões territoriais com as quais estabelecer a legitimidade territorial, e dos argumentos ideológicos com os quais promover a coesão social.

Todas as práticas de identificação procederam à reconstrução de seus contornos físicos os quais procuravam romper com outras espacialidades e potencializar certos traços locais como hegemônicos.

Para tanto, a identidade material do território vai caminhar paralelamente a representação subjetiva da identidade regional presente nas manifestações culturais como o teatro.

Fora talvez esse um dos campos de adequação para um discurso com os quais reproduzir socialmente, mais facilmente, as questões territoriais e a nova

representação regional identificada sob o manto de uma legitimidade científica, institucionalizada em diversas academias. Passou a se desenvolver publicamente investimentos no sentido de invadir as manifestações culturais para criar, assim, o "ser regional".

CONCLUSÃO

Pretendeu-se, nesse estudo, demonstrar um dos diversos momentos da invenção do Paraná como região. Esta invenção se deu quando demarcavam-se as suas fronteiras físicas. Até 1916 os limites cartográficos do Estado do Paraná eram ainda incertos. Parcelas do território eram disputadas com a Argentina e com o Estado de Santa Catarina.

Desse modo, as classes dominantes no Paraná, no final do século XIX até o início do XX, mobilizaram-se para preservar as áreas territoriais disputadas.

A área disputada constituía-se em uma vasta região onde concentravam-se extensos latifúndios com erva-mate e madeira. A desmembração de parcelas do território afetava diretamente interesses econômicos das classes dominantes no Paraná.

Portanto, a definição cartográfica do território do Paraná não fora meramente a delimitação física de sua geografia. O esforço para fixar as fronteiras cartográficas revelava a preocupação dos governantes em delimitar o "régio", ou seja, a extensão de seu espaço de mando. Ao delimitarem um espaço cartográfico ao Paraná as camadas dirigentes estavam imprimindo, a partir de tal noção, todo o conteúdo que visava definir quem dominava, e em que espacialidade.

Para tanto, esse projeto de integridade territorial e de possíveis ameaças de perda de parcelas do território paranaense foi catalisador da busca sistemática pelas classes dominantes e suas representações no estado, de fundamentos legítimos para elaborar o discurso regional. De posse de tais argumentos estes constituíram-se nos portadores do "Ser Regional" e propuseram, dessa maneira, as reivindicações da sociedade paranaense à defesa incondicional de supostos interesses regionais.

Coube aos intelectuais, os principais emissores do discurso regional, a tarefa de pensar o Paraná. Os intelectuais produziram uma modalidade discursiva em que a descrição pormenorizada e mística do território formava uma só entidade com a história oficial da institucionalização da região. Ao ser definido um marco, as classes dominantes e seus representantes políticos necessitavam de um discurso que objetivasse seu território, quer dando sentido jurídico às possessões, quer delineando seus contornos.

Fora crucial aos interesses das classes dominantes, nesse caso, não vincular explicitamente a exposição substantiva de fatos geográficos com os conflitos latentes, internos e externos, ligados a hegemonização do território regional.

O discurso regional, em consequência, apropriou-se passivamente dos conteúdos sem explicitar politicamente suas origens, cimentado na neutralidade metodológica de suas intervenções, na cientificidade de seu enfoque.

Não obstante, a produção que fundamentara o território geográfico correu paralelamente a efetivação coercitiva do poder cultural, econômico, político da instituição da região. A territorialização, transmitida pela ação pedagógica presente no teatro e nos discursos e representações geográficas, formulados pelos intelectuais, não foi resultado de uma objetivação direta de posições hermenêuticas sobre a realidade. Mas, ao contrário constituiu-se em uma maneira sutil de transferir a hegemonia das classes dominantes paranaenses à "natureza das coisas" e a essência legítima do "ser regional". Pois, quando uma temática é apropriada por um grupo de "especialistas" a institucionalização das práticas estão ligadas diretamente a dominação. Nada tem de inocentes. São representações constituídas para tornar coletivos os projetos de uma parcela da sociedade.

Pierre Bourdieu demonstra como o conhecimento científico, enquanto forma objetiva de produção de saber é um mito.

Considera que, muito embora esse espaço de produção se qualifique como estruturado a partir de bases neutras e objetivas são ao contrário criações. Como afirma Bourdieu :

nada há de menos inocente do que a questão, que divide o mundo douto de saber e se devem incluir no sistema dos critérios pertinentes não só as propriedades ditas "objetivas" como o território, mas também as propriedades ditas "subjetivas" (como sentimentos de pertença) quer dizer as representações que os agentes sociais (...) elaboram sobre a realidade.¹

Da mesma forma, Pechêux ao refletir sobre o discurso científico acrescenta que:

a idéia de que a produção dos conhecimentos consistiria no puro e simples desenvolvimento dos objetos, é pois, um mito idealista, que identifica ciência e lógica e, ao colocar-se esta última como princípio de toda ciência, concebe invariavelmente a prática científica como uma atividade de triagem entre enunciados verdadeiros e enunciados falsos, repelindo tudo o que diz respeito às condições próprias da aparição desses enunciados, isto é, as questões que lhes são correspondentes no interior de uma problemática historicamente determinada(...). Não há "discurso da ciência" porque todo discurso é discurso de um sujeito e o processo de produção dos conhecimentos é coextensivo às ideologias teóricas das quais ela não cessa de se separar, de modo que é absolutamente impossível encontrar um puro discurso científico sem ligações alguma com essa ideologia².

A identidade regional fora aqui objeto e objetivo das práticas legitimação propostas pelas classes dominantes.

Os ditames performativos da política regional foram rapidamente institucionalizados nos esquemas cotidianos do saber coletivo da sociedade conduzindo, assim,

¹ Bourdieu, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa, Difel. 1989. p.120.

² PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. trad. Eni P. Orlandi. Campinas Unicamp, 1988. p.197-198. Ver especificamente o capítulo em que Pechêux discute o mito da neutralidade na ciência. P.187-212.

parcimoniosamente, a uma constituição legítima das tradições regionais. Ao construírem cartografias transplantaram para toda a sociedade tal projeto, dando concretude a região.

E, enquanto projeto regional tais tradições foram eminentemente invenções. Pois, como afirma Gellner

os retalhos e os remendos culturais usados pelo nacionalismo (regionalismo) são freqüentemente invenções arbitrárias. Qualquer retalho ou remendo velho teria também servido. Mas de nenhum modo se segue que o próprio princípio do nacionalismo (regionalismo) seja de qualquer forma contingente e acidental nada poderia estar mais distante da verdade que tal tipo de suposição. Nacionalismo (regionalismo) não é tudo o que parece, nem acima de tudo o que parece a si mesmo. As culturas que reivindica defender e reviver são freqüentemente suas próprias invenções(...)³.

Invenções que foram produzidas e reproduzidas em diferentes momentos, para dar universalidade aos projetos das classes dominantes no Paraná.

Entretanto, além de analisar a questão regional e suas implicações em um determinado momento histórico procurou-se também revisar um certa discussão sobre o conceito de região, temática cara à historiografia paranaense.

O Paraná tornou-se um objeto individualizado e personalizado pelos discursos políticos e intelectuais.

Mesmo na produção acadêmica procurou-se dar especificidade à região. Longe de se constituir em uma ruptura com a fala regionalista esta produção acadêmica acabou por reforçar a existência de características próprias ao Paraná. A História regional legitimou a região dando a ela uma história de sua formação.

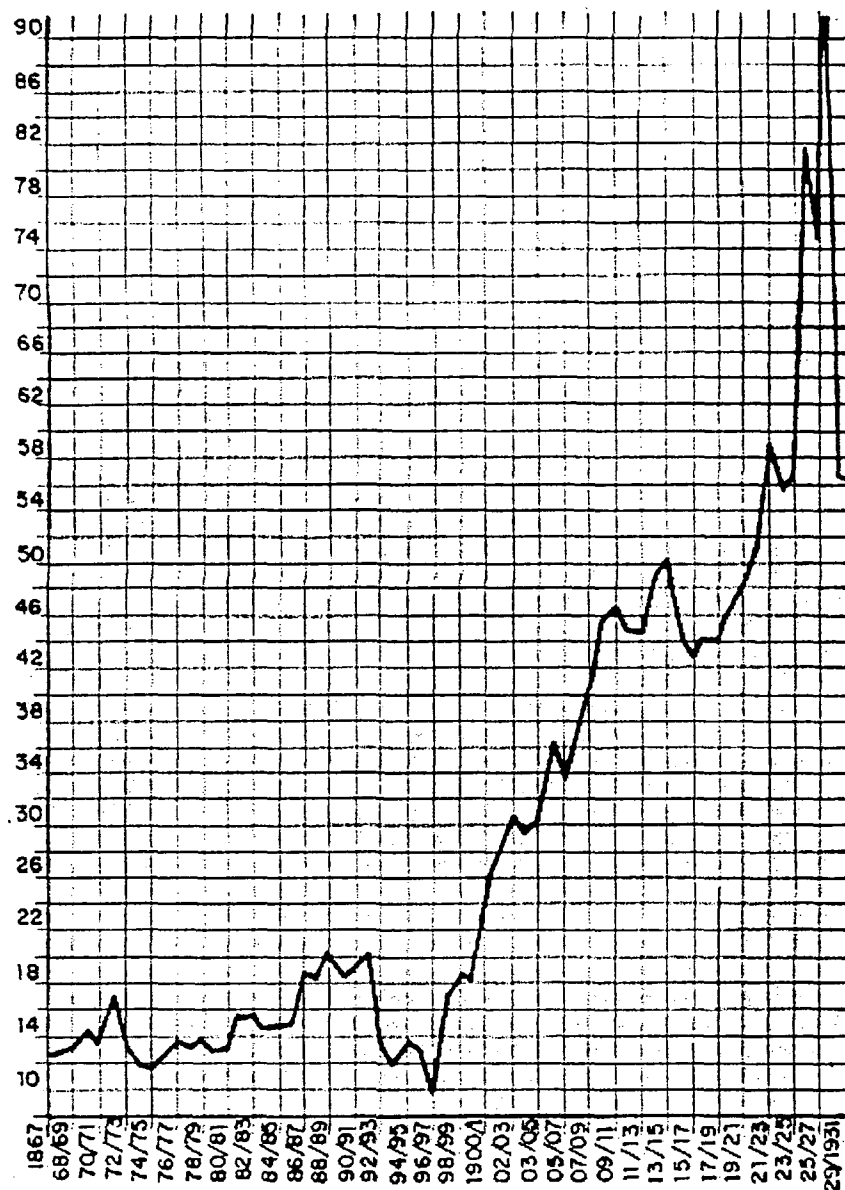
Entendemos que o nacional e o regional não devem ser critérios de validade de uma produção historiográfica e não

³ GELLNER, Ernest. Nations and Nationalism. Ithaca. Cornell University Press, 1983. p.56

devem ser referências para fundar uma epistemologia. Por isso, o questionamento da região passa também por uma crítica à essa história que, direta ou indiretamente, participou dessa cristalização identitária.

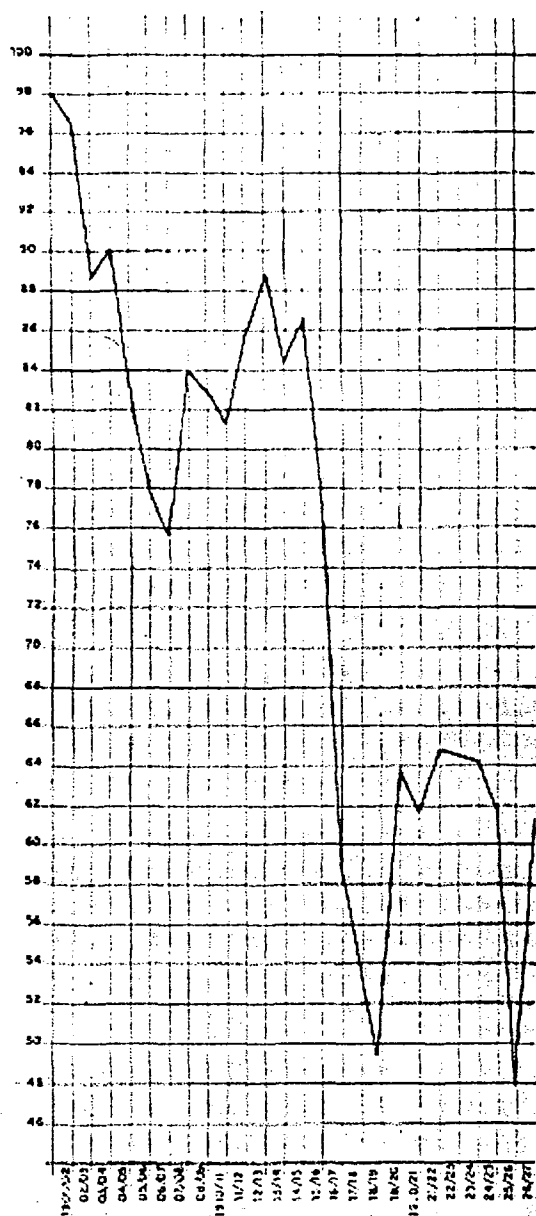
Em contrapartida, procurou-se nesse trabalho desnaturalizar essa invenção e romper com essa leitura sobre a região. Neste trabalho, o geográfico, o histórico e o linguístico se entrecruzaram para que se analisasse as diversas linguagens que instituíram a região, rompendo com as transparências do espaços e das linguagens, dando novas visibilidades a noção Paraná-região. Tais visibilidades permitiram revelar as redes de poder/saber que propuseram a identidade regional no Paraná.

Anexo I: Exportação de mate em 1000 T. (1868-1931).



Fonte: Pedro Calil Padis. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo : HUCITEC. Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p. 52.

Anexo II: Participação relativa do mate no valor das exportações.



Fonte: Pedro Calil Padis. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo : HUCITEC. Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p. 56.

FONTES E REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1.) FONTES:

Relatórios e Mensagens governamentais

1.1) Fontes oficiais manuscritas:

PARANÁ. Ofício do Barão de Antonina ao Presidente Vicente Pires da Mota.

PARANÁ. Livro de Registro Geral de Leis e Ordens da Ouvidoria de Paranaguá. 1809.

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Zacarias Góes e Vasconcelos à Assembléia Legislativa Provincial. Curitiba: 1853.

PARANÁ. Ofício de Manoel Marcondes de Sá ao Presidente da Província do Paraná. 6 de abr. de 1864 v. 8.

PARANÁ. Ofício do Delegado de Polícia de Guarapuava. Pedro Alves da Rocha Loures ao Presidente da Província do Paraná. Guarapuava: 17 jun. 1882, vol. 13.

1.2) Fontes oficiais impressas

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província do Paraná, Lamenha Lins, a Assembléia do Legislativo da Província, 15 de fevereiro de 1876. Curitiba: s/ed. 1876.

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Carlos Augusto de Carvalho apresentado à Assembléia Legislativa no dia 1 de outubro de 1882. Curitiba: Tpy. Perseverança, 1882.

- PARANÁ. Memorial descritível da pretensão ao privilégio de navegação ao rio Paraná e seus afluentes. Rio de Janeiro: Typ. de Moreira Maximino & C. 1891, p. 8.
- PARANÁ. Mensagem do Governador do Estado, Francisco Xavier da Silva, enviada e lida perante o Congresso Legislativo do Paraná. Curitiba: 4 de outubro de 1892
- PARANÁ. Relatório apresentado, ao Ex. Sr. Francisco Xavier da Silva pelo secretário de obras públicas e colonização. João Baptista da Costa Carvalho. Curitiba: Imprensa Paranaense, 25/10/1895
- PARANÁ. Mensagem, dirigida pelo governador do estado Dr. José Pereira dos Santos Andrade ao Congresso Legislativo do Paraná ao abrir-se a 2. sessão ordinária da 3. Legislatura em 1. de outubro de 1896. Curitiba: typographia a vapor "modelo", 1896.
- PARANÁ... Despacho do Palácio do Governo de 5 de fev. 1897, Ofícios, 1897. vol. 2. Departamento de arquivo e microfilmagem. (DAMI).
- PARANÁ. Annaes do congresso legislativo do Estado do Paraná. sessão ordinária da 6ª Legislatura. Curitiba: Typ. da República, 1902.
- PARANÁ. Annaes do congresso legislativo do Estado do Paraná. Ata da 15ª sessão ordinária. Curitiba: 18 fev. de 1902
- PARANÁ. Mensagem dirigida pelo governador do estado Vicente Machado da Silva Lima ao Congresso Legislativo do estado do Paraná, na da 8. Legislatura em 1. de fevereiro de 1906. Curitiba: 1906.
- PARANÁ Mensagem dirigida pelo governador do estado Vicente Machado da Silva Lima ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, na 2. sessão da 8. Legislatura em 1. de fevereiro de 1907. Curitiba: Typographia, 1907.

PARANÁ. **Annaes do congresso legislativo do Estado do Paraná. Ata da sessão ordinária.** Discurso de Victor Amaral. 02 de março de 1907.

PARANÁ, (estado). **Mensagem dirigida pelo governador do estado, Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná , 1 sessão da 10 Legislatura em 1. de fevereiro de 1910.** Curitiba: 1910.

PARANÁ. Lei nº 1206, de 19 de abril de 1911. **Leis e decretos do Estado.** Curitiba: APPR., 1921.

PARANÁ. (estado). **Mensagem dirigida pelo governador do estado, Affonso Alves Camargo ao Congresso Legislativo do estado do Paraná , da 13 legislatura em 25 de novembro de 1916.** Curitiba: Typografia D'A República, 1916.

PARANÁ, **Mensagem dirigida pelo governador Caetano Munhoz da Rocha Netto, ... Assembléia, Legislativa do Estado em 1921.** Incluso nos anais do congresso Legislativo do Estado do Paraná. Curitiba: 1921.

PARANÁ, **Mensagem ao congresso Estadual, do presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva.** Curitiba: 1984.

PARANÁ. **Coletânea de mapas históricos do Paraná.** ITCF. Curitiba: 1988.

1.3) Publicações e Periódicos:

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO. **Atas de Fundação.** Curitiba: Livraria Mundial, ano 1. v.1. p.1-17. 1918.

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO. **Geográfico e Etnográfico do Paraná.** Curitiba: Guaira, 1948

LEÃO, Ermelino A. **A ouvidoria de Paranaguá .** Curitiba: Typ. Livraria Econômica, 1911.

LEÃO, Ermelino A. **Limites entre os Estados de São Paulo e Paraná.** Curitiba: s/ed. v. 1.

- LEÃO, Ermelino A. **Paraná e Santa Catarina. O voto do ministro Pedro Lessa.** Comitê Central de Limites. Curitiba: Typ. César Schulz, 1910.
- LIVRO DE VENERANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba: 1755.
- LIVRO DE REGISTRO GERAL DAS LEIS E ORDENS DA OUVIDORIA DE PARANAGUÁ. Paranaguá: 1809.
- MARTINS, Romário. **Argumentos e Subsídios sobre a questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina.** Curitiba, Typografia Impressora Paranaense. 1902
- MARTINS, Romário. **Limites a Sueste: artigos publicados na República entre os estados do Paraná e Santa Catarina.** Curitiba, Econômico, 1911.
- MARTINS, Romário. **O Rio Sahy (limite S. E. do Paraná com Santa Catarina).** Curitiba, B.I. H. G. E PR, v.2, 1918..
- MARTINS, Romário. **Três estudos sobre a questão de limites.** Impresso na Typ. d'A República. Curitiba. 1909.
- MARTINS, Romário. **Catálogos de Mapas dos sec. XVII e XIX, referentes ao território litigioso entre os estados do Paraná e que instruem o direito paranaense.** Curitiba: 1908.
- MARTINS, Romário. **Limites inter estaduais entre Paraná e Santa Catarina: Breves explicações do Mapa histórico.** Rio de Janeiro, Gomes 1910.
- MARTINS, Romário **O litígio em face de Acordam de 6 de julho de 1904.** Curitiba, Paraná moderno, 1911.
- MARTINS, Romário **Litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina: títulos em que se assenta a contenda.** Rio de Janeiro, Gomes, 1911.
- MARTINS, Romário. **Alguns Mapas do, século XVIII e XIX.** Rio de Janeiro. Typ. Jornal do Comércio. 1915.
- MARTINS, Romário. **Documentos comprobatórios dos direitos do Paraná na questão de limites com Santa Catarina.** Rio de Janeiro, Jornal do comércio. 1915. 2. v.

MARTINS, Romário. **Santa Catarina versus Paraná** . Curitiba, Impresso na Oficina da República,

MARTINS, Romário. **Limites a Sueste**. Curitiba: s/ed. 1901.

MARTINS, Romário. **O que eu faria se eu fosse advogado** (Rascunho de embargo a sentença do supremo tribunal Federal na questão de limites Paraná e Santa Catarina.) Curitiba: Typ. Paranaense. 1914.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. IBGE. Rio de Janeiro: jul., 1939, p. 101, dez. 1953.

RIO BRANCO, Barão do. **Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentou ao presidente dos Estados Unidos da América como Arbitro segundo as estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre Brasil e a República da Argentina.** New York : The Knickerbocker, 1894. vol. II. p.230-242.

1.3.1 Jornais

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba: 22 ago. 1913. n. 4462. p. 1.

A TRIBUNA, Curitiba: 13 dez. 1913

CASTRO JORNAL, Castro: 30 de out. 1910

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba: 03 mar. 1903.

GAZETA DE CASTRO, 17 jul. 1904. p.2,

JORNAL DE DEBATES DOS ANNAES DO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: 22 fev. 1910. n. 1. p. 5.

JORNAL O MUNICÍPIO, 09 jun. 1906. p.3

JORNAL REPUBLICANO, 27 nov. 1909. p.12

Referências Bibliográficas

Livros, Monografias, Dissertações e Teses

- ALLIÉS, Paul. **L'invencion du territoire**. Grenoble, Presses, Universitaires de Grenoble. 1980.
- ALMEIDA, Rufino. **Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira**. Florianópolis. Dissertação (mestrado) da UFSC, .
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. (Trad. de J. J. Moura Ramos) Lisboa, Presença- Martins Fontes, 1974.
- ALTHIER-REVUZ, J. Heterogeneit, montré et heterogeneit, constitutive: elements pour une approche de l'autre dans le discours. In: **Revue de linguistique**, 26, 1982, p. 91-151.
- ARRUDA, Maria do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade: O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasileira, 1990.
- BAKHTIN (Voloshinov- 1929) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Huicitec, 1979.
- BALHANA, A. P., MACHADO, B. P. & WESTPHALEN; C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BALHANA, A. P. Mudança na Estrutura Agrária dos Campos Gerais. In: **Boletim Da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: UFPR v. 3, jun., 1963. p. 28-52
- BELOTO, Divonsir Lopes. **A Criação da Província do Paraná: A Emancipação Conservadora**. Dissertação (mestrado em

- Economia)-Departamento de Economia da PUC/SP. São Paulo, 1990.
- BENEVISTE, E. O homem na língua. In: **Problemas de lingüística geral**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional/ EDUSP./ p.245-315.
- BERDOULAY, Vicent. **Des motes et des lieux; la dynamique du discours géographique**. Paris: CNRS. 1988..
- BERGER, P & LUCKMAN, I. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**. Rio de Janeiro : Globo. 1989. 3.v.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução a Análise do Discurso**. 2. ed., Campinas: UNICAMP, 1993.
- BREPHOL, Marionilde. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba: APHA, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Lisboa: Difel, 1889.
- Economia da Trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- La identidade et la representacion: element pour une refletion critique sur lidée de region**. Actes de la recher en Sciencies Sociales 35, 1980.
- BURMESTER, Ana Maria Paz. Francisco de Moraes & BREPHOL, Marionilde .O pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In **República em Migalhas**. coord. Marcos A. da Silva. São Paulo: Marco Zero. 1990. p. 145-160.
- BURKE, Peter. **Escola de Annales: 1929-1989. Revolução Francesa na historiografia**. São Paulo: Unesp, 1991
- CARDOSO, Jaime Antônio. O modelo de explicação proposto por Brasil Pinheiro Machado. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba: APHA, 1981.
- CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná** . Curitiba: J.Haut, 1944

- CASTRO: In Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar In: **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica.** (org. Maria Adélia de Souza, Milton Santos, Francisco C. Scalato e Mônica Arroyo). São Paulo: Hucitec, 1993.
- CHARLE, Ch. **Region e t consciência regionale en France.** Actes de La Recherche en Ciências Sociales 35, Paris: p.1
- CLAVAL, Paul. La region: concept géographique, conomique et culturel. In.: **Revue Internationale des Sciences Sociales.** 112, vol. XXXIX no 2 1987.
- _____ **Evolución de la geografia humana.** Barcelona: Oikos-Tau.
- & NARDI, Jean Pierre. **Pour le ciquentenaire de la mort de Paul Vidal de la Blache; etudes d'histoire de la geographie.** Paris, Les belles Lettres.1968.
- CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder.** Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 1979.
- CLETO, Josephat P. Lona. **O estado de Missões e sua efêmera existência.** Curitiba: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol XXX, 1978, p.67 e 68.
- COLODEL, José Augusto. **Obrages & companhias colonizadoras.** In: Santa Helena na História do Oeste até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1978.
- CORREIA, Affonso G. **Na oração paranista.** Curitiba: s/ editora, 1928.
- CORREIA, Iná Elias de. **O mito da necessidade Discurso e Prática do Regionalismo nordestino.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.
- CORREIA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** 3ª ed. São Paulo: Ática, Série Princípios. 1990
- COSTA, Odah Guimarães. **Ação Empresarial de Ildefonso Pereira Correia: O Barão de Cerro Azul na Conjuntura Paranaense.** Curitiba: UFPR. Tese de concurso para Livre Docência de História Contemporânea. texto mimeo 1974.

- COURTINE, J-J. MARANDIN, J.M. Quel objet pour l'analyse du discours? In **Materialites discousives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1980.
- CUNHA, A. Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 671.
- DELEUZE, M. **Lógica e sentido**. Trad. de L. R. S.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO- BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain e Banco do Estado do Paraná, 1991.
- DUBOIS, Claude Gilbert. "Mytologies des origines et. identit, nationale". In: BETHENCOUT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (organizadores) **A memória da nação**. Lisboa: Livraria S da Costa. 1991 (Colóquio do gabinete de Simbologia realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 outubro, 1987).
- DUCROT, O. Esquisses d'une theorie polyphonique de l'enonciation. In: **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.
- ESCOLAR, Marcelo. **Territórios Ausentes** (los limites de la legitimid geográfica), em Seminário Latino Americano de Geografia Crítica, 2. Buenos Aires: 1985. Anales, Buenos Aires. s. ed. 1985.
- _____ **Un discurso legítimo sobre el territorio y ciências sociales**. Buenos Aires: Instituto de Geografia/ Facultad. de Filosofia y Letras, Universidade de Buenos Aires. 1990.
- FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade no Brasil: Leituras Básicas de introdução ao estudo ~~na~~ macrosociológico do Brasil**: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- FERREIRA, Conceição Coelho & SIMÕES, Natércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1992.
- ERICKSEN, et alli. Homenagem ao Rotary Club. In: **Generoso Marques- Comemorações de seu primeiro centenário**. Curitiba: Mundial, 1944.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1971.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GALVAN, Tierno. **Tradiccion y modernismo**. Madrid, ed Tecnos. Col. Ciências Sociais. 1962.
- GEELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- GOMES, Iria Zanoni. **1957: A revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.
- GRAMSCI. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GUIDE, Maria Luisa Mousinho. **Elementos de análise dos estudos de comunidade realizados e publicados no Brasil de 1948-1960**. Rio de Janeiro: Ciências Sociais, 1969.
- GUIOMAR, J. V. L. **Ideologia nationale**. Paris: Maspero, 1977.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico, Geográfico Brasileiro e o projeto de História Nacional. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. v. Olp.14-15
- HAROCHE, Ci Henry, P. & PECHÔUX, M. La semantique et la coupure saussuiriense: langue, langage, discours. In: **Langages** n. 24. Paris: Didier- Larousse, 1971.
- HOBSBAWM, Eric. A invenção da tradições. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger, **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Octávio. **As Metamorfoses do Escravo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- IPARDES. Fundação Adilson Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: 1989.
- KEINERT, Rubem César. **Regionalismo e Anti Regionalismo no Paraná**. Dissertação (Mestrado em Economia)- Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1978.

LACERDA, M.T.B. Subsídios para a história do teatro no Paraná.

In: **Boletim do instituto histórico, geográfico e etnográfico paranaense**. Curitiba: vol. XXXVII. p. 178-179. 1980

LACOSTE, Ives. **A geografia serve antes para fazer a guerra**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1989.

LACOSTE, Ives. **Geografia in chatelet**. François (dir.). História da Filosofia. Idéias, doutrinas v. 7. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 221-274.

LEANDRO, José Augusto. **Palco e tela na Modernização de Castro**. Curitiba: 1995. Dissertação (Mestrado em História)- Setor de História da UFPR.

LEÃO, Ermelino. **Dicionário Histórico Biográfico do Paraná**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926.

LINHARES, Temístocles. **Paraná vivo**, Rio de Janeiro. Jos, Olympio, 1955.

LINHARES, Temístocles. **Paraná**. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LIPIETZ, Alain. **O Capital e o Seu Espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional (uma nota prévia) In: **Questões e Debates**. Curitiba: APNA. ano 2. n. 3. dez. 1981. p.103-108.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Problemática da cidade colonial brasileira**. In: História: Questões e debates. Curitiba: APAHI, jun. 1985. p. 3-24.

MACHADO, Brasil Pinheiro. "Instantâneos Paranaenses". In: **A Ordem**, Revista do Centro D. Vital, Rio de Janeiro, Fevereiro, 1930,

MACHADO, Brasil. **Sinopse Da História Regional**. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná. 1951.

- MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da Estrutura Agrária Tradicional dos Campos Gerais. In: **Boletim da Universidade do Paraná**. Departamento de História. Curitiba: UFPR v. 3, jun., 1963. p. 1-27
- MACHADO, Lia Osório. Origens do Pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. (org. Iná E. de Castro & Roberto Lobato Correa). Rio de Janeiro: Berand Brasil, 1995. p. 309-353.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: 28 (1) :42-47 Jan./fev. 1972.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**, Campinas, Pontes Editora da Unicamp, 1989.
- . Initiaton aux méthodes d'analyse du discours. Paris: Hachette, 1976.
- MARKUSEN, Ann. "Região e regionalismo. Um enfoque marxista". In.: **Espaço & Debates**, ano 1, n. 2, 1981.
- MARQUES, Generoso. Artigos editoriais da Província do Paraná. In: **Argumentos e Subsídios sobre a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina**. (org.). Romário Martins. Curitiba: Impressora Paranaense, 1902.
- MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, Estudos Brasileiros 1989.
- MARTINS Romário. **O que é o Paraná: a Terra e o Homem**. Curitiba: Comissão de Colonização do Paraná, 1907.
- MARTINS, Romário. **Guairac**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.
- MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: s/ed. 1940.
- MARTINS, Romário. **Quem somos e quantos somos**. Dados para a história e estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: s/ed. 1949

- MARTINS, Romário. **Branco Preto e Amarelo**. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná . Curitiba: 1919-1925. v.3
- MARTINS, Romário. **Alguns aspectos do Paraná**. Curitiba: s/ed. s/n. 1918.
- MARTINS, Romário. **Bandeiras e Bandeirantes em Terras do Paraná**. 1532-1839. Curitiba: Guaíra. 1935
- MARTINS, Romário. Paiquerê. **Mitos e lendas**. Visões e Aspectos. Curitiba: Guaíra. 1940.
- MARTINS, Romário. **Origens de Curitiba**. Boletim P.M.C. 250 aniversário da fundação de Curitiba. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, n 8 mar- abril. 1943. separata p. 17-25.
- MARTINS, Romário. **Historia do Paraná** . 1555-1853. Curitiba: Editora Econômica. 1889.
- MARTINS, Romário. **Paraná Antigo e Moderno**. Esboço de um livro. Curitiba: Typ. Anibal Rocha e Cia. 1900.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná** . Curitiba: Gráfica Paranaense. 1937.
- MARTINS, Romário. **Programa Geral do Centro Paranista**. Curitiba: Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná . vol. XXIII, 1974.
- MARTINS, Romário. **Mensagem do Centro Paranista Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná** . Curitiba. vol. XXIII, 1974.
- MARTINS, Romário. In: **Ilustração Paranaense**. Curitiba: s/ed. 1929.
- MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**. São Paulo: Queiroz Editor, 1989.
- MESQUITA, Zila. Divisões recortes e partilha : isto está mudando. O que há para aprender? In: **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**.(org. Maria Adélia de Souza, Milton Santos, Francisco C. Scalato e Mônica Arroyo). São Paulo: Huicitec, 1993.

- MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente**. Rio de Janeiro: Difel, 1979. p. 40.
- MIRANDA, Alcebiades. **Contestado**. Curitiba: Litero-Técnica. 1987. p. 37
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 14. ed. São Paulo: HUICITEC, 1995.
- _____. **Ideologias geográficas; espaço cultura e política no Brasil**. São Paulo: Huicitec, 1988.
- _____. **Ratzel**. São Paulo: Ática. Coleção Cientistas Sociais n. 59, 1990.
- MURYCI, José Cândido. **Descrição sobre a Província do Paraná**. Curitiba: s/editora, 1860.
- NASCIMENTO, Domingos. **Pela Fronteira**. Curitiba: Imprensa da República, 1903.
- NASCIMENTO, Noel. **Casa Verde**. São Paulo: Martins, 1950.
- NETTO, Bento Munhoz da Rocha. Território do Iguazu. In: **Imprensa Paranaense**., Curitiba: Distribuidora Nacional de Livros, 1962.
- NOGUEIRA, Júlio. **Do rio Iguazu e do Gayra**. Rio de Janeiro: Tpy. da Editora Carioca.
- NORDAN, D. Des limits d'Etat aux frontiére nationales. In: **Les lieux de memoire**. II La nacion, (org. Pierre Nora) Gallimard. Paris: 1986. p.10.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. As formas de discurso. Brasiliense: São Paulo, 1983.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). Discurso fundador. **A formação do país e a construção da identidade nacional**. São Paulo: Pontes, 1983.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Protagonistas do discurso. & O lingüístico e o social. In: **Foco e pressuposição** . Uberaba: Fiube, 1978.

- . **A linguagem e seu funcionamento.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- . **A análise do discurso: algumas observações.** In: Delta, vol. 2, n. 1, 1986.
- ORLANDI, Et. Alli. **Sujeito e texto.** São Paulo: Educ, 1988.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli Orlandi. **Discurso do confronto: Velho e novo mundo.** Campinas: Unicamp, 1990.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** HUCITEC: São Paulo, 1981.
- PARANÁ, Sebastião. **Chorografia do Paraná.** Curitiba: Typ. da Livraria Econômica Anibal Rocha, 1899.
- PECHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica afirmação do óbvio.** Campinas: Unicamp, 1988. (Título original. Les verites de la Palice, 1975).
- . **Análise automática do discurso.** In: Por uma análise automática do discurso. Uma introdução a obra de Michel Pechêux. F. Gadet e T. Tak (orgs.), Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Título original: *Analyse automatique du discours*).
- . **Sur le contextes Epistemologiques d'Analyse de Discours'Mots.** n. 9, 1984, Paris.
- . **Delimitations, retournements et Deplacements** In: **Homme et la societ,** . Paris: 1982.
- PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado- Episódios e Impressões.** Rio de Janeiro: 1916.
- PEIXOTO, Demerval. **Raízes da Rebeldia. Campanha do Contestado I.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História regional e transformações Sociais.** In: SILVA, Marcos A. **República em migalhas: história regional local.** São Paulo: Marco zero, 1990. p. 66-79
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranaísmo: cultura e imaginário no Paraná da Primeira República.** Curitiba:1996 Dissertação

- (mestrado. Setor de Ciências, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Fazendeiros, Industriais, e Não Morigerados**. Curitiba: 1990. Ordenamento jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense [1829-1889] Curitiba: 1990 Dissertação (mestrado) - Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.
- PLAYSANT, Airton. **Cenário Paranaense**. Curitiba: Typ. A República, 1908.
- PORTELLI, Hugues. **Gramisc e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- POULANTZAS, Nicos-. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense 1963.
- QUADROS, Miguel. **Limites norte a oeste de Lages em 1820**. Norte rio das Canoas ou das Canoinhas/ oeste rio das pelotas. Memória apresentada ao 2. congresso de geografia. São Paulo: Typ. Nacional, 1910.
- QUAINI, Maximo. **La construcion de la geografia humana**. Barcelona: Oikos Tau, 1981.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: A guerra sertaneja do Contestado**. São Paulo: Ática, 1981.
- REVEL, Jacques. **Invenção da sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques. Memória, História e Nação: propondo questões. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro: out-dez, nº87, p.5-13, out-dez. 1986
- SANTOS FILHO, Benedito Nicolau. **Aspectos da história do teatro na cultura paranaense**. Curitiba: Imprensa Universitária, 1979
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.
- SILVEIRA, Mota da. (org.). Romário Martins. In: **Argumentos e Subsídios sobre a questão de Limites**. Curitiba, 1910.

- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Regionalismo Nordestino. Existência e Consciência da Desigualdade Regional.** São Paulo: Moderna, 1984.
- SOUZA, Frederico M. O.. **O Presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado.** Curitiba: IGEPR.
- SZVARÇA, Décio. **O forjador: ruínas de um mito.** Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná.
- TAUNAY, Visconde. **Viagem Filosófica sobre o Paraná.** Curitiba: s/ editora, 1888.
- TREVISAN, Edilberto. **Uma vida, um exemplo: Cel Nicolau Mader.** Curitiba: (mimeo), 1961.
- VARGAS, Túlio & CHAVES, Maria M. Sérgio de Castro. **Biografia do presidente da Constituinte Republicana do Paraná de 1892.** Curitiba: Litero-Técnica, 1987.
- VICTOR, Nestor. **A terra do futuro.** Impressões do Paraná . Rio de Janeiro: Typ. do Comércio, 1913.
- WACHOWICZ, Rui C. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste.** s/ed.
- WACHOWICZ, Rui C.. **Perfis de Personalidades Paranaense.** In História do Paraná. 3. ed. v. Curitiba: Grafipar, 1969.
- WACHOWICZ, Rui C.. **Sudoeste Colonização E. Ocupação.** Curitiba: Litero-técnica, 1985
- WACHOWICZ, Rui C. **Universidade do Mate: História da UFPR.** Curitiba: APUFPR, 1983.
- WEBER, Max. **Economia y Sociedad; esbozo da sociologia comprehensiva.** 2. ed. México: Fundo de Cultura Econômica, 1964. 2v.
- WEBER, M. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização.** In: Florestan Fernandes (org.). **Comunidade e sociedade,** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973
- WESTPHALEN, Cecília & BALHANA Altiava Pilatti. **Nota prévia ao estudo da ocupação das terras no Paraná moderno.** Boletim da UFPR. Curitiba: UFPR, 1968.

WESTPHALEN, Cecília. **Dicionário Histórico-Biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Chain & Banco do Estado do Paraná, 1991.

WIRTH, L. Delineamento e problemas da comunidade. In.: Florestan Fernandes (org). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.